



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

**EM TODOS OS LOCAIS DA AMÉRICA PORTUGUESA:
A ESTRUTURA DE POSSE DE ESCRAVOS POR MEIO DOS REGISTROS DE
BATISMOS DE SANTA LUZIA, GOIÁS (1749-1788)**

MILENA JULIANA DO NASCIMENTO

Brasília
2023

Milena Juliana do Nascimento

Em todos os lugares da América Portuguesa: a estrutura de posse de escravos por meio dos registros de batismos de Santa Luzia, Goiás (1749-1788)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília, como requisito obrigatório para obtenção do grau de Mestre em História.

Linha de Pesquisa: História Social e suas múltiplas formas.

Orientador: Prof. Dr. Jonas Wilson Pegoraro

Brasília
2023

EM TODOS OS LOCAIS DA AMÉRICA PORTUGUESA:
A ESTRUTURA DE POSSE DE ESCRAVOS POR MEIO DOS REGISTROS DE
BATISMOS DE SANTA LUZIA, GOIÁS (1749-1788)

Milena Juliana do Nascimento

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Jonas Wilson Pegoraro (Orientador)

Prof. Dr. Kelerson Semerene Costa
(Universidade de Brasília)

Prof. Dr. Carlos de Almeida Prado Bacellar
(Universidade de São Paulo)

Prof. Dr. José Inaldo Chaves
(Suplente)

A meus pais.

AGRADECIMENTOS

Reservei o meu último momento de escrita deste trabalho para agradecer, em palavras singelas, a todos que me ajudaram durante todo este processo. Este não teria sido possível sem o apoio de meus pais, Miriam e Raimundo, que com amor incondicional e empenho me ensinaram que o meu maior ato de resistência estava em aprender. Agradeço também ao meu noivo Igor, que, durante muitos fins de semana, me acompanhou na Biblioteca e esteve comigo durante as minhas euforias e desesperos. Aos meus familiares que acreditaram na minha trajetória, também deixo o meu agradecimento, em especial à Tia Joana e ao Tio Edson, que sempre estiveram presentes em minha vida.

Aos meus amigos e colegas, também sou grata pelas conversas, escutas e momentos de descontração. Quero expressar meu apreço de maneira especial a Ruthinha, Lourdinha e Amanda, que no último ano tanto acalentaram o meu coração e torceram pelo meu sucesso. Aos amigos de pesquisa, deixo os meus agradecimentos por todas as vezes em que contribuíram para o meu conhecimento e apoiaram meus projetos, em especial Matheus Rosa, Matheus Machado, Sarah Resende e Amanda do Couto.

Deixo aqui também o meu agradecimento aos meus professores, que durante toda a minha trajetória me ensinaram com tanta paciência e empenho, em especial ao professor Kelerson Semerene Costa, Elias Manoel da Silva, Cristiane Portela e Wilson Vieira Júnior, que não apenas enriqueceram meu conhecimento sobre a história de Goiás e do Distrito Federal, mas também se tornaram fontes de inspiração. Ao meu orientador, Jonas Wilson Pegoraro, também deixo meus agradecimentos por seu constante apoio, paciência e compreensão. Nós conduzimos essa pesquisa em circunstâncias desafiadoras, e sou profundamente grata pelo companheirismo, sensibilidade e, acima de tudo, por acreditar em mim.

Agradeço também às instituições que contribuíram para a minha formação e para a realização desta pesquisa, primeiramente à Universidade de Brasília e ao Programa de Pós-Graduação em História. Além disso, agradeço à Diocese de Luziânia, em especial a Sullivan Richardson e Jesus, e ao Museu das Bandeiras, cujas contribuições foram essenciais para o embasamento deste trabalho.

A todos aqueles que, de alguma forma, contribuíram para este trabalho, mesmo que não saibam, quero expressar minha sincera gratidão. Espero que esta dissertação possa retornar como uma modesta contribuição para a nossa sociedade.

*“Uma vez sonhei tudo isto.
Será que, em belo dia,
Terei inventado o Cerrado?
Não, não, não. Ele, ó inclemente
Cerrado,
Inventou-me.”*

Paulo Bertran
(No Cerrado)

RESUMO

Neste trabalho, observamos alguns aspectos da estrutura de posse de escravos em Santa Luzia, Goiás, no século XVIII. A partir da fundação do arraial minerador, buscamos identificar elementos de sua composição populacional, assim como suas implicações nas esferas sociais e econômicas. Esta análise se concentra principalmente nas estruturas das escravarias do arraial, abordando questões como: a quantidade de escravos, preferências dos senhores, ocupação dos escravizados e interações sociais entre os senhores e seus cativos. Com essa finalidade, recorreremos aos registros de batismos de Santa Luzia, datados de 1749-1788, nos quais identificamos os proprietários e suas respectivas escravarias, bem como indícios da constituição de famílias escravas e suas redes de apadrinhamento. Ao analisar essas interações, buscamos contribuir com a História do Planalto Central no século XVIII, a partir da compreensão do escravismo em Santa Luzia dentro do contexto da posse de escravos na Colônia.

Palavras-chave: Goiás, Santa Luzia, mineração, escravarias, registros de batismos.

ABSTRACT

In this work, we observe some aspects of the slave ownership structure in Santa Luzia, Goiás, in the 18th century. Since the foundation of the mining settlement, we aim to identify elements of its population composition, as well as its implications in the social and economic spheres. This analysis primarily focuses on the structures of the slave quarters in the settlement, addressing issues such as the quantity of slaves, masters' preferences, occupation of the enslaved, and social interactions between the masters and their captives. To achieve this, we have turned to the baptism records of Santa Luzia, dated from 1749-1788, where we identified the owners and their respective slave quarters, as well as evidence of the formation of slave families and their networks of sponsorship. By analyzing these interactions, we aim to contribute to the history of the Central Plateau in the 18th century, through an understanding of slavery in Santa Luzia within the context of slave ownership in the Colony.

Keywords: Goiás, Santa Luzia, mining, slave quarters, baptism records.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Preferência dos Senhores e Senhoras em Relação ao Gênero do Escravizado.....	121
--	-----

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos - Luziânia, GO	41
Figura 2: Apurando o ponto da marmelada no grande tacho da Fazenda Pindaibal	48
Figura 3: Livros de Batismos de Santa Luzia. Foto da autora.....	64
Figura 4: Imagens referentes ao banco de dados experimental utilizado no ProIC e na monografia.....	66
Figura 5: Ação ambiental (água) em registro de batismo. Foto da autora.....	72
Figura 6: Ação dos fungos em registro de batismo. Foto da autora.	73
Figura 7: Ação das brocas em registro de batismo e consequente perda de informações. Foto da autora.	74
Figura 8: Páginas restauradas com a utilização de papel japonês. Tal ação comprometeu a legibilidade do documento. Foto da autora.	75
Figura 9: Intervenção externa com grifos e escritos em caneta esferográfica. Foto da autora.	76
Figura 10:Ação da tinta ferrogálica nos registros de batismos: corrosão e expansão da tinta. Foto da autora.	77
Figura 11: Ação da tinta ferrogálica nos registros de batismos: traspassamento da tinta. Foto da autora.	78
Figura 12:Recorte do vídeo Introdução ao software "Transkribus", de transcrição automática.	83
Figura 13: Interface do FileMaker - Construção do Banco de Dados com Registros de Batismos.	87
Figura 14: Interface do FileMaker- Construção do banco de dados com a identificação dos senhores de escravos.....	89
Figura 15: Ficha nominal de Rafael.	92
Figura 16: Interface do FileMaker- Registro de Batismo, Identificação dos Casais de Escravos	126

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1:Produção de Ouro de Goiás de 1753-1822	31
Gráfico 2: População escrava em Santa Luzia, 1749-1832.....	116
Gráfico 3: Configuração das Escravarias (Santa Luzia 1749-1788 – Registros de Batismos)	119
Gráfico 4: Ocupação dos Escravizados de Santa Luzia em 1783.....	123
Gráfico 5: Tamanho das Escravarias e Porcentagem de Casais de Escravos Casados.....	127

LISTA DE MAPAS

Mapa 1: Rio Vermelho com seus afluentes auríferos	27
Mapa 2: Vilas e Arraiais do Ouro em Goiás - séculos XVIII e XIX	30
Mapa 3: Traçado Urbano de Santa Luzia - Igrejas	34

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
CAPÍTULO I- Uma Perspectiva Sobre a Ocupação dos Espaços Auríferos.....	16
1.1. A Ocupação de Goiás.....	16
1.2. A Transformação do Espaço Aurífero.....	19
1.2.1. O Sertão.....	19
1.2.2. Os Núcleos Mineradores.....	21
1.2.3. Arraiais e Vilas.....	25
1.3. O Arraial de Santa Luzia.....	30
1.3.1. O Estabelecimento das Atividades Econômicas, Administrativas e Sociais.....	30
1.3.2. As Irmandades Religiosas.....	38
1.4. A Economia de Abastança: Uma Análise Historiográfica.....	42
1.4.1. A “Decadência” do Ouro e o “Tempo de Transição”.....	50
CAPÍTULO II- Memorial de Pesquisa.....	56
2.1. Os Registros Paroquiais.....	56
2.2. A Renovação Historiográfica.....	60
2.3. A Instrumentalização da Pesquisa.....	63
2.3.1. Os Livros Paroquiais de Santa Luzia.....	63
2.3.2. Estado de Conservação dos Livros de Batismos de Santa Luzia.....	70
2.3.3. A Paleografia Documental.....	79
2.3.4. O Banco de Dados e a Pesquisa Histórica.....	83
2.3.5. O Filemaker Pro Advanced e o “Paty”.....	86
2.4. Uma Saída Metodológica: Os Registros de Batismos como Ferramenta de Análise das Escravarias.....	92
CAPÍTULO III- Apontamentos sobre as Escravarias de Santa Luzia.....	97
3.1. A Estrutura de Posse de Escravizados na Historiografia.....	97
3.2. O Tráfico de Escravos para Goiás.....	102
3.3. A Tipificação da Escravaria de Santa Luzia.....	110
3.4. As Preferências dos Senhores de Escravos.....	112
3.4.1. Relação Trabalho X Gênero.....	112
3.4.2. Ocupação dos Escravizados.....	122
3.5. As Relações Sociais Dentro das Escravarias.....	125
3.5.1. O Casamento Entre Escravizados.....	125
3.5.2. O Apadrinhamento dos Filhos dos Escravos.....	131

CONCLUSÃO.....	134
FONTES.....	136
REFERÊNCIAS.....	137

INTRODUÇÃO

Que insano trabalhar. Que fadigas. Que aflições. Muda-se o curso das vertentes, entanca-se a água pluvial, formam-se taboleiros e grupiarias, rasgam-se profundas valas e poços, revolvem-se as entranhas da terra, levam-se as montanhas a talho aberto, trabalham picaretas, malhos, marretas, almocafres, pás, enxadas e alavancas, fundeiam-se as bateias, e no fundo delas brilha o metal precioso, recompensa de tantos suores, remuneração de tantos sacrifícios. *Sacra fames auri.*¹

A partir de 1746, este era o cenário que se desenhava em Santa Luzia, no atual estado de Goiás. A descoberta de ouro na região havia atraído, no decorrer dos anos, centenas de pessoas. Não era um caso isolado, mas sim um vislumbre de esperança para muitos que já percebiam que o ouro não era mais tão abundante em Goiás.

O arraial de Santa Luzia teve origem semelhante à da maioria dos núcleos mineradores que surgiram como parte da expansão provocada pelas explorações em Minas Gerais por volta de 1690². A notícia do potencial de exploração mineral se difundiu rapidamente, resultando no aumento populacional da região³. João Pereira Guimarães foi um dos que escolheram enfrentar este desafio. O então Coronel havia se mudado para Santa Luzia juntamente com sua família, com o propósito de dedicar-se à atividade mineradora. Sua chegada ao arraial ocorreu na década de 1750, quando, acompanhado por seu cunhado Ventura Álvares Pedrosa e por seus irmãos e genros, deu início à exploração mineral.

A família de João não era a única, já que muitos mineradores migraram para o arraial com toda a “móvel, ferramentas, família e criadagem”⁴. Evidentemente que a atividade mineradora era um tanto exaustiva, necessitando assim de mais pessoas para que a extração fosse significativa. Assim como os outros “aventureiros”, João Pereira Guimarães logo implementou a mão de obra escrava em tal empreitada. Aos escravos cabia a tarefa de garimpar com suas bateias e achar a “remuneração de tantos sacrifícios”, em prol da prosperidade de seus senhores.

Na sua escravaria João tinha preferência por homens, possivelmente devido à natureza da atividade de extração mineral, como bem destacado por Joseph de Mello. Entretanto, por mais que a mineração fosse o empreendimento principal do coronel, ele se dedicava também a

¹ ÁLVARES, Joseph de Mello. **História de Santa Luzia**: descrição histórica, política e geográfica de Santa Luzia. Brasília: Gráfica e Editora Independência, 1978, p. 16.

² COSTA, Kelerson S. **Meiaponte**: história e meio ambiente em Goiás. Brasília: Paralelo 15, 2013, p. 42.

³ ÁLVARES, *op. cit.*, p. 06.

⁴ PAULA, Jason Hugo de. **Entre picadas, estradas e trieiros**: os caminhos que levam à Freguesia de Santa Luzia. Negociantes, escravidão, família e mestiçagens na Capitania dos Goyazes. 1746 - 1800. Tese de Doutorado, UFG, Goiânia, 2017 p. 93.

outras atividades econômicas, distribuindo assim funções entre seus cativos, que “também se ocupavam da lida nas fazendas e engenhos”⁵.

Desde os primeiros anos de Santa Luzia, a economia do arraial foi se moldando de forma a garantir o seu efetivo funcionamento. Por mais que a mineração tenha sido o motivo de sua fundação, outras atividades econômicas, tais como a agricultura e a pecuária, coexistiam no arraial. A partir de 1800, a arrecadação de ouro entrou em declínio, com a agropecuária ocupando mais espaço que a mineração, passando assim o arraial por um processo de ruralização ou, como a denomina Bertran, por um movimento em direção a uma economia de abastança.

Mas, afinal, o que esta narrativa, tão frequente no contexto minerador em Goiás, revela sobre as estruturas do sistema escravista em Santa Luzia? Estas estruturas eram similares às de outros centros auríferos? Como os proprietários, como João Pereira Guimarães, escolhiam e compravam seus escravos? Todos os senhores tinham escravos que trabalhavam na mineração e nos engenhos? Estes escravos estabeleciam famílias e tinham suas próprias comunidades?

O caminho para encontrar tais respostas não segue apenas uma direção. Trata-se da tentativa de retomar um cenário complexo, permeado por questões das esferas sociais, culturais e, sobretudo, econômicas. Seria necessário recorrer a uma variedade de fontes para obter uma compreensão completa desses contextos. Nesta pesquisa, contudo, por circunstâncias que serão esclarecidas ao longo da dissertação, nos limitaremos ao uso dos registros paroquiais de batismo.

A historiografia há muito consagrou a importância dos registros paroquiais como fontes que elucidam aspectos do contexto colonial. O cruzamento destes registros, que guardam informações sobre batismos, casamentos e óbitos, ajudou a reconstituir demograficamente muitas localidades, uma vez que esta documentação apresenta características democráticas, já que, independentemente de raça, cor ou condição social, todos os habitantes da Colônia foram - ou deveriam ter sido - registrados em algum momento nos livros da Igreja⁶.

Dessa forma, utilizamos os registros de batismos de Santa Luzia, do intervalo de 1749 a 1788, como uma ferramenta para analisar as dimensões econômicas e sociais de seu sistema escravista. Nosso objetivo foi identificar e contextualizar algumas das suas características,

⁵ PAULA, Jason Hugo de. **Entre picadas, estradas e trieiros**: os caminhos que levam à Freguesia de Santa Luzia. Negociantes, escravidão, família e mestiçagens na Capitania dos Goyazes. 1746-1800. Tese (Doutorado) - UFG, Goiânia, 2017, p. 217.

⁶ BASSANEZI, Maria Silvia. Os eventos vitais na reconstituição da história. *In*: LUCA, Tania Regina de; PINSKY, Carla Bassanezi. **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2009, p. 143.

possibilitando comparações com outras regiões e economias, situando Santa Luzia no contexto geral no que se refere à posse de escravos no sistema colonial.

Nos dias de hoje, o antigo arraial minerador é o município de Luziânia, localizado no Entorno do Distrito Federal, sendo um dos municípios que tiveram terras desapropriadas para a construção da nova capital. Durante as décadas de 1950 e 1960, a região Centro-Oeste foi frequentemente representada como atrasada, devido às características predominantemente rurais de sua economia.

Este cenário era então apontado pelo pensamento social e político como um desafio a ser enfrentado pelo projeto de modernização nacional. Isso implicava considerar as comunidades que se estabeleceram na região de Goiás desde meados do século XVIII como atrasadas e distantes da dinâmica econômica e política do litoral brasileiro.

Os estudos que enfocam a região do atual Distrito Federal e seu Entorno que não estejam relacionados à construção de Brasília e ao posterior desenvolvimento da cidade são, ainda hoje, escassos. A primeira obra escrita com o intuito de destacar as populações aqui fixadas desde o século XVIII foi publicada apenas em 1994. Trata-se da *História da terra e do homem no Planalto Central: eco-história do Distrito Federal*, de Paulo Bertran, que se dedicou a estudar a formação geográfica e histórica desta região a partir do uso massivo de fontes e obras esquecidas de escritores regionais, publicadas na primeira metade do século XX.

Por mais que outros trabalhos tenham surgido neste ínterim, ainda existem muitas lacunas a serem preenchidas. É com este propósito que empreendemos nossa pesquisa, vislumbrando a possibilidade de contribuir para o estudo da história da região do Planalto Central, em especial sobre os aspectos relacionados à escravidão. A forma como essa operação se deu é o que o leitor acompanhará nos seguintes capítulos.

Inicialmente, é preciso compreender mais sobre o que era um arraial minerador. No Capítulo I, abordaremos o processo de ocupação de Goiás, para em seguida localizarmos Santa Luzia neste contexto histórico. Mostraremos, em particular, alguns aspectos do processo de estabelecimento das atividades econômicas, administrativas e sociais em Santa Luzia, que estavam permeadas pela lógica escravista.

No segundo capítulo, apresentaremos a metodologia de nossa pesquisa. Iniciaremos com o debate sobre a importância dos documentos paroquiais no contexto da pesquisa histórica; passaremos em seguida a discutir as mudanças ocorridas na abordagem historiográfica do sistema escravista, visando apresentar suas principais inovações teóricas e metodológicas. Em seguida, apresentaremos o processo de preparação deste estudo, desde a localização dos registros de batismos de Santa Luzia até a avaliação do estado de conservação desses

documentos e a organização dos dados. Neste momento, exploraremos as questões relativas à construção de um banco de dados em História e como essas informações, combinadas com a tecnologia, podem ser utilizadas para cruzar dados e proporcionar possibilidades de análise para além daquelas tipicamente associadas aos registros paroquiais.

Por fim, no terceiro capítulo o leitor encontrará os resultados desta pesquisa, obtidos através da análise dos dados levantados durante o processo descrito no capítulo 2. A partir do contexto historiográfico sobre a posse de escravos, construiremos o cenário de Santa Luzia, desde o tráfico de escravizados para Goiás até a caracterização das escravarias. Finalizaremos o capítulo abordando alguns aspectos da atuação social deste grupo em suas respectivas escravarias tais como os casamentos entre escravos e a construção de redes de compadrio.

CAPÍTULO I- Uma Perspectiva Sobre a Ocupação dos Espaços Auríferos

1.1. A Ocupação de Goiás

A ocupação do território que conhecemos como Goiás foi estrategicamente fundamentada a partir de diversos interesses que se manifestaram de diferentes formas e agentes no decurso do tempo. Inicialmente, antes da descoberta do ouro, a principal motivação que impulsionou as expedições para o interior do país era o interesse particular dos paulistas⁷ por “braços para o comércio açucareiro nordestino e para as suas próprias lavouras e o trabalho nas minas, próximas à vila de Piratininga”⁸. De acordo com a documentação encontrada nas atas da Câmara de Vila de São Paulo, datadas do final do século XVI a meados do século XVII, Gilka Salles observou que tais registros “revelam que o mais caro empenho dos bandeirantes sertanistas estava na escravidão dos indígenas”⁹.

Neste primeiro momento de viagens ao território goiano o motivo econômico falou mais alto. Na lógica economicista portuguesa, que tinha que lidar com a necessidade de ocupação territorial da colônia e com a obtenção de lucro, a cana-de-açúcar foi a resposta encontrada. Para que a implementação de tal cultura se tornasse lucrativa aos cofres portugueses, era então necessária uma grande quantidade de mão-de-obra que sustentasse uma *plantation*. Se estamos falando de *plantation* (*plantagem*, em português), estamos falando de escravidão. De acordo com Jacob Gorender,

graças às suas características de direção unificada, de disciplina rigorosa e de integração de todas as tarefas, a plantagem foi uma forma de organização econômica adequada ao emprego do trabalho escravo, em que a iniciativa autônoma do agente direto do trabalho era nula. Plantagem e trabalho escravo podiam combinar-se e alastrar-se como uma só coisa na América colonial.¹⁰

Inicialmente, a mão de obra utilizada nas *plantations* de cana-de-açúcar foi a indígena, trabalhadores estes que já estavam no território colonial. No Centro-Oeste, Gilka Salles ressalta que “além de pequenos grupos sertanistas, cerca de 14 bandeiras penetraram o sertão goiano, do final do século XVI até a segunda década do setecentos”¹¹ em busca desta mão de obra. Além destas expedições, havia também as descidas, que eram organizadas pelos jesuítas do Pará, com a intenção de buscar indígenas para “um sistema de aldeias através de expedições

⁷ Não se trata de uma característica identitária, mas sim geográfica daqueles que habitavam São Paulo.

⁸ SALLES, Gilka V. F. de. **Economia e escravidão na capitania de Goiás**. Goiânia: Cegraf/UFG, 1992, p. 53.

⁹ *Ibid.*

¹⁰ GORENDER, Jacob. **O escravidão colonial**. São Paulo: Ática, 1985, p. 122.

¹¹ SALLES, *op. cit.*, p. 53.

fluviais que subiam pelo rio Tocantins até chegarem ao norte de Goiás, em terras do que hoje é o estado do Tocantins”¹².

Por certo, a dinâmica da Colônia Portuguesa vivenciou momentos de exploração, ocupação e centralização. Porém, foi a partir da descoberta da possibilidade de exploração mineral que a “tendência de se concentrar o poder de decisão e controle em órgãos intimamente ligados à Coroa acentuou-se”¹³. Tal processo tem sua origem nos Seiscentos, momento no qual Portugal vivenciou um período de crise econômica. Segundo Marco Antonio Silveira,

A perda do controle do Oriente e a concorrência do açúcar antilhano colocavam o Brasil no centro das preocupações portuguesas. Neste novo cenário, buscou-se, então, controlar a colônia de mais perto, reduzindo consideravelmente qualquer possibilidade de autonomia institucional – a administração adquiriu uma forma mais centralizada.¹⁴

Neste contexto, a expectativa da Coroa a respeito da exploração mineral “significou a possibilidade de superar sua crise comercial por meio do acúmulo de ouro”¹⁵. Esse anseio não se restringiu meramente à intenção inicial, mas concretizou-se. Ao analisar as mudanças ocorridas no Setecentos, Silveira aponta que

o Brasil foi palco, graças ao ouro, de uma prosperidade global desconhecida até então: o crescimento demográfico, acompanhado de um surto urbano, o alargamento geográfico e o aumento do meio circulante resultaram na expansão tanto do mercado interno quanto do tráfico negreiro.¹⁶

Mesmo que o interesse da Coroa fosse efetivo e que seu poder sobre a Colônia evoluísse de forma gradativa, a exploração e os consecutivos povoamentos do interior do território partiram especialmente da iniciativa particular. Vale ressaltar, porém, que

este caráter dito “espontâneo” do povoamento não significou uma ausência do poder metropolitano na região. Por um lado, a Coroa apoiou várias iniciativas de colonos que, por conta própria, investiram na prospecção de riquezas e na ocupação do interior da colônia – o sertão. Por outro lado – e é esse o aspecto que desejaríamos sublinhar –, o desenvolvimento subsequente das povoações fundadas pelos pioneiros esteve sempre condicionado pelas funções, pelo estatuto e pelos títulos que foram atribuídos a estes núcleos pelo rei de Portugal e por seus representantes.¹⁷

¹² NASCIMENTO, Milena Juliana do. **Batizei e pus os santos óleos**: análise do grau de ilegitimidade nos registros de batismos de Santa Luzia, GO (1749-1778). 2020. 51 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado e Licenciatura em História) — Universidade de Brasília, Brasília, 2020, p. 12.

¹³ SILVEIRA, Marco Antônio. **O universo do indistinto**: estado e sociedade nas Minas setecentistas (1735-1808). São Paulo: Hucitec, p. 44.

¹⁴ *Ibid.*, p. 43.

¹⁵ *Ibid.*, p. 44.

¹⁶ *Ibid.*

¹⁷ FONSECA, Cláudia Damasceno; TEIXEIRA, Maria Juliana Gambogi. **Arraiais e vilas d'el Rei**: espaço e poder nas Minas setecentistas. Belo Horizonte: Editora UFMG. *E-book*. Posição 719.

Trata-se de uma linha tênue. Portugal exercia sua centralização a partir da efetivação de estatutos, da concessão de títulos e de outras ferramentas que fizessem girar a máquina burocrática. Mas a iniciativa individual dos colonos de embrenhar-se no interior da colônia em busca de indígenas e metais preciosos demonstra que, em algumas esferas, o controle metropolitano não era alcançado. Dessa forma, pode-se destacar uma certa autonomia destes agentes no processo de exploração e povoamento dos sertões nesse primeiro momento.

Vale lembrar que as expedições que procuravam por ouro na região Centro-Oeste eram também, em certa medida, fruto do “incentivo à procura do Eldorado, que nunca deixou de existir no pensamento metropolitano, desde o começo da colonização. [...] Presumia-se, naturalmente, que terras situadas nos mesmos paralelos das minas do Peru também contivessem ouro”¹⁸. Neste segundo momento, a ocupação e o povoamento efetivos de Goiás estão relacionados à descoberta de ouro na região, podendo-se destacar o “movimento de expansão decorrente das explorações iniciadas em Minas Gerais por volta de 1690”¹⁹. Desta forma, a ocupação de Goiás tem como marco inicial

o ano de 1726, quando Bartolomeu Bueno da Silva e seus companheiros fundaram o arraial de Santana, futura Vila Boa e Cidade de Goiás. Essa região, porém, já era conhecida desde o final do século XVI, quando foi alcançada pelas bandeiras de Domingos Luís Grou e Antônio Macedo (1590-1593), Sebastião Marinho (1592) e Domingos Rodrigues (1596-1600). No século XVII, ela seria percorrida por uma dezena de outras bandeiras paulistas, além de religiosos que subiam os rios Araguaia e Tocantins, vindos do Pará.²⁰

É importante ressaltar que não se trata da “descoberta” de Goiás, mas sim de um processo ocupacional que, de forma fluida, permitiu a fixação e o povoamento desta região que desde o final do século XVI era alvo das bandeiras. A configuração após a descoberta do ouro é marcada pelo crescimento contínuo de vilas e arraiais, inicialmente formados por paulistas, portugueses e seus descendentes, bem como pelo aumento da centralização e burocratização da Coroa nas regiões auríferas. Como dito anteriormente, a iniciativa de tais expedições não pressupunha somente o interesse de cunho pessoal dos bandeirantes, assim como não eram levados em conta apenas os objetivos da Coroa portuguesa: tratava-se, sim, de um sistema composto por duas partes, que atuavam ora juntas e ora separadamente.

¹⁸ SALLES, Gilka V. F. de. **Economia e escravidão na capitania de Goiás**. Goiânia: Cegraf/UFG, 1992, p. 57.

¹⁹ COSTA, Kelerson S. **Meiaponte**: história e meio ambiente em Goiás. Brasília: Paralelo 15, 2013, p. 42.

²⁰ *Ibid.*, p. 41.

1.2. A Transformação do Espaço Aurífero

1.2.1. O Sertão

Durante o processo de ocupação do interior da Colônia, que progrediu de forma vagarosa, os espaços modificaram-se de acordo com o interesse em cada respectivo momento. No princípio, durante as primeiras expedições, em Minas Gerais, “tratava-se de matas e campos quase desertos, pois a ação dos bandeirantes já havia feito com que a maior parte das populações autóctones se refugiasse nas zonas periféricas da futura capitania”²¹. Tais características, que remontam ao estado natural dos espaços, comumente são denominadas pela literatura como “os sertões”.

Pelo olhar da Coroa, a noção de *sertão* “cumpriu um importante papel no esforço empreendido pelos portugueses para transformar o espaço desconhecido em território plausível, exigência primordial em qualquer projeto colonizador”²². Segundo Lylia da Silva Guedes Galetti, a definição vaga dessas áreas e a ausência das suas fronteiras não é considerada algo negativo: “ela produz ações, é fonte de desafios e incitamento à conquista”²³. Apesar disso, é importante destacar que os portugueses concentraram o processo de colonização na parte litorânea do território.

A partir do século XVIII, as intenções sobre a conquista do interior do Brasil ficam mais nítidas. Para Raimundo Faoro, os interesses na conquista dos sertões sempre foram pautados na colonização portuguesa, porém só ganharam fôlego a partir de tal século. De acordo com o autor,

[...] a penetração será obra oficialmente orientada, com a estrutura militar do reino já implantada na colônia. O ouro, a prata e as pedras preciosas dependiam, além disso, do controle dos sertões, do domínio da rede fluvial, pressuposto de todas as expedições, que só o Estado poderia legitimar, expressando o seu domínio.²⁴

As noções de *civilização* e *barbárie* também estão relacionadas a este espaço. Segundo Galetti, esses conceitos estão ligados ao sertão, “sobretudo quando a referência eram as regiões interiores, habitadas por sociedades indígenas caracterizadas como inteiramente *selvagens*”²⁵. Nesse sentido, o sertão torna-se diferente dos núcleos urbanos (vilas e cidades), “mesmo

²¹ FONSECA, Cláudia Damasceno; TEIXEIRA, Maria Juliana Gambogi. **Arraiais e vilas d'el rei**: espaço e poder nas Minas setecentistas. Belo Horizonte: Editora UFMG. *E-book*. Posição 734.

²² GALETTI, Lylia da Silva Guedes. **Sertão, fronteira, Brasil**: imagens de Mato Grosso no mapa da civilização. Cuiabá: Entrelinhas, 2012, p. 51.

²³ *Ibid.*

²⁴ FAORO, Raimundo. **Os donos do poder**. Porto Alegre, 1977, p. 157.

²⁵ GALETTI, *op. cit.*, p. 57.

situados no interior da Colônia, nos quais a ordem colonial implantara-se de modo efetivo, e sob muitos aspectos, em sintonia com a civilização característica da Metrópole”.²⁶

[...] o território do vazio, o domínio do desconhecido, o espaço ainda não preenchido pela colonização [...] o mundo da desordem, domínio da barbárie, da selvajaria, do diabo. Ao mesmo tempo, se conhecido, pode ser ordenado através da colonização, deixando de ser sertão para constituir-se em Região Colonial.²⁷

Tais dicotomias não foram restritas apenas ao período colonial. Na perspectiva dos editores da revista *Informação Goyana*, da década de 1917, que já eram motivados pelas ideias mudancistas de trazer a capital do país para o interior, “o Brasil central era um paraíso à espera da civilização”²⁸. Em outro periódico, *O Corumbaense Goiano*, a narrativa era semelhante:

A mudança da capital federal para o longínquo sertão goiano será um passo para despertar essa grandiosa tentativa de colonizar o país, nessa parte do Brasil central, onde os recursos superabundam. [...] É necessário, pois, que estimulemos as boas iniciativas e facilitemos ao máximo, a todos aqueles que aqui desejam empregar o seu capital ou desenvolver atividades que trarão grande desenvolvimento para o município.²⁹

Nesse sentido, é possível observar o caráter civilizatório que a modernização traria para o sertão do Planalto Central; no olhar destes escritores, o sertão goiano era atrasado e estava ansioso para ser incluído na dinâmica nacional de forma efetiva e moderna. Uma destas regiões, Santa Luzia (atual Luziânia-GO), foi palco desse longo processo de bandeiras, produção aurífera, povoamento, formação de arraial, vila e cidade. Porém, nesta visão mudancista, esta sociedade, que desde o século XVIII ocupava o território que atualmente faz parte do Distrito Federal e de seu Entorno, não era compatível com a civilização, ainda estando nitidamente associada ao sertão como limite “que marca a extremidade do avanço da sociedade civilizada”³⁰, onde futuramente viria a ser Brasília, etapa final de uma “sociedade urbana e industrializada”³¹.

²⁶ GALETTI, Lylia da Silva Guedes. **Sertão, fronteira, Brasil**: imagens de Mato Grosso no mapa da civilização. Cuiabá: Entrelinhas, 2012, p. 57.

²⁷ MADER, Elisa Reis N. S. O Vazio: o sertão no imaginário da Colônia nos séculos XVI e XVII. Rio de Janeiro, 1991, *apud* LIMA, Nísia T. **Um sertão chamado Brasil**: intelectuais, sertanejos e imaginação social. Rio de Janeiro, 1997. p. 13.

²⁸ SILVA, Luís Sérgio Duarte da. **A construção de Brasília**: modernidade e periferia. 2. ed. Goiânia: Editora UFG, 2009, p. 44.

²⁹ **O Corumbaense Goiano**, n. 6, 19 jan. 1957, p. 01.

³⁰ TURNER. La frontière dans l’histoire des États-Unis (prefácio de René Remond). (tradução de Cláudia Damasceno Fonseca) *In*: FONSECA, Cláudia Damasceno; TEIXEIRA, Maria Juliana Gambogi. **Arraiais e vilas d’el Rei**: espaço e poder nas Minas setecentistas. Belo Horizonte: Editora UFMG. *E-book*. Posição 830.

³¹ WOLFSKILL; PALMER. Introduction (tradução de Cláudia Damasceno Fonseca). *In*: FONSECA, Cláudia Damasceno; TEIXEIRA, Maria Juliana Gambogi. **Arraiais e vilas d’el rei**: espaço e poder nas Minas setecentistas. Belo Horizonte: Editora UFMG. *E-book*. Posição 830.

1.2.2. Os Núcleos Mineradores

Não havia um mapa do tesouro que indicasse o caminho do ouro. A mineração em Goiás se estabeleceu através de inúmeras tentativas, sendo o ouro “descoberto ao acaso”³². Da mesma maneira, não havia técnica específica que aprofundasse os conhecimentos sobre a extração mineral. Segundo Gilka Salles,

o conhecimento elementar das rochas de teor aurífero somado à prática rudimentar de exploração determinou que, no início da mineração em Goiás, apenas as camadas de superfície fossem exploradas, não obstante já haver 30 anos de prática de trabalho aurífero nas Gerais, nas minas de Paranapanema, Curitiba, Paranaguá e Bahia. O progresso nas prospecções, contudo, foi mais expressivo no decorrer do século.³³

Dessa forma, os núcleos mineradores, que futuramente formariam arraiais e vilas, estavam localizados nas proximidades dos rios, já que a extração superficial era a mais comum.

Os aventureiros começavam pelos depósitos aluvionários dos leitos e tabuleiros dos rios, cuja exploração era mais fácil e rápida, ao contrário dos filões de montanha, que exigiam técnicas mais desenvolvidas e um trabalho mais longo e penoso. Estas “catas” nos rios esgotavam-se rapidamente, fosse em razão do grande número de mineradores, fosse devido “aos modos desastrosos utilizados para sua exploração, aleatórios e desordenados” – como notara, um século mais tarde, o engenheiro Paul Ferrand, antigo aluno da Escola Superior de Minas de Paris.³⁴

Nas extensões territoriais que atualmente correspondem aos estados de Tocantins e Goiás, encontram-se três grandes bacias fluviais: a Tocantins-Araguaia, a Platina e a do São Francisco. Como reflexo desta conjuntura geográfica, nota-se que os primeiros núcleos goianos, datados de 1725 e 1731, estavam próximos às margens do Rio Vermelho. Estes eram: Barra, Ferreiro, Anta, Ouro Fino, Santa Rita, Pilar, Santa Cruz e Meia Ponte. Às margens do rio Tocantins, ao norte, ente 1735 e 1741, surgem as minas do Maranhão, Água Quente, Traíras, São José e Cachoeira. Na região do Araguaia surge Crixás, em 1734. A noroeste, os núcleos datados do mesmo período correspondiam a Natividade, São Félix, Pontal, Porto Real, Arraias, Cavalcante e Pilar. Ao sul estavam localizados os núcleos do Carmo, Santa Luzia e Cocal, de 1746 e 1749.

Em Mato Grosso, as minas do Cuiabá tornaram-se atrativas a partir de 1722, sendo os primeiros veios auríferos descobertos em 1719 “por Paschoal Moreira Cabral, junto à barra de um afluente do rio Cuiabá, o Coxipó-mirim, para onde se deslocara à frente de uma bandeira destinada a aprisionar indígenas da região”³⁵. Em Minas Gerais, tais veios auríferos foram

³² SALLES, Gilka V. F. de. **Economia e escravidão na capitania de Goiás**. Goiânia: Cegraf/UFG, 1992, p. 60.

³³ *Ibid.*, p. 61.

³⁴ FONSECA, Cláudia Damasceno; TEIXEIRA, Maria Juliana Gambogi. **Arraiais e vilas d’el rei: espaço e poder nas Minas setecentistas**. Belo Horizonte: Editora UFMG. *E-book*. posição 1020.

³⁵ GALETTI, Lylia da Silva Guedes. **Sertão, fronteira, Brasil: imagens de Mato Grosso no mapa da civilização**. Cuiabá: Entrelinhas, 2012, p. 66.

identificados bem antes, a partir de 1693, nos afluentes da bacia do rio Doce, em especial os do vale do ribeirão de Nossa Senhora do Carmo e da serra do Ouro Preto, que em 1711 “transformaram-se nas duas primeiras vilas mineiras: Vila Rica (atual Ouro Preto) e Vila de Nossa Senhora do Carmo (atual Mariana)”³⁶.

Diante do estabelecimento dos núcleos mineradores, a estrutura necessária para suprir as necessidades dos que ali habitavam se desenvolveu na mesma proporção. Em Goiás, Paulo Bertran afirma que “já havia suprimentos e logística para enviar-se a todos os ventos novas bandeiras de exploração”³⁷. Nesse contexto de descobertas de minas, fixação territorial e efetiva implementação da exploração mineral, a extração do ouro em Goiás desenvolveu-se freneticamente, tendo o seu ápice registrado entre 1730 e 1760.

Em Minas Gerais, a tendência é a mesma. A partir de 1702

já era comum que a extração aurífera aparecesse associada, em uma mesma propriedade, à agricultura. Em certas regiões, como no termo de Mariana entre os anos de 1750 e 1770, apenas 10% das unidades de produção eram ligadas exclusivamente à mineração. Portanto, nos primeiros anos do século XVIII, existiam já fazendas nas proximidades das explorações mineiras – em lugares onde o solo era cultivável –, mas também ao longo dos caminhos que interligavam os diversos centros mineradores, e principalmente daqueles que conduziam ao Rio de Janeiro, a São Paulo e à Bahia.³⁸

Por mais que essas redes de abastecimento tenham sido criadas para que a mineração fosse possível, as dificuldades de quem morava nesses núcleos mineradores não eram todas sanadas. Nessa narrativa, que muitas vezes ganha um sentido aventureiro, a dicotomia entre encontrar o Eldorado, com expectativas de uma mudança significativa de vida, e o oposto a este cenário, com condições precárias para a sobrevivência, principalmente no que se refere a fome, doenças e violência, é algo que se repete durante a efetivação destes núcleos mineradores.

Segundo Lylia Galetti, tomando como exemplo as minas de Cuiabá,

nas crônicas dos primeiros tempos, o brilho do ouro, fácil e abundante, contrasta com as dificuldades de um cotidiano marcado pela fome, doenças, privações de todo tipo, mortes violentas em confronto com os indígenas. Nada disso, porém, impediu que milhares de pessoas, vindas de outras regiões da Colônia, afluíssem para as minas cuiabanas, iniciando o rápido povoamento da região, a ponto de preocupar as autoridades portuguesas, zelosas dos novos descobertos.³⁹

Em Goiás, o cenário é parecido. Segundo Deusa Maria Rodrigues Boaventura,

com o início do processo de ocupação, passa-se do deslumbramento às dúvidas sobre as potencialidades e a natureza do lugar. Depois, à medida que o tempo avançava com

³⁶ FONSECA, Cláudia Damasceno; TEIXEIRA, Maria Juliana Gambogi. **Arraiais e vilas d'el Rei: espaço e poder nas Minas setecentistas**. SciELO - Editora UFMG. *E-book*. Posição 1029.

³⁷ BERTRAN, Paulo. **História da terra e do homem no Planalto Central: eco-história do Distrito Federal (do indígena ao colonizador)**. 3. ed. Brasília: EDUnB, 2011, p. 166.

³⁸ FONSECA, *op. cit.*, posição 1133.

³⁹ GALETTI, Lylia da Silva Guedes. **Sertão, fronteira, Brasil: imagens de Mato Grosso no mapa da civilização**. Cuiabá: Entrelinhas, 2012, p.71-72.

mais expedições e descobertas, a realidade do território goiano enfraqueceu o imaginário paradisíaco⁴⁰.

Além das dificuldades relacionadas ao “medo, pavor e a insegurança de índios, negros e colonos”⁴¹, que também eram características do cenário goiano, a autora destaca que também houve uma certa decepção em relação ao caráter exploratório: “era rico em outros minérios que se espalhavam por toda a Capitania, mas não possuía tanto ouro como o mito sugeria”⁴². Porém, mesmo que tais expectativas não tivessem sido supridas, a ocupação territorial seguiu em ritmo crescente. Ainda segundo Boaventura,

a terra ainda ofereceu uma alternativa: o plantio em condições especiais, como “[...] roças feitas em matos virgens”, sendo necessário, porém, “duas limpas, antes de plantar e ao depois. Isto sucede pelos fogos entrarem nestes [nas terras de Goiás] e não entrarem naqueles [nas de São Paulo], e para provas destes não terem as substâncias daqueles”. Dessa forma, plantando-se “[...] uma roça, queimando [-a] bem e correndo o tempo [...]”⁴³, os colonizadores garantiam sua sobrevivência, lidando com a situação e enviando esforços que, até então, pareciam ser insuficientes diante das dificuldades enfrentadas para o cultivo dessas terras.⁴⁴

Na visão colonialista, tais desafios não poderiam significar o abandono da empreitada; para a Coroa, os núcleos mineradores eram indispensáveis para a ocupação definitiva do território, que deveria ser contínua. Segundo Boaventura, tal postura

relaciona-se a uma antiga estratégia de posse e controle do território baseada numa política urbana ligada a uma aceção da Coroa sobre o direito de propriedade. Essa política partia do pressuposto de que o estabelecimento de núcleos urbanos garantiria a efetiva ocupação de espaços de “soberania ainda não definida”.⁴⁵

Após as guerras de Restauração, quando o Brasil passou a ser a principal colônia de Portugal, “os conflitos decorrentes dessa recuperação lusa dinamizaram o início do intrincado processo de definição das fronteiras americanas entre as duas nações ibéricas”⁴⁶. Neste contexto, a Coroa portuguesa acentua ainda mais sua estratégia de ocupação e controle efetivo do território a partir de uma série de mecanismos político-administrativos. Um exemplo desta política é a instalação, “em 1643, do Conselho Ultramarino, órgão centralizador das relações

⁴⁰ BOAVENTURA, Deusa Maria Rodrigues. **Urbanização em Goiás no século XVIII**. Tese (Doutorado – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007, p. 55.

⁴¹ *Ibid.*, p. 60.

⁴² *Ibid.*, p. 55.

⁴³ BERTRAN, Paulo (org.). **Notícia Geral da Capitania de Goiás**. v. 1. Goiânia/Brasília: Solo Editores, 1997, p. 138.

⁴⁴ BOAVENTURA, *op. cit.*, p. 56.

⁴⁵ *Ibid.*, p. 63.

⁴⁶ *Ibid.*, p. 64.

entre Portugal e o Brasil, e a gradativa transferência do controle das capitanias hereditárias para a metrópole”⁴⁷.

Para assegurar essa dominação efetiva do território,

em primeiro lugar, era necessário assegurar algum controle sobre os colonos e sobre a própria dinâmica da colonização. Reafirmar a autoridade régia nas regiões mineiras, o que exigia um grande esforço e uma grande determinação da parte de oficiais para vencerem a resistência de uma população rebelde, foi o principal objetivo da administração colonial no tempo de dom João V. Era um requisito para o combate ao contrabando e para a cobrança eficiente do quinto, o imposto sobre a extração do ouro, mas em nada contribuía para garantir a integridade territorial das províncias meridionais do Brasil contra a ameaça de uma incursão proveniente das colônias espanholas, que só podia ser afastada ou pelo esforço dos meios locais de defesa ou pelo estabelecimento de um acordo diplomático duradouro.⁴⁸

No século XVIII, o Brasil garantia a sobrevivência econômica de Portugal. Segundo Jorge Pedreira,

o Brasil converteu-se de “vaca-leiteira”, como se lhe referia o rei dom João IV na sequência da restauração da independência, em verdadeiro “bezerro de ouro”. Tornando-se literalmente a joia da coroa de dom João V, a que estava confiada a missão de preservar toda a monarquia.⁴⁹

Neste sentido, era indispensável, para a Coroa, que a ocupação e a exploração “segura” destas regiões auríferas acontecessem. Pode-se falar em uma série de tratativas jurídico-administrativas que revelam o incentivo de Portugal para a fixação da população nos centros mineradores. Segundo Boaventura, é com o aparecimento dos primeiros núcleos mineradores que se apresentam estas estratégias para assegurar o domínio econômico e territorial, “iniciados pela instalação de intendências e, posteriormente, pela criação da Capitania e de sua capital, além de casas de fundição, caminhos reais e registros, dentre várias outras ações”⁵⁰.

É neste contexto, a partir de 1717, que os núcleos urbanos criados no sertão passam a receber um planejamento urbano.

Regularmente para as regiões das minas, elaboração de uma jurisdição que incidisse sobre os exploradores aventureiros, contenção das ampliações das primeiras terras justificadas pela posse, expansão do território colonial a oeste de Tordesilhas, levantamentos cartográficos e a combinação de um sistema de partilha de terras, ou de direitos sobre ela, com o estabelecimento de povoações articuladas entre si, foram fundamentos dessa nova política de ocupação, organizada particularmente por engenheiros militares que utilizavam mapas, descrições e relatos corográficos para o conhecimento, a demarcação e a legitimação de territórios mais avançados.⁵¹

⁴⁷ BOAVENTURA, Deusa Maria Rodrigues. **Urbanização em Goiás no século XVIII**. Tese (Doutorado – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007, p. 64.

⁴⁸ FRAGOSO, João; GOUVEA, Maria de Fatima. O Brasil colonial 1720-1821. In: PEDREIRA, Jorge. **A economia política do sistema colonial**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014, p. 422.

⁴⁹ *Ibid.*, p. 420.

⁵⁰ BOAVENTURA, *op. cit.*, p. 65.

⁵¹ *Ibid.*

Ainda colaborando com essa ideia, Roberta Marx Delson destaca que

o mecanismo pelo qual o sertão seria subordinado à autoridade real baseava-se na fundação de comunidades supervisionadas pela Coroa, as quais, com o tempo, formariam redes urbanas integradas, localizadas em pontos estratégicos do interior. Assim, o planejamento e o desenvolvimento desses novos núcleos interioranos orientariam o processo de urbanização durante todo o século.⁵²

Nestas condições espaciais, mesmo diante das dificuldades encontradas para a fixação dos núcleos mineradores (insegurança, fome, frustração), e por mais que as primeiras incursões para o interior da Colônia tenham apresentado um caráter privado, não se pode concluir que “se permitiu que todas as povoações interioranas dessa região se desenvolvessem desordenadamente”⁵³. Pelo contrário, a Coroa incentivou a formação urbana nestas regiões, embasada em premissas econômicas e territoriais, o que viria a subsidiar a criação de arraiais e vilas.

1.2.3. Arraiais e Vilas

A continuidade da ocupação dos núcleos mineradores impôs novas transformações nos espaços auríferos. Esses novos estabelecimentos populacionais comumente eram conhecidos na Colônia como “arraiais”. Inicialmente o termo estava associado às bandeiras, já que “designava os pousos e roças que os bandeirantes criavam ao longo das trilhas para assegurar a sua sobrevivência”⁵⁴. Em decorrência deste processo que culminou no achamento de veios auríferos, a palavra passou a ter um novo sentido. De acordo com Cláudia Damasceno Fonseca,

após a descoberta das minas, estas trilhas transformaram-se em caminhos – mais ou menos praticáveis, dependendo das características dos terrenos – pelos quais transitava um grande número de viajantes e tropeiros. Alguns pousos existentes ao longo destas vias tornaram-se pontos de encontro de agricultores e comerciantes, e em torno destes locais surgiram povoados que também eram chamados arraiais. No século XVIII, quando o foco das bandeiras já não era mais o índio, e sim o ouro, o termo “arraial” tornou-se cada vez mais associado aos povoados das zonas mineradoras da colônia: Minas Gerais, mas também Goiás e Mato Grosso.⁵⁵

Além de variar de acordo com as temporalidades, a palavra “arraial” também muda conforme a localização. Se para a Colônia o termo designava povoados localizados em regiões mineradoras, em Portugal o significado era outro: “segundo o dicionário de Raphaël Bluteau, o termo arraial significava 'o alojamento de um exército na campanha', sendo um sinônimo de

⁵² DELSON, Roberta Marx. **Novas Vilas para o Brasil-Colônia: planejamento espacial e social no século XVIII**. Brasília: AlvaCord, 1997, p. 10.

⁵³ *Ibid.*, p. 27.

⁵⁴ FONSECA, Cláudia Damasceno; TEIXEIRA, Maria Juliana Gambogi. **Arraiais e vilas d'el rei: espaço e poder nas Minas setecentistas**. Belo Horizonte: Editora UFMG. *E-book*. Posição 1003-1006.

⁵⁵ *Ibid.*, posição 1006.

'real'"⁵⁶. Ainda segundo a autora, em análise dos registros de Saint-Hilaire, “o termo 'arraial' pode designar tanto acampamentos precários quanto núcleos mineradores já consolidados”⁵⁷. Em regiões em que não se praticava a mineração, o termo era então associado a esses acampamentos. Ainda seguindo a argumentação de Saint-Hilaire,

Deve-se notar que na Província de Santa Catarina não se usa o termo arraial para designar seus povoados, como em Minas, e sim o termo freguesia, paróquia. A palavra arraial, no sentido estrito, significa um lugar de acampamento e, de fato, os primeiros mineradores só faziam acampar; porém, a grande quantidade de ouro que encontraram em certas regiões fez com que eles ali se fixassem, e a palavra arraial foi assim, pouco a pouco, perdendo sua significação primitiva. Nada de semelhante ocorreu em Santa Catarina, onde não havia minas a explorar.⁵⁸

O fato destes arraiais estarem associados principalmente à mineração não significa que esta era a única atividade econômica praticada ali. Em Goiás, a mineração impulsiona os primeiros arraiais, porém a atividade agropecuária também se estabelece em conjunto com a estruturação destes: “as atividades de mineração conviveram, simultaneamente, com a criação de animais, com o cultivo da lavoura e com as atividades comerciais.

Por mais que a mineração não fosse a única atividade econômica, estes primeiros assentamentos se dão a partir da lógica da exploração aurífera. O primeiro arraial a ser criado em Goiás foi o arraial de Sant’Anna. Segundo Luiz Palacin, o mesmo estava localizado entre morros, numa quebrada no sopé da Serra Dourada, muito próximo das nascentes do rio Vermelho. A nova povoação - que deveria converter-se doze anos depois em vila e tornar-se capital - geograficamente se encontra deslocada, como centro de operações, no território goiano, e climaticamente exposta aos rigores de uma insolação concentrada, sem ventilação. Mas a urgência do momento não admite dilações. Há ouro e água, isto basta. Este será o critério com que irão surgindo os demais arraiais.⁵⁹

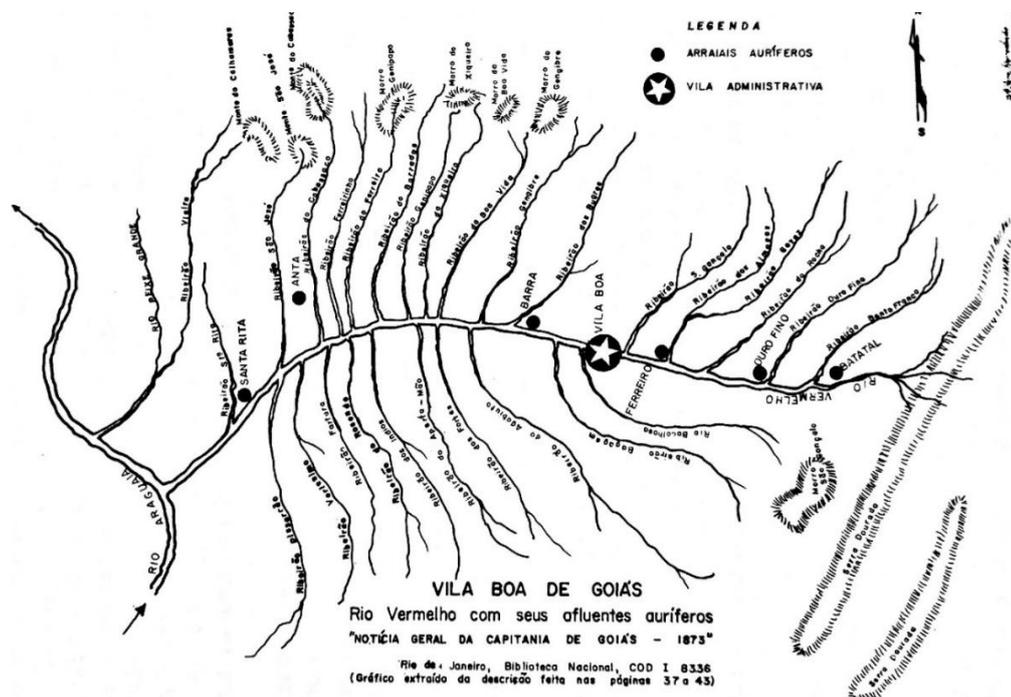
⁵⁶ FONSECA, Cláudia Damasceno; TEIXEIRA, Maria Juliana Gambogi. **Arraiais e vilas d’el rei**: espaço e poder nas Minas setecentistas. Belo Horizonte: Editora UFMG. *E-book*. Posição 989.

⁵⁷ *Ibid.*, posição 1012.

⁵⁸ SAINT-HILAIRE. *Voyage dans les provinces de Saint-Paul et de Sainte-Catherine*. t. II, p. 243 (tradução da autora). *Apud* FONSECA, Cláudia Damasceno; TEIXEIRA, Maria Juliana Gambogi. **Arraiais e vilas d’el rei**: espaço e poder nas Minas setecentistas. Belo Horizonte: Editora UFMG. *E-book*. Posição 1012.

⁵⁹ PALACIN, Luiz. *O século de ouro em Goiás: 1722-1822: estrutura e conjuntura numa capitania de Minas*. 4. ed. Goiânia: Ed. da UCG, 1994, p. 27.

Mapa 1: Rio Vermelho com seus afluentes auríferos



Fonte: SALLES, Gilka V. F. de. **Economia e escravidão na capitania de Goiás**. Goiânia: Cegraf/UFG, 1992, p. 83.

Como dito anteriormente, a exploração aurífera em Goiás segue o caminho das águas. Neste sentido, em torno do primeiro arraial, “segundo as margens dos córregos e dos rios com ouro de aluvião, multiplicam-se rapidamente os centros de garimpo: Barra, Ferreiro, Anta, Ouro Fino, Santa Rita”⁶⁰. Em 1731, são descobertas jazidas próximas ao rio das Almas, surgindo assim o Arraial de Meia Ponte. Ainda segundo Palacin, com estas descobertas desponta um “rápido movimento pendular das populações ouro-mineiras, acorrem para lá as multidões”⁶¹.

O estabelecimento de arraiais não significava o abandono das bandeiras, pelo contrário. A lógica era simples: se há ouro aqui, pode ser que nesta região existam mais minas. “Todos os anos, ao aproximar-se a estação seca nos arraiais mais populosos ou mais avançados no interior do sertão, arregimentavam-se as bandeiras exploradoras”⁶². O pensamento dos bandeirantes estava certo: na década de 1730 e início da década de 1740 muitas minas são descobertas em Goiás. Entre elas podemos citar: Maranhão (1730), Água Quente (1732), Traíras (1735), São

⁶⁰ PALACIN, Luiz. **O século de ouro em Goiás: 1722-1822: estrutura e conjuntura numa capitania de Minas**. 4. ed. Goiânia: Ed. da UCG, 1994, p. 27.

⁶¹ *Ibid.*

⁶² *Ibid.*, p. 28.

José (1735), Cachoeira (1736), Crixás (1734), Natividade (1734), S. Félix (1736), Pontal e Porto Real (1738), Arraiais e Cavalcante (1740) e Pilar (1741).

Vale ainda ressaltar que a ideia de uma exploração continuada do território também permeava a administração portuguesa. A Coroa determinava uma série de recomendações sobre o local ideal para o estabelecimento de um arraial, visando a proximidade das minas para o exercício efetivo da fiscalização sobre o que seria extraído.

Os fundadores dessas comunidades deveriam procurar “sítios saudáveis, próximos de rios e de fontes de água boa, com terreno propício e a pouca distância das minas de ouro”. A localização das futuras povoações já não podia ser deixada à discrição dos colonos; a Coroa era favorável à escolha judiciosa de lugares que apresentassem claras potencialidades de evoluírem para comunidades permanentes. Ademais, Lisboa estipulava que esses novos centros deveriam localizar-se perto de achados de ouro recentes, porque a proximidade das escavações significava que se poderia exercer uma fiscalização rigorosa sobre o ouro extraído.⁶³

A partir de 1745 a descoberta de novas minas passa a ser menos frequente. Em 1746 são descobertas as minas de Carmo e Santa Luzia, e em 1749 a de Cocal. Segundo Palacin, “a partir deste momento começam a faltar os 'descobertos', o mais essencial dos elementos no metabolismo deste tipo de mineração. Pode continuar, por algum tempo, o aspecto de prosperidade, mas depois vem, inevitavelmente, o envelhecimento, a decrepitude”⁶⁴. Mesmo que a atividade mineradora fosse tida como efêmera, a depender das possibilidades de exploração impostas pela configuração natural das jazidas e dos métodos empregados na extração do minério, o estabelecimento de arraiais também indicava “lugares ocupados de maneira estável, porém mais circunscritos”⁶⁵.

Foi essa ocupação gradual do interior da América Portuguesa, que marcou o início do “esboço de uma nova divisão territorial na colônia, assinalada pela fundação de inúmeras vilas e cidades, algumas delas, inclusive, destinadas a ser capitais, como nos casos de Vila Boa de Goiás e de Cuiabá no Mato Grosso”⁶⁶. Em Mato Grosso, no ano de 1727, uma aglomeração de edificações simples

foi agraciada, na devida forma, com o título de vila portuguesa, sob a auspiciosa denominação de Bom Jesus de Cuiabá. O princípio que norteou aquilo que à primeira

⁶³ DELSON, Roberta Marx. **Novas Vilas para o Brasil-Colônia**: planejamento espacial e social no século XVIII. Brasília: AlvaCord, 1997, p. 28.

⁶⁴ PALACIN, Luiz. **O século de ouro em Goiás: 1722-1822: estrutura e conjuntura numa capitania de Minas**. 4. ed. Goiânia: Ed. da UCG, 1994, p. 29.

⁶⁵ FONSECA, Cláudia Damasceno; TEIXEIRA, Maria Juliana Gambogi. **Arraiais e vilas d'el rei**: espaço e poder nas Minas setecentistas. Belo Horizonte: Editora UFMG. *E-book*. Posição 1280.

⁶⁶ BOAVENTURA, Deusa Maria Rodrigues. **Urbanização em Goiás no século XVIII**. Tese (Doutorado – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007, p. 128.

vista parece uma medida prematura e incorreta baseava-se numa circunstância decisiva: Cuiabá era a única aglomeração urbana em toda região Oeste.⁶⁷

A Coroa objetivava ter controle sobre essa região por diversos motivos, mas neste momento interessava controlar o fluxo de ouro extraído, bem como implementar uma estrutura administrativa capaz de gerenciar as demandas burocráticas que garantiriam o domínio português no interior da Colônia. A partir de 1730, quando os principais arraiais auríferos se estabeleceram em Goiás, uma série de medidas foram tomadas para efetivar tal controle.

Pelo ano de 1736 havia sido aberta uma trilha por terra entre Cuiabá e Goiás, a qual finalmente se ligava ao Rio de Janeiro, e os portugueses receavam que ela se transformasse numa importante estrada de contrabando. Diante de mais uma situação potencialmente incontrolável, as autoridades, incontinenti, ordenaram o governador de São Paulo, o Conde de Sarzedas, a seguir imediatamente para o interior de Goiás. O superintendente da região resumiu o ponto de vista oficial ao proclamar que unicamente por meio da fundação de vilas e do estabelecimento nelas da administração governamental, esses homens que perambulam sem destino através desses campos auríferos podem ser controlados, sendo inconveniente deixa-los vagarem sem vigilância, por causa das desordens que podem cometer.⁶⁸

Em 1739, Dom Luís Mascarenhas decidiu estabelecer uma capital no arraial de Sant'Anna, por mais que Meia Ponte também tenha disputado esta posição. No mês de dezembro do dito ano, a “recém organizada Câmara de Vila Boa de Goiás pôde declarar oficialmente que a vila havia sido inaugurada”⁶⁹. Ademais, Vila Boa deveria exercer a função de uma capital regional, acumulando assim o título de vila administrativa. Na Colônia, “as localidades recebiam o título de vila ao mesmo tempo em que adquiriam o direito de se autogerirem, ou seja, de possuir uma câmara, com seu território de jurisdição (termo) e com rendas próprias”⁷⁰. Na jurisdição portuguesa, a palavra “vila”

possui duas dimensões: no nível local, ele designa a povoação-sede de um concelho; na escala territorial, ele corresponde a todo o espaço entorno da sede, posto sob o controle da câmara. Esta dupla conotação do termo vila pode ser associada aos dois atributos espaciais inerentes ao modelo português de organização municipal: o termo e o rossio.⁷¹

⁶⁷ DELSON, Roberta Marx. **Novas Vilas para o Brasil-Colônia: planejamento espacial e social no século XVIII**. Brasília: AlvaCord, 1997, p. 29.

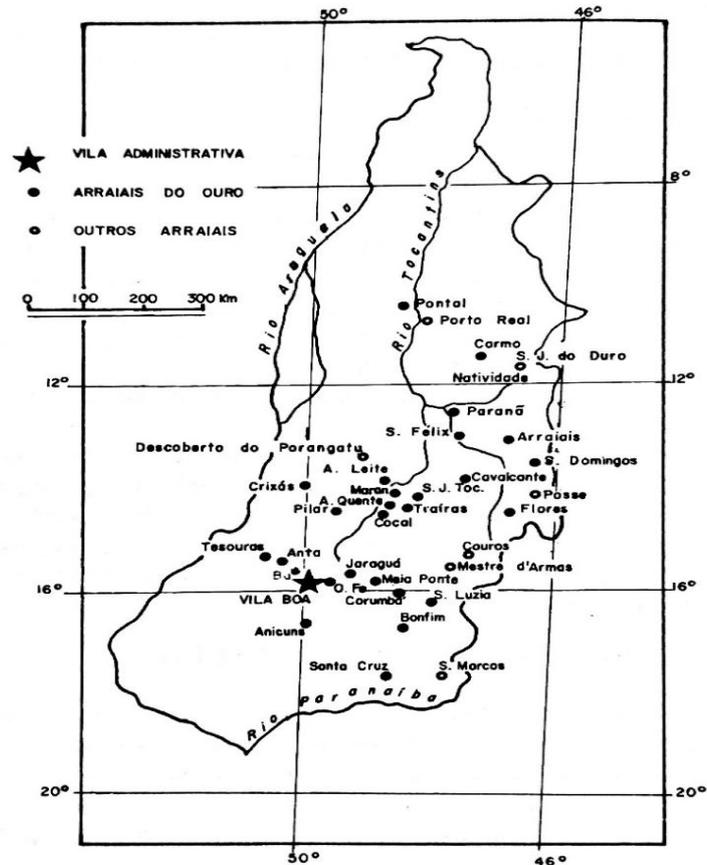
⁶⁸ *Ibid.*, p. 31.

⁶⁹ *Ibid.*

⁷⁰ FONSECA, Cláudia Damasceno; TEIXEIRA, Maria Juliana Gambogi. **Arraiais e vilas d'el rei: espaço e poder nas Minas setecentistas**. Belo Horizonte: Editora UFMG. *E-book*. Posição 388-395.

⁷¹ *Ibid.*, posição 410.

Mapa 2: Vilas e Arraiais do Ouro em Goiás - séculos XVIII e XIX



Fonte: SALLES, Gilka V. F. de. **Economia e escravidão na capitania de Goiás**. Goiânia: Cegraf/UFG, 1992, p. 94.

A formação de vilas, após esse extenso processo de ocupação de um território rico em ouro, representava a consolidação de uma política centralizadora que buscava estabelecer seu controle na região. Primeiramente, ocorria o estímulo às expedições bandeirantes, seguido pela descoberta do ouro e o estabelecimento de núcleos para sua exploração. Por fim, de forma cada vez mais intensa, surgiam os arraiais e vilas. Dessa maneira, a estratégia de colonização estava completa e marcava, assim, o início de uma nova divisão territorial no interior da colônia.

1.3. O Arraial de Santa Luzia

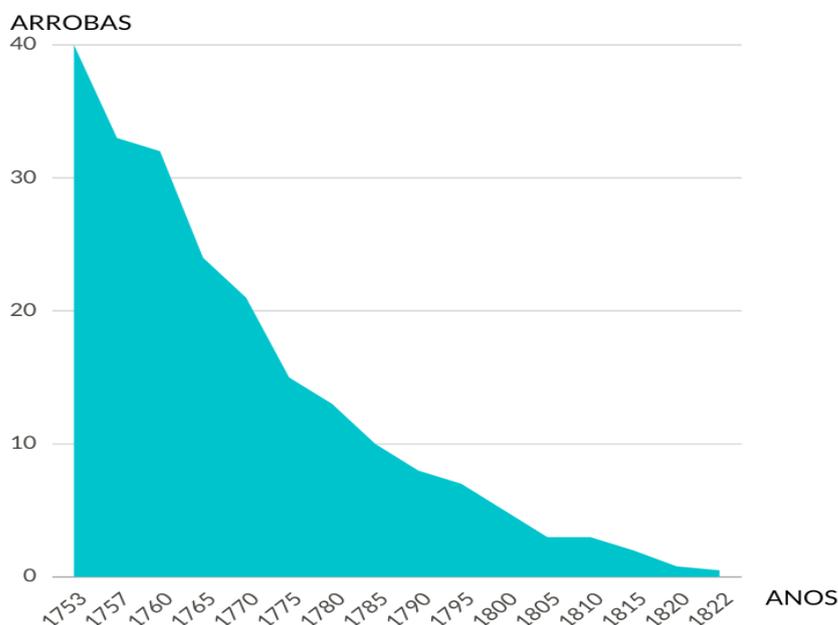
1.3.1. O Estabelecimento das Atividades Econômicas, Administrativas e Sociais

Inserida no contexto da formação de arraiais auríferos, Santa Luzia foi fundada em 13 de dezembro de 1746, a partir da descoberta de ouro na região pela bandeira comandada por Antônio Bueno de Azevedo, que havia iniciado os trabalhos na intenção de encontrar um novo espaço na mineração. Logo de início, o bandeirante conseguiu identificar que se tratava de uma região com grande potencial de exploração mineral.

Partiu para o rumo sudoeste a 11 de dezembro e chegando a 13 à praia de um lindo riacho, mandou lavar uma pouca de areia corrida, cuja vista lhe agradou, e tamanha foi a quantidade de ouro que brilhou ante os seus olhos ávidos e ambiciosos que, por momentos, desavairou-se-lhe a razão inteligente e esclarecida. [...] Duvidando do que viu e apalpou, mandou Bueno repetir a operação uma e muitas vezes, e tanto ouro em granitos e palhetas cobriu o fundo da espaçosa bateia, que o ilustre paulista, grato reconhecido, baixando os joelhos à terra e elevando as mãos aos céus, agradeceu comovido, a graça que Deus houve por bem fazer a ele, a seus companheiros e a suas famílias, e invocando Santa Luzia, essa heroína do cristianismo que se privou dos olhos do corpo para melhor gozar dos olhos do espírito, suplicou-lhe para que, em honra do dia em que é comemorada, aceitasse o padroado da povoação que ele ia fundar sob os auspícios de seu glorioso nome.⁷²

O trecho acima, de autoria do historiador e cronista Joseph de Mello Álvares, relata com detalhes até mesmo as emoções vivenciadas por aqueles que ali estavam. Não se tratava apenas da identificação do potencial minerador de uma localidade, mas sobretudo da descoberta de possíveis minas em um contexto de diminuição da exploração do ouro em Goiás, o que evidencia a importância de tais “descobrimientos”. Não podemos esquecer que, vinte anos depois da descoberta do ouro em Santa Luzia, a produção aurífera da capitania decairia a níveis insignificantes.

Gráfico 1: Produção de Ouro de Goiás de 1753-1822



Fonte: SALLES, Gilka V. F. de. **Economia e escravidão na capitania de Goiás**. Goiânia: Cegraf/UFG, 1992, p. 187-189.

⁷² ÁLVARES, Joseph de Mello. **História de Santa Luzia**: descrição histórica, política e geográfica de Santa Luzia. Brasília: Gráfica e Editora Independência, 1978, p. 13.

Não é possível reconstituir com precisão o cenário de rendimentos da Capitania de Goiás entre os anos de 1726 e 1740. Porém, acredita-se que as primeiras incursões tenham gerado uma grande renda. Os ganhos cresciam a partir da descoberta de novos centros auríferos, já que a exploração mineral estabelecia-se a partir do ouro de aluvião. Neste sentido, enquanto houvesse novos “descobertos” a arrecadação tendia a crescer - e se os mesmos deixassem de ser encontrados, a arrecadação diminuía.

No ano de 1741 a receita atingiu a importância de 61:627\$080 [...]. Registram-se, nesse ano, os achados de Pilar [...]. Para 1742 e 1744 não foram encontrados dados, sabendo-se entretanto, que não houve novos achados auríferos [...]. O ano de 1746 registra um salto ascendente na arrecadação, explicável pelos descobertos de Santa Luzia [...]. No mesmo ano, as jazidas de Carmo afloraram nas proximidades do rio Tocantins, ao lado do Porto Real, com uma corrida de mineiros que rapidamente povoaram a região.⁷³

Dessa forma, os últimos achados na região foram os de Pilar (1741), Carmo e Santa Luzia (1746), sendo o mais recente e significativo o de Cocal (1749). A partir dos anos 1750 ainda ocorreram algumas descobertas, mas sua exploração foi breve e passageira. Segundo Gilka, “os arraiais, isolados em ermos distantes, dificilmente policiados, favoreciam o extravio do ouro, e os excessos dos dizimeiros afetavam ainda mais a produtividade”⁷⁴.

Para que se possa compreender a importância de Santa Luzia no século XVIII, Paulo Bertran afirma que suas minas “eram a quinta em importância dentre os 14 julgados em número de escravos, seguindo a mineração de Vila Boa, Traíras, Crixás e Natividade”⁷⁵. Zé de Mello também contribui para este cenário, ao descrever as riquezas de Santa Luzia. Segundo o autor,

na verdade, dir-se-ia que o Deus das riquezas queria, de uma só vez, premiar as acrisoladas virtudes do seu sacerdote, lançando na parte do álveo do riacho por ele explorado, todo o conteúdo dos seus tesouros; pois o ouro dela extraído, em um só dia, era suficiente para satisfazer a mais exagerada cobiça, se esta fosse suscetível de satisfazer-se.⁷⁶

A respeito dessa caracterização, Bueno de Azevedo notou que o potencial de exploração das minas de Santa Luzia se estendia para além das que estavam próximas ao rio Vermelho (rio este que se distingue do Rio Vermelho que perpassa Vila Boa). O ouro também foi descoberto em áreas elevadas, incluindo uma região atualmente situada atrás da Igreja do Rosário, bem como nas minas de Três Bicas, Cubango, Maravilha, Limoeiro e do Cruzeiro ou Terras Altas.

⁷³ SALLES, Gilka V. F. de. **Economia e escravidão na capitania de Goiás**. Goiânia: Cegraf/UFG, 1992, p. 165-166.

⁷⁴ *Ibid.*, p. 166.

⁷⁵ BERTRAN, Paulo. **História da terra e do homem no Planalto Central**: eco-história do Distrito Federal (do indígena ao colonizador). 3. ed. Brasília: EDUnB, 2011, p. 358.

⁷⁶ ÁLVARES, Joseph de Mello. **História de Santa Luzia**: descrição histórica, política e geográfica de Santa Luzia. Brasília: Gráfica e Editora Independência, 1978, p. 14.

Tais centros mineradores aumentaram a importância de Santa Luzia no cenário de exploração mineral do sul de Goiás durante o Setecentos, principalmente por se tratar de uma das últimas minas a serem descobertas.

Além dos veios auríferos, o capitão-mor e juiz ordinário Manoel José de Andrade e o juiz ordinário e capitão Bento de Souza e Menezes destacaram que Santa Luzia “possuía vista aprazível, bons ares, clima ‘saludavel’ com abundantes águas e terreno fértil para mantimentos, com 400 fogos. Apenas dois ‘cittio’ formavam o dito arraial, a saber, Mestre D’armas e Três Barras”⁷⁷. Tratava-se de um ambiente que, para além da mineração, continha possibilidades de implementação de atividades econômicas distintas, em especial a agricultura, que coexistiu com a extração mineral.

Tais atrativos enchiam os olhos de muitos que não hesitavam em participar da nova estrutura social e política que se edificava em decorrência da exploração mineral. Não era essa uma peculiaridade apenas desse arraial, mas sim uma característica presente nos outros núcleos mineradores do século XVIII. Segundo Zé de Mello,

[...] dentro um pouco, centenas e centenas de caravanas de portugueses, paulistas e africanos, arrastados pelo turbilhão vertiginoso da paixão das riquezas, e guiados pela maga estrela da esperança, chegaram ao novo Eldorado, tantas vezes visto nos seus bizarros e fantásticos sonhos, lançaram ou estendiam os fundamentos de uma grande povoação às duas margens de um riacho, por ter as suas águas constantemente turvadas pela lavagem do ouro, ficou se chamando – Vermelho, e espalhando-se por diversos pontos, fundaram seus estabelecimentos ou fábricas de mineração.⁷⁸

Vale aqui ressaltar que os dados demográficos para o período em questão não nos permitem remontar esse cenário com clareza, tornando difícil a devida comparação com as informações apresentadas por Zé de Mello.

Aos poucos, o processo de ocupação do território se estruturava também na lógica político-administrativa. Como dito anteriormente, a Coroa implementava tais estruturas com o objetivo de efetivar o controle geográfico e governamental desses assentamentos. Segundo Jason Hugo de Paula,

mineradores com vasta ou pequena escravaria dividiam espaço com outros personagens como militares, profissionais liberais e mestres envolvidos com os ofícios da administração secular e/ou eclesiástica. Logo se formava um aglomerado de pessoas de variadas condições, qualidades e procedência, tratando alguns de se ocuparem das muitas funções que demandava a nova faina. Os mais destacados cargos públicos ficavam alojados nas Vilas e, para os arraiais mais distantes, eram destacados os juizes ordinários, clérigos e militares que, por vezes, ali se demoravam ou mesmo passavam a residir. Responsáveis pela observação das leis e administração, não raro,

⁷⁷ PAULA, Jason Hugo de. **Entre picadas, estradas e trieiros**: os caminhos que levam à Freguesia de Santa Luzia. Negociantes, escravidão, família e mestiçagens na Capitania dos Goyazes. 1746-1800. Tese (Doutorado) - UFG, Goiânia, 2017, p. 84.

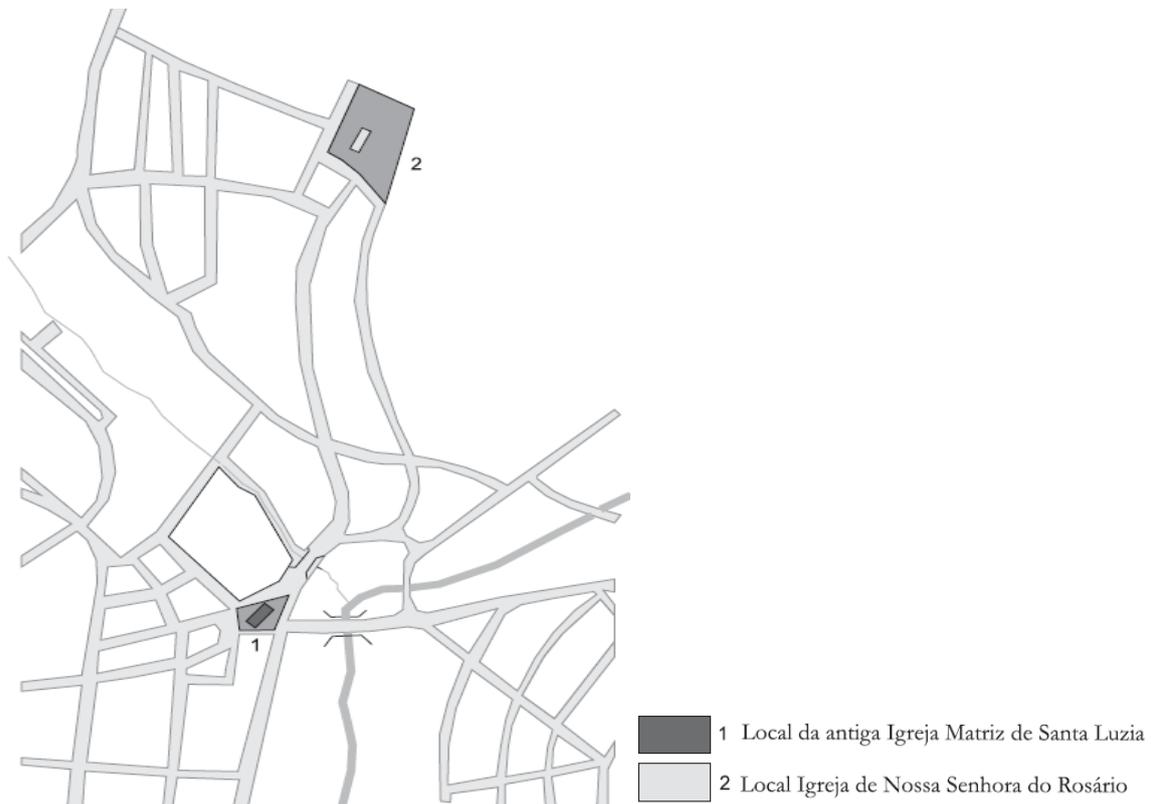
⁷⁸ ÁLVARES, Joseph de Mello. **História de Santa Luzia**: descrição histórica, política e geográfica de Santa Luzia. Brasília: Gráfica e Editora Independência, 1978, p. 15-16.

destes agentes eram exigidos relatórios, mapas, censos etc., acerca da administração, rendimentos e tributação daquelas minas.⁷⁹

Neste sentido, é fundamental salientar a função da Igreja no processo de ocupação territorial e de edificação desta estrutura política e administrativa. Já nos primeiros registros de batismo, que são datados antes mesmo da fundação oficial do arraial, em agosto de 1746, é possível identificar que a Capela de Santa Luzia já existia. A presença da Igreja no arraial não era uma singularidade de Santa Luzia, mas fazia parte dos mecanismos de controle que a Coroa portuguesa exercia sobre as regiões mineradoras. De acordo com Cláudia Damasceno Fonseca,

pode-se afirmar que, no momento em que a Coroa portuguesa decidiu tomar as rédeas do processo de ocupação da região mineradora, foi através da Igreja que ela procurou se impor e “reduzir toda a gente que anda nas minas e povoações”.⁸⁰

Mapa 3: Traçado Urbano de Santa Luzia - Igrejas



Fonte: BOAVENTURA, Deusa Maria Rodrigues. **Urbanização em Goiás no século XVIII**. Tese (Doutorado – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007, p. 214.

⁷⁹ PAULA, Jason Hugo de. **Entre picadas, estradas e trieiros**: os caminhos que levam à Freguesia de Santa Luzia. Negociantes, escravidão, família e mestiçagens na Capitania dos Goyazes. 1746-1800. Tese (Doutorado) - UFG, Goiânia, 2017, p. 59.

⁸⁰ FONSECA, Cláudia Damasceno; TEIXEIRA, Maria Juliana Gambogi. **Arraiais e vilas d'el rei**: espaço e poder nas Minas setecentistas. Belo Horizonte: Editora UFMG. *E-book*. Posição 1370.

Dessa forma, as capelas não eram apenas um símbolo da religiosidade, que no caso de Santa Luzia está presente até mesmo no nome do arraial, mas também “faziam-se essenciais à conquista das Minas, ora por efetiva piedade religiosa, que era muita; ora por interesses máximos da colonização”⁸¹. Além de exercer o controle da Coroa nas regiões mineradoras, as capelas também simbolizavam o povoamento destas regiões. Ainda segundo Fonseca,

diversos relatos históricos demonstram que, de modo geral, o momento da consagração – ou seja, da oficialização – das pequenas capelas construídas pelos habitantes ao lado de suas lavras ou de suas roças coincidia com o início da formação de uma aglomeração humana mais estável. Em seguida, a promoção destas ermidas à condição de capelas filiais e, mais tarde, de igrejas matrizes era, frequentemente, uma das consequências do crescimento e da prosperidade dos arraiais em que se situavam, mas também dos espaços rurais circundantes. Desta forma, podemos considerar as datas de reconhecimento oficial destes edifícios religiosos como índices indiretos da formação e do desenvolvimento dos núcleos de povoamento.⁸²

No documento sobre a criação de Prelazia de Goiás e Cuiabá, algumas funções atribuídas à Igreja vão além do processo de evangelização, já que

atenderiam o numeroso povo, que se acha disperso em vários e entre si mui remotos arraiais [...], ajudariam a inibir o contrabando do ouro nessa “vasta região aberta às comunicações naturais com o Pará, Maranhão, Pernambuco, Bahia, Rio de Janeiro e São Paulo”, e assegurariam a futura posse e hegemonia de parte das terras espanholas, endossada pelo beneplácito de Santa Sé.⁸³

Tais funções podem ser analisadas pelo prisma das relações estabelecidas entre a Igreja e o Estado, que são representadas “por um conjunto de direitos e obrigações mútuas que se sobreponham no âmbito da administração do território, materializando concretamente os desequilíbrios e as contradições entre os dois poderes”⁸⁴.

Ao Estado cabia “exercer as funções administrativas das capitânicas, fiscalizar impostos, fundar cidades e construir edifícios religiosos”⁸⁵; já a Igreja era responsável pelas “normas referentes a essas construções e a propagação dos dogmas cristãos”⁸⁶, organizando-se administrativamente em dioceses ou prelazias que se subdividiam em paróquias, que eram “entendidas como delimitações territoriais eclesiásticas de referência do povo, associadas a um edifício religioso e atuando como uma espécie de distrito”⁸⁷. Dessa forma, a igreja era a

⁸¹ VASCONCELOS. História antiga das Minas Gerais, v. I, p. 226. *Apud* FONSECA, Cláudia Damasceno; TEIXEIRA, Maria Juliana Gambogi. **Arraiais e vilas d'el rei**: espaço e poder nas Minas setecentistas. Belo Horizonte: Editora UFMG. *E-book*. Posição 1370.

⁸² FONSECA, Cláudia Damasceno; TEIXEIRA, Maria Juliana Gambogi. **Arraiais e vilas d'el rei**: espaço e poder nas Minas setecentistas. Belo Horizonte: Editora UFMG. *E-book*. Posição 1378.

⁸³ BOAVENTURA, Deusa Maria Rodrigues. **Urbanização em Goiás no século XVIII**. Tese (Doutorado – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007, p. 140.

⁸⁴ *Ibid.*, p. 147.

⁸⁵ *Ibid.*

⁸⁶ *Ibid.*

⁸⁷ *Ibid.*, p. 146.

materialização das delimitações geográficas de um território, sendo também símbolo de uma ocupação definitiva. É fundamental ressaltar que, para a Coroa, o acordo com a Igreja também era visto como um meio efetivo de controle social, “tanto quanto a justiça temporal e o 'governo político' que ela pretendia instalar nesta zona”⁸⁸.

Para a compreensão de tais materializações, vamos analisar os significados atribuídos ao *status* de paróquia ou freguesia. Segundo Boaventura, no Brasil tais *status* eram dados aos arraiais como forma de “reconhecimento e institucionalização por parte do Estado e da Igreja, dos povoados existentes, e, portanto, de regiões habitadas”⁸⁹. Ainda segundo esta autora,

o procedimento se realizava a partir da elevação de pequenas capelas à condição de matrizes de arraiais “[... aonde se acha o mayor concurso dos moradores por cauza da comviniencia das minas, e lavras donde trabalharão]”⁹⁰, ou seja, a preferência era para lugares mais populosos e que potencialmente eram tidos como lucrativos.⁹¹

Resumidamente, o processo de reconhecimento e institucionalização de um território se dava

colando as capelas, confirmando a nomeação de um padre sustentado pelo Estado português, e garantindo recursos para a manutenção das igrejas e administração continuada, podendo, enfim, o povo viver como “christaos, ao que o zello de Vossa Excelência há de atender para ficarem com grande consolação Espiritual”.⁹²

Ainda neste sentido, para Cláudia Damasceno, tais estruturas administrativas e religiosas são tão ligadas que isto se reflete também nos significados das palavras. “Os termos 'freguesia' e 'capela', pertencentes ao léxico eclesiástico, podem acompanhar ou substituir a palavra 'arraial’”⁹³, que, como vimos anteriormente, está associada às estruturas urbanas da Colônia.

No arraial de Santa Luzia já havia ouro, gente e igreja. As atividades econômicas, administrativas e sociais foram se estabelecendo de forma contínua, e associadas entre si. Didaticamente, compreender essas características de forma separada ajuda a visualizar melhor tal realidade, porém convém lembrar que essas três esferas se entrecruzavam na vida dos habitantes do arraial, sendo difícil dissociá-las. Pode-se, contudo, afirmar que Santa Luzia era, sobretudo, um arraial com diversidade econômica e social.

Na esfera social, pode-se enxergar um arraial que convivia com a heterogeneidade que a mineração havia produzido. Como dito anteriormente, a descoberta do novo “Eldorado”

⁸⁸ FONSECA, Cláudia Damasceno; TEIXEIRA, Maria Juliana Gambogi. **Arraiais e vilas d'el rei**: espaço e poder nas Minas setecentistas. Belo Horizonte: Editora UFMG. *E-book*. Posição 1399.

⁸⁹ BOAVENTURA, Deusa Maria Rodrigues. **Urbanização em Goiás no século XVIII**. Tese (Doutorado – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007, p. 146.

⁹⁰ AHU. Goiás. Doc 943 a 947, 1767. Sobre as capelas da Capitania de Goiás. Goiânia: IPEHBC.

⁹¹ BOAVENTURA, *op. cit.*, p. 146.

⁹² *Ibid.*

⁹³ FONSECA, *op. cit.*, posição 1399.

despertou o interesse de muitos. Segundo Jason Hugo de Paula, que baseia-se nas informações trazidas por Zé de Mello, o fluxo populacional direcionado para Santa Luzia foi intenso. Nos primeiros anos, se encontravam ali

mais de cem famílias de brancos portugueses, paulistas e fluminenses [...]. Alguns dos migrantes trouxeram famílias enquanto outros vinham com o status de solteiros. Simultaneamente aos mineiros chegavam comerciantes, tropeiros, oficiais militares e públicos, fazendeiros de gado vacum e cavalariço e sitiantes, escravos, entre outros. Sobre as famílias escravas ou de forros e libertos, o ilustre historiador nada diz.⁹⁴

Formava-se então uma sociedade. Esta teria suas bases na mineração, mas esta não seria sua única atividade econômica (como veremos mais adiante). A partir dos documentos disponíveis na atualidade, ainda não é possível reconstituir as estruturas demográficas do arraial, mas uma coisa é certa: era necessário mão de obra para fazer essas estruturas econômicas funcionarem. Esta mão de obra inicialmente seria escrava, podendo ser indígena ou africana (trataremos de forma mais pormenorizada das características do trabalho escravo no capítulo 3). A população de Santa Luzia era, então, composta por várias camadas sociais: os portugueses, os paulistas, os indígenas e os africanos.

Por mais escassos que sejam os documentos que nos ajudam a visualizar o panorama populacional, existem alguns registros que nos possibilitam efetuar comparações entre os dados existentes. Diferente do cenário, apontado por Zé de Mello, de um fluxo de milhares de escravizados para a região, um documento produzido pelo intendente e provedor da Fazenda Real, Manoel Caetano Homem de Macedo,

informa que no Arraial de Santa Luzia havia duzentos e cinquenta e quatro escravos na primeira matrícula, rendendo um total de seiscentas e nove oitavas, sessenta e quatro grãos e oito décimos de ouro. Na segunda matrícula, foram contabilizados duzentos e sessenta e dois escravos, perfazendo um rendimento de seiscentas e vinte e uma oitavas, vinte e um grãos e seis décimos de ouro.⁹⁵

Nesse sentido, é necessário olhar com mais cuidado os números colocados pelos memorialistas, que enfatizam um processo migratório que teria culminado na vinda de milhares de pessoas para essa região. Como aponta Jason Hugo de Paula, não se trata de negar que tal processo migratório tenha acontecido, mas sim de considerar que “nada assegura que tenha sido uma corrida frenética e insana, a julgar pelos muitos mineradores que fizeram-se acompanhar da família, escravos e demais bens em viagens que duravam meses”⁹⁶.

⁹⁴ PAULA, Jason Hugo de. **Entre picadas, estradas e trieiros**: os caminhos que levam à Freguesia de Santa Luzia. Negociantes, escravidão, família e mestiçagens na Capitania dos Goyazes. 1746-1800. Tese (Doutorado) - UFG, Goiânia, 2017, p. 87.

⁹⁵ *Ibid.*, p. 94.

⁹⁶ *Ibid.*

Outro documento que faz referência à população de Santa Luzia é a *Notícia Geral*, que contabilizou, para o ano de 1783,

81 casais de pessoas brancas, 58 de casais pardos e 20 de pretos forros. Somente no arraial (núcleo urbano) havia duzentos e vinte moradores, todos cabeças de família e, em todo o Julgado trabalhavam mil e quinhentos escravos. Como os números são aproximados, podemos dizer que a população de Santa Luzia, em 1783, não chegava a duas mil almas.⁹⁷

Em 1798, Timotheo Correa de Toledo, que ocupava o cargo de vigário responsável pela Freguesia de Santa Luzia, fez um levantamento da população classificando as pessoas pela faixa etária e pelo sexo. Segundo a listagem do vigário, viviam no arraial

meninos e meninas de um a sete anos, 370; rapazes e raparigas de sete a quatorze anos, 581; homens de quinze aos sessenta anos, 857; mulheres de quatorze aos cinquenta anos, 760; homens acima de 60 anos, 98; mulheres acima dos 50 anos, 141. Neste mesmo ano nasceram 54 meninos e 69 meninas, enquanto que faleceram 45 homens entre adultos e inocentes e 69 mulheres entre inocentes e adultas.⁹⁸

1.3.2. As Irmandades Religiosas

Esta população, tão diversa e estratificada, tinha a fé como uma característica central. Por mais que alguns não seguissem as mesmas orientações religiosas, é sabido que a religião oficial do Estado pautava muitas dinâmicas coloniais, inclusive as dos escravizados, que em certa medida criaram adaptações religiosas. Neste sentido, a Igreja católica, mais do que um símbolo administrativo (como vimos anteriormente), era também um espaço de convivência social e reflexo da sociedade em questão. Um bom exemplo destas sociabilidades propiciadas pela Igreja são as irmandades.

De procedência europeia, as irmandades tinham por objetivo a devoção aos santos, assim como o cuidado da alma. Em especial, pode-se associar a origem das irmandades à devoção a Nossa Senhora do Rosário, com forte admiração à figura de Maria. A partir do processo de dominação de outros povos, essa cultura religiosa foi se espalhando para outras regiões, como foi o caso da África e do Brasil. Segundo Mary Karasch,

os africanos já haviam levado a crença em Nossa Senhora do Rosário até o interior de Angola e muitos escravos chegaram ao Brasil acreditando que Nossa Senhora do Rosário era africana: no interior do Brasil os descendentes de escravos ainda a consagram como “Rainha de Angola”. Portanto, muitos dos africanos escravizados que chegaram no Brasil, antes de 1850, já estavam familiarizados com o rosário, usando-o em volta de seus pescoços e recitando-o em suas próprias linguagens.⁹⁹

⁹⁷ PAULA, Jason Hugo de. **Entre picadas, estradas e trieiros**: os caminhos que levam à Freguesia de Santa Luzia. Negociantes, escravidão, família e mestiçagens na Capitania dos Goyazes. 1746-1800. Tese (Doutorado) - UFG, Goiânia, 2017, p. 96.

⁹⁸ *Ibid.*

⁹⁹ KARASCH, M. Construindo comunidades: as irmandades dos pretos e pardos. **História Revista**, Goiânia, v. 15, n. 2, p. 257–283, 2011. p. 2.

No Brasil, as irmandades foram vistas pelo Estado e pela Igreja como uma alternativa de conversão dos africanos escravizados, bem como para a catequização de indígenas. No decorrer de sua fixação e a depender de sua localidade, as irmandades se estratificavam de acordo com a sociedade à qual pertenciam. Existiam, assim, irmandades específicas para brancos, pardos e pretos. Estas se tornaram tão populares “que o estado de Minas Gerais sozinho, chegou a contar com 62 delas dedicadas à Nossa Senhora do Rosário”¹⁰⁰.

Em Goiás, as irmandades dedicadas à Nossa Senhora do Rosário dos Pretos foram estabelecidas após a descoberta do ouro, na década de 1720. Em 1730, foi fundada uma destas irmandades em Vila Boa de Goiás. Logo em seguida, em 1736, em Meiaponte foi construída uma capela em homenagem à santa. Karasch afirma que outras irmandades do Rosário foram se estabelecendo nesta região mineradora, citando os exemplos de “Bonfim (1791), Carmo, Crixás (1777), Natividades (1786), Pilar (1762), Santa Luzia (1769) e São José de Tocantins (1762)”¹⁰¹.

Mas, afinal de contas, como funcionava uma irmandade? Após o seu estabelecimento, eram selecionados aqueles que comporiam a Mesa (esta era responsável por organizar as dinâmicas e poderia ser composta por doze a vinte e quatro membros). Em geral, estas pessoas realizavam as funções de rei e rainha, juiz e juíza, escrivão, tesoureiro e procurador. Aqui vale destacar a importância das mulheres, em especial em algumas irmandades dos pretos.

Em alguns casos, metade dos membros da mesa era composta por mulheres, mas algumas irmandades dos pretos barravam a presença de mulheres, tal qual faziam as irmandades dos brancos. Em contraste com as confrarias hispânicas, as mulheres desempenhavam um papel bem mais significativo nas irmandades dos pretos: as rainhas e juízas contribuíram com recursos financeiros significativos obtidos por meio de levantamentos, organizavam festivais, cuidavam dos enfermos e eram responsáveis pelas atividades de caridade.¹⁰²

Para fazer parte das irmandades havia algumas exigências que poderiam variar de acordo com as regiões, mas que, em geral, seguiam os mesmos parâmetros, tais como: a realização do pagamento de uma taxa para ingresso, uma doação anual, o membro deveria ser casado na igreja e ter uma boa conduta. Podia haver também restrições relacionadas à cor, etnia e ofício dos participantes. Em Goiás, como afirma Mary Karasch,

distinções tão detalhadas de ofícios de etnias não aparecem na documentação, entretanto os registros que resistiram as intempéries sugerem que as irmandades dos pretos eram mais inclusivas que outras, aceitando, até mesmo, uma nação indígena, os Bororos. Em Meiaponte, por exemplo, os registros de admissão para a irmandade do Rosário aceitavam “brancos, pretos, escravos, forros, casados, solteiros, homens,

¹⁰⁰ KARASCH, M. Construindo comunidades: as irmandades dos pretos e pardos. **História Revista**, Goiânia, v. 15, n. 2, p. 257–283, 2011. p. 3.

¹⁰¹ *Ibid.*

¹⁰² *Ibid.*, p. 4.

mulheres e meninos de doze anos para cima”. Linguagem similar aparece no compromisso de 1788 para a irmandade de Nossa Senhora das Mercês dos cativos de São Joaquim de Cocal; a distinção étnica que este compromisso firmou foi a que o Rei e Rainha deveriam ser pretos (africanos) em um ano e crioulos em outro.¹⁰³

Para que a comunidade religiosa funcionasse a arrecadação de dinheiro era essencial. Como vimos anteriormente, uma parte desta quantia era arrecadada no momento em que os ingressantes passavam a compor a irmandade e nas doações que os mesmos deveriam realizar anualmente. Aqueles que ocupavam posições na Mesa pagavam taxas maiores. Porém, a renda não era suficiente, sendo necessária a realização de várias ações, incluindo pedir esmolas. Este serviço tinha um destaque maior relacionado às mulheres.

Os fundos arrecadados possibilitavam a realização das atividades sociais e religiosas das irmandades, que além de coletar esmolas realizavam procissões e organizavam celebrações de dias festivos, como as festas em honra de Nossa Senhora do Rosário (7 de outubro), de Nossa Senhora da Conceição (12 de dezembro), do Santo Rei Baltazar (6 de janeiro), de São Benedito (4 de abril), de São José (19 de março) e de Santa Efigênia (25 de julho). Nestas celebrações, as irmandades “precisavam de velas e fogos de artifícios e outros produtos típicos de rituais, especialmente para o pagamento pelas missas solenes, sempre com música apropriada”¹⁰⁴. Vale ainda lembrar que as irmandades erguiam edifícios que serviam como igrejas e capelas, sede de suas organizações.

Além dessas despesas, as arrecadações eram utilizadas para o enterro dos membros da irmandade: “já que muitos donos de escravos não providenciavam o enterro de seus escravos, as irmandades dos pretos funcionavam como associações fúnebres”¹⁰⁵. Os cofres das irmandades ajudavam a cobrir o enterro, bem como as atividades relacionadas ao rito religioso de passagem, como a celebração de missas, cortejos, etc. Estas comunidades religiosas também ofereciam ajuda “aos seus membros escravizados, caso fossem maltratados por um senhor cruel ou ajudá-lo a alcançar a manumissão”¹⁰⁶. Em alguns casos, já no século XIX, é possível observar que as irmandades providenciavam a defesa legal, pagavam os advogados, apoiavam a causa abolicionista e até mesmo compravam a liberdade de seus membros. Em Goiás, Karasch afirma que

não há evidência direta de que a fundação das irmandades tivesse por finalidade a manumissão de seus membros. Aliás, a irmandade do Rosário de Vila Boa possuía escravos doados por seus membros, entretanto os membros da mesa da irmandade do Rosário, na cidade de Goiás no século XIX, foram visivelmente bem sucedidos na

¹⁰³ KARASCH, M. Construindo comunidades: as irmandades dos pretos e pardos. **História Revista**, Goiânia, v. 15, n. 2, p. 257–283, 2011. p. 5.

¹⁰⁴ *Ibid.*, p. 12.

¹⁰⁵ *Ibid.*, p. 13.

¹⁰⁶ *Ibid.*, p. 14.

obtenção de suas liberdades. No início do século dezenove, a maioria dos membros da mesa era listada como escravo, mas por volta da década de 1860 a maioria deles havia escapado do status de escravo.¹⁰⁷

Em Santa Luzia, a construção da capela de Nossa Senhora do Rosário começou no dia 2 de junho de 1769. No local em questão havia anteriormente uma pequena casa de oração, que remontava aos tempos iniciais do processo de colonização. Nesta pequena capela estabeleceu-se a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos de Santa Luzia, que assumiu algumas das características citadas anteriormente.

A Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos ainda existe, sendo considerada por muitos um símbolo da participação dos negros na construção do arraial. Em 1999, a igreja passou por um processo de restauro e foi reinaugurada. No segundo semestre de 2010, a igreja foi interditada para um novo reparo. Após um cuidadoso processo de restauro e conservação, no dia 25 de setembro de 2011 o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), juntamente com o Governo do Estado de Goiás e a Prefeitura Municipal de Luziânia, realizaram a entrega das obras da igreja em uma missa solene. A Igreja do Rosário é um dos poucos edifícios em Luziânia que preservam a memória desse arraial minerador.

Figura 1: Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos - Luziânia, GO



Foto da autora (2023).

¹⁰⁷ KARASCH, M. Construindo comunidades: as irmandades dos pretos e pardos. **História Revista**, Goiânia, v. 15, n. 2, p. 257–283, 2011. p. 15.

1.4. A Economia de Abastança: Uma Análise Historiográfica

Embora a colonização de Goiás tenha sido impulsionada pela mineração, essa atividade não se manteve como a principal em caráter permanente. Tal processo de diminuição da arrecadação do ouro não foi restrito apenas ao território goiano, porém foi vivenciado de forma mais intensa pelos goianos e mato-grossenses. Além das características geográficas citadas anteriormente, bem como as especificidades da extração do ouro de aluvião, outros motivos associados a este contexto facilitaram o decréscimo em questão. Segundo Kelerson Semerene Costa, o “progressivo esgotamento das minas superficiais e a insuficiência de técnicas disponíveis para aprofundar a exploração, [...] à descapitalização dos mineiros devido ao sistema fiscal e ao constante endividamento junto aos comerciantes”¹⁰⁸ são fatores que explicam tal processo.

Tal cenário pode ser melhor percebido a partir de meados de 1800, quando as estruturas comerciais são atingidas com mais intensidade. Porém, a transformação econômica pode ser identificada antes deste momento. Em 1779, foi a primeira vez que o quinto não alcançou quinze arrobas. A partir de então, com raros momentos de recuperação, o rendimento foi cada vez menor.

Nos dez anos seguintes, o quinto experimentou nova redução à metade - 10.033 oitavas em 1812, ou duas arrobas e meia. Em 1820, às vésperas da independência, não chegava sequer a uma arroba; a mineração praticamente tinha desaparecido como atividade econômica significativa. Continuavam alguns miseros faiscaadores lavando e relavando o cascalho acumulado nos dias passados e removendo as areias que foram auríferas, como aqueles quatro ou cinco negros encontrados por Saint-Hilaire em Santa Luzia, que conseguiam salários de quatro vinténs, uns 150 réis por dia no tempo das águas, mas apenas 1 vintém durante a seca.¹⁰⁹

No relato do governador Delgado Freire, de 1813, também é possível observar o mesmo cenário:

A extração do ouro nesta Capitania vai correndo à sorte daquela dos demais produtos minerais com tão vantajosos passos que em breve será reduzido a nada o seu quinto, tendo diminuído quase progressivamente desde o ano de 1778, que marcou época fim de sua abundância e princípio de sua decadência. Isto certamente não é devido ainda pela falta deste metal, pois creio bem estar intacta a sua matriz, por não haver aqui memória de mineração regular, e metódica, nos montes onde a devo supor, e muito abundante pela grande quantidade que dela tem afluído aos campos e rios, donde até agora tem sido extraído sem mais pequeno princípio mineralógico, tanto por se descobrir e encontrar com mais facilidade, como por não ter havido alguém com os conhecimentos e posses para um semelhante trabalho, e o que é agora absolutamente impossível, pois a maior parte dos habitantes chamados mineiros semelhantes ao jogador que nem sabe nem tem outro ofício nem aplica algum ganho mais que as coisas supérfluas ou a ver se pelo mesmo caminho faz outro maior; finalmente perde tudo, fica pobre e sem ressursa, assim eles vivem na maior miséria, lavando ainda terra, já muitas vezes lavada, ou vagando a ver se encontram alguma riqueza, ou

¹⁰⁸ COSTA, Kelerson S. **Meiaponte**: história e meio ambiente em Goiás. Brasília: Paralelo 15, 2013, p. 43.

¹⁰⁹ PALACIN, Luiz. **O Século do Ouro em Goiás**. Goiânia: Ed. Oriente; Brasília: INL, 1979.

descoberto, como vulgarmente chamam, isto é, alguma mancha, ou pinta, que ainda não fosse encontrada, e que tem feito para sua desgraça.¹¹⁰

Na descrição feita pelo governador, alguns motivos são apontados para o decréscimo da produção e conseqüentemente da arrecadação, tais como a falta de conhecimentos técnicos para a exploração. O relato também destaca que a população vivia em miséria, tentando quase que em vão achar algo na terra lavrada, assemelhando-se ao cenário encontrado por Saint-Hilaire em Santa Luzia.

Tal quadro pode ser traduzido em números:

Do total aproximado de 131 toneladas de ouro extraídas de 1726 a 1822, 80 toneladas, ou 61%, foram produzidas entre 1736 e 1765. A arrecadação do quinto atingiu, em 1753, 40 arrobas, o equivalente a uma produção total de 3 toneladas naquele ano. Essa arrecadação manteve-se acima de 30 arrobas até 1760. Decresceu ano a ano, atingindo 15 arrobas em 1773, 10 em 1781, virou o século com 5, para chegar, em 1822, a apenas meia arroba, correspondente a produção de 37,5 quilos.¹¹¹

O declínio pode também ser identificado na redução das trocas comerciais, que a partir de então, por conta do crescente isolamento, gradualmente se dissiparam, com as redes de comunicação já não apresentando a mesma vitalidade de antes. Esta situação também pode ser percebida pelo número reduzido de tropas e viajantes que passavam pelas fronteiras, o que indica o declínio das importações e do fluxo de mercadorias: “em 1809, passaram apenas sete tropas pela Contagem de São João; em 1810, seis tropeiros pobres; e na década seguinte (1810-1820) não se excedeu a 12 viajantes ao todo”¹¹², em contraste com o movimento observado na década de 1780, quando foram registrados 111 tropeiros.

Por conseguinte, Luiz Palacin destaca que a redução na arrecadação do mineral teve um impacto significativo no aumento das distâncias no território goiano, intensificando o processo de isolamento dessa região. Conforme observado pelo autor, essa situação deixou as populações locais “como náufragas, sem possível retorno”¹¹³.

Para uma compreensão adequada das estruturas que sustentavam o comércio no interior, é necessário contemplar as condições em que essas transações ocorriam. Percorrer o território colonial em busca de trocas comerciais representava um desafio considerável. Inúmeros fatores influenciavam essas viagens, tais como as condições climáticas, a natureza das mercadorias

¹¹⁰ PALACIN, Luiz. **O Século do Ouro em Goiás**. Goiânia: Ed. Oriente; Brasília: INL, 1979, p. 134. Serviço de Documentação do Estado de Goiás. Ofício à Corte, 1812. f. 163v.

¹¹¹ COSTA, Kelerson S. **Meiaponte: história e meio ambiente em Goiás**. Brasília: Paralelo 15, 2013, p. 43.

¹¹² LEONARDI, Victor. **Entre árvores e esquecimento: a modernidade e os povos indígenas no Brasil**. História social dos sertões. 2. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília/ Paralelo 15, 2016, p. 338.

¹¹³ PALACIN, *op. cit.*, p. 135.

envolvidas, o tamanho do grupo de comerciantes e até mesmo os animais envolvidos no transporte.

O preço e a carência dos animais de carga eram outras das ameaças ao transporte e às viagens. Pohl põe como uma das causas primeiras, determinante da decadência de Goiás, imediatamente depois da morte de muitos escravos, a morte das bestas por causa das epidemias, causadas ou favorecidas pela falta de sal. De fato, ele mesmo observa, noutro lugar, que em Goiás era difícil encontrar animais de carga fora do tempo da seca, em que chegavam de São Paulo ou se encontravam de passagem para Mato Grosso.¹¹⁴

As tropas comercializavam uma diversidade de produtos que em geral não eram encontrados nesta região, sendo um bom exemplo o algodão descaroçado. Segundo Palacin, Meia Ponte costumava pagar, por uma arroba deste algodão, um frete de três mil réis. Tais produtos foram comercializados com mais ênfase quando a mineração ainda rendia bons lucros; porém, após este período, muitas mercadorias deixaram de adentrar ao território goiano. Diante deste cenário, qual produto poderia substituir o ouro e fomentar a economia local?

Saint-Hilaire sugeria, como único remédio, o cultivo e exportação de produtos agrícolas especializados de alto valor comercial, cujo preço compensasse os custos de transporte: algodão, açafraão, café e chá. Poderia ter sido, talvez, uma solução, mas, no estado de prostração em que se encontrava a capitania, era pouco menos que impossível encontrar quem dirigisse a produção em grande escala de tais produtos, e cuidasse depois de sua comercialização.¹¹⁵

Maria Augusta de Sant'Anna Moraes e Luiz Palacin também compartilham dessa perspectiva. De acordo com os autores, a superação dessa crise econômica só ocorreria caso um novo produto básico surgisse no mercado consumidor europeu, como havia acontecido com o açúcar, o ouro e o algodão do Brasil.

Outra pergunta se faz importante: por que o comércio desempenha um papel tão crucial nessas regiões e serve como um indicador de mudanças no panorama econômico? Além do sistema fiscal (método de capitação e arrecadação do quinto), que garantia à Metrópole o controle destas regiões, o comércio era um indicativo das relações que interligavam o interior do Brasil às outras regiões. Essas cidades haviam se formado por conta da mineração e, por mais que existissem outras atividades produtivas, o grande esforço ainda estava centralizado na extração mineral. De acordo com Kelerson Semerene Costa,

o comércio de importação sempre acompanhou a sociedade mineradora, pois essa, ao orientar seus fatores de produção totalmente para a busca do ouro, dependia quase totalmente de gêneros produzidos em outras regiões para se abastecer, seja de alimentos, seja de ferramentas, seja ainda de tecidos ou de bens mais suntuosos. Ora, grande parte do comércio colonial era praticado nos limites do exclusivo metropolitano e, como havia poucas manufaturas na colônia – finalmente proibidas em 1785 -, quase todos os bens consumidos na zona mineradora eram comercializados

¹¹⁴ PALACIN, Luiz. **O Século do Ouro em Goiás**. Goiânia: Ed. Oriente; Brasília: INL, 1979, p. 137.

¹¹⁵ *Ibid.*

pela burguesia mercantil da metrópole, tendo como mediadoras as casas de comércio do litoral do Brasil, o que, ao lado do sistema fiscal, constituía-se num outro mecanismo de apropriação pela metrópole da produção colonial. Assim, havia uma transferência progressiva da renda auferida pelos mineradores para os comerciantes locais, destes para os negociantes do litoral e, finalmente, para a burguesia lusitana, configurando, segundo Alcir Lenharo, uma “troca desigual de comércio”.¹¹⁶

O cenário era este: devido às políticas fiscais e comerciais implementadas, os mineradores vivenciaram uma generalizada crise de endividamento que revelou a incapacidade de manter a produção de ouro. A falta de insumos e de mão de obra, aliada à ausência de técnicas especializadas para explorar novas áreas, tornou necessária a adoção de uma nova dinâmica econômica. A diminuição da produção de ouro teve repercussões significativas em toda a capitania de Goiás. De acordo com Costa, essas novas dinâmicas representaram uma reestruturação na economia local, transformando a mineração de um ramo produtivo fundamental em uma atividade ocasional e secundária.

A administração portuguesa, em certa medida, até empreendeu esforços para reativar a produção aurífera em Goiás, porém sem sucesso. Como resultado, o autor indica que

teve início um movimento de reordenamento das forças produtivas, até então empregadas primordialmente na mineração, com dois objetivos básicos: o primeiro, compensar a capacidade de importar perdida, que era assegurada pelo metal, buscando-se produzir alimentos como forma de substituição de parte considerável das importações; o segundo, encontrar um novo lugar para a capitania, integrante de uma colônia exportadora de produtos agrícolas e do extrativismo, no sistema colonial, e, dessa forma, recompor a capacidade de intercâmbio.¹¹⁷

Entre as principais medidas tomadas por Dom João, pode-se destacar:

a isenção dos dízimos por dez anos aos lavradores dos rios Tocantins, Araguaia e Maranhão que estabelecessem atividade agrícola nas margens dos mesmos; ênfase na catequização de indígenas para utiliza-los como mão de obra na agricultura; criação de colônias militares de povoamento (presídios) às margens dos rios com os objetivos de proteger o comércio, auxiliar na navegação e trabalho dos que ali estavam para o cultivo da terra. Além de tais medidas, a Coroa incentivou a navegação dos rios do sul de Goiás com a finalidade de facilitar a comunicação com o litoral; “revogou-se o alvará de 5 de janeiro de 1785, que proibia e extinguiu fábricas e manufaturas em toda a Colônia. Esta revogação foi seguida de estímulos à agricultura do algodão e a criação de fábricas de tecer”,¹¹⁸ sendo essa medida válida para todo o Brasil.¹¹⁹

Um bom exemplo desse reordenamento é Meia Ponte, que em casos específicos reorganizou suas estruturas econômicas e centralizou em apenas uma personagem uma diversidade de atividades produtivas: “assim, o grande comerciante, que importa tecidos,

¹¹⁶ COSTA, Kelerson S. **Meiaponte**: história e meio ambiente em Goiás. Brasília: Paralelo 15, 2013, p. 111.

¹¹⁷ *Ibid.*, p. 115.

¹¹⁸ PALACÍN, Luís; MORAES, Maria Augusta de Sant’Anna. **História de Goiás** (1722-1972). p. 44.

¹¹⁹ NASCIMENTO, Milena Juliana do. **Batizei e pus os santos óleos**: análise do grau de ilegitimidade nos registros de batismos de Santa Luzia, GO (1749-1778). 2020. 51 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado e Licenciatura em História) —Universidade de Brasília, Brasília, 2020, p. 18.

ferragens e bebidas do litoral, dedica-se também à agricultura, seja para complementar seu comércio e manter sua capacidade de importação, seja para produzir alimentos e reduzir os custos”¹²⁰. Porém, essas peculiaridades não podem ser vistas como padrões de reordenamento econômico em toda a capitania goiana, mas sim como iniciativas específicas de agentes particulares.

Sem pormenorizar, o novo arranjo econômico de Goiás tendeu à ruralização. A atividade econômica predominante na região passou a ser pautada pela dinâmica da produção agropastoril, não com o objetivo principal de ser um grande centro exportador, mas sim de garantir a produção de alimentos para atender às necessidades locais. É importante destacar que tais atividades já coexistiam com a mineração, porém a maior arrecadação da economia goiana estava anteriormente fundamentada na atividade aurífera; agora, neste novo cenário, a produção agropastoril passa a desempenhar um papel de destaque.

As terras estavam destinadas ao gado solto no pasto e a agricultura era para o abastecimento do fazendeiro, família e agregados. A população distribuída pelas fazendas do município encontrava-se a grandes distâncias da cidade de Santa Luzia e a disponibilidade de sacerdotes era muito pouca para atender a tão vasto território. Tal situação permitia que os moradores rurais desenvolvessem mecanismos adaptativos que atendessem às suas condições de vida.¹²¹

Colaborando para tal entendimento, Kelerson Semerene Costa também destaca que

a ruralização da população em busca de terras para o cultivo também fez parte desse reordenamento [...]. Em algumas áreas da província, sobretudo no norte, a pecuária passou para o primeiro plano, mas só se consolidou como principal atividade exportadora em meados do século XIX.¹²²

Em geral, por mais que várias alternativas fossem vislumbradas, o panorama resultante desta crise financeira se dava pela vertente da "economia de abastança". Essa terminologia, cunhada por Paulo Bertran, dá ênfase à perspectiva da economia voltada para o próprio sustento, com o protagonismo do pequeno produtor, de sua família e agregados que, juntos, atuam em uma pequena unidade produtiva sem pensar na lógica de um mercado externo, mas sim no enaltecimento de uma economia familiar e na valorização da simplicidade da vida sertaneja. Segundo o autor, o cenário goiano, neste momento de adaptação econômica, se apresenta com “sítios de subsistência familiar, uma forma simples, de dois ou três homens plantando um pequeno trato de terra, que fornecia os alimentos do ano. A economia rural de abastança”¹²³.

¹²⁰ COSTA, Kelerson S. **Meiaponte: história e meio ambiente em Goiás**. Brasília: Paralelo 15, 2013, p. 117.

¹²¹ VIEIRA JÚNIOR, Wilson. **Trigant des Gennetes e a Carta da freguesia de Santa Luzia de Goyaz** (1883-1884). 1º Simpósio Brasileiro de Cartografia Histórica, Paraty-RJ, 2011. p. 05.

¹²² COSTA, *op. cit.*, p.115.

¹²³ BERTRAN, Paulo. **História da terra e do homem no Planalto Central: eco-história do Distrito Federal (do indígena ao colonizador)**. 3. ed. Brasília: EDUnB, 2011, p. 361.

Em Santa Luzia a realidade não era diferente. Os viajantes que passaram por essa localidade descreveram cenas que se assemelhavam muito ao contexto geral da capitania. No ano de 1819, Auguste de Saint Hilaire, naturalista e explorador francês, registrou o seguinte:

À época de minha viagem, não existia em Santa Luzia uma única pessoa que se dedicasse em grande escala à exploração das minas, e apenas uns quatro ou cinco negros, quando muito, ainda iam procurar palhetas de ouro nos córregos. [...] Atualmente, com exceção de um pequeno número de artesãos e mercadores, todos os habitantes de Santa Luzia dedicam-se ao cultivo da terra e só vão ao arraial aos domingos e nos dias de festa. [...] A descoberta das minas teve o inconveniente de atrair para longe do litoral e da capital uma população considerável, a qual, agora que as minas estão esgotadas e só poderiam ser exploradas com grande dispêndio de dinheiro, se acha reduzida à mais extrema indigência. Já não se encontram em Santa Luzia mais do que umas poucas e mal providas lojas. Tudo é comprado a crédito. Os trabalhadores braçais encontram grande dificuldade em receber o seu salário, embora este não passe de 600 réis por semana, e alguns negros me disseram que preferiam ganhar um vintém por dia catando ouro no córrego de Santa Luzia do que receber quatro vinténs trabalhando nas fazendas, onde o pagamento é feito em mantimentos, os quais eles não conseguem vender. Alguns agricultores chegaram a um tal estado de penúria que passam meses comendo alimentos sem sal, por não poderem comprá-lo. E quando o vigário percorre as fazendas, para fazer a confissão pascal, acontece muitas vezes que todas as mulheres da mesma família se apresentam diante dele, uma de cada vez, usando o mesmo vestido.¹²⁴

O que se pode observar como uma saída encontrada pelo arraial é o cultivo do marmelo, que em certos aspectos extrapolou a economia local. Saint Hilaire e Johann Emanuel Pohl concordam sobre a importância desse produto para Santa Luzia. De acordo com o último, “os moradores de Santa Luzia vivem em parte de suas plantações, um pouco da criação do gado e do comércio e, principalmente, de uma famosa marmelada que vai até a cidade do Rio de Janeiro”¹²⁵. A título de comparação, em 1804 registrou-se a produção de três mil quilos de marmelada no valor de 960\$000, equivalente a 2,3 quilos de ouro, “expressão de toda a riqueza a que se resumia agora Santa Luzia: 1% do ouro extraído em 1764”¹²⁶.

Originário da Ásia Menor e do sudeste da Europa, o marmelo, fruto do marmeleiro, muito provavelmente foi trazido ao Brasil pelos portugueses. Santa Luzia, que estava localizada em uma região elevada, tinha as condições ideais para o cultivo dessa fruta, o que levou ao estabelecimento dessa cultura na região. Seu doce de marmelo ganhou fama e reputação, sendo que até mesmo o Imperador D. Pedro II tinha grande predileção pelo doce produzido no arraial de Santa Luzia. Até os dias de hoje esse doce continua sendo um símbolo cultural importante na região, sendo fabricado de forma artesanal pelos descendentes quilombolas do Quilombo de

¹²⁴ SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem à província de Goiás**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1975, p. 26-27.

¹²⁵ BERTRAN, Paulo. **História da terra e do homem no Planalto Central**: eco-história do Distrito Federal (do indígena ao colonizador). 3. ed. Brasília: EDUnB, 2011, p. 208.

¹²⁶ *Ibid.*, p. 365.

Mesquita. Esta prática tradicional é transmitida de geração em geração, preservando sua autenticidade e valor cultural.

Para que se possa compreender a importância de tal cultura para Santa Luzia, em 5 de abril de 2022 foi sancionada a Lei Estadual nº 21.278, que reconhece a marmelada de Santa Luzia como Patrimônio Cultural e Imaterial de Goiás. O doce é produzido na região desde o século XVIII, porém ganhou maior destaque no contexto de adaptação econômica citado anteriormente. A tradição de sua produção se manteve em todas as etapas, desde o cultivo do fruto e o preparo do doce até a confecção das caixinhas de madeira onde ele é acondicionado. Todo o processo é artesanal e simbólico, com grande significado cultural para o Quilombo Mesquita e para o atual Município de Luziânia-GO.

Figura 2: Apurando o ponto da marmelada no grande tacho da Fazenda Pindaibal



Fonte: LAVRAS, Paulo da. Apurando o ponto da marmelada, no grande tacho da Fazenda Pindaibal. 2016. [Fotografia]. Disponível em: <http://contosdaslavras.blogspot.com/2016/01/quilombo-do-mesquita-e-o-doce-de.html>. Acesso em: 2 jul. 2023.

Por mais que estas iniciativas tenham tentado recuperar ou ao menos estabilizar a economia local, nenhuma delas conseguiu reestabelecer os padrões econômicos vivenciados pela capitania no período em que a mineração era a atividade principal. Em Santa Luzia, além da marmelada, a produção de couro e a criação de gado constituíam a “fonte de renda mais

segura dos fazendeiros”¹²⁷, porém estas relacionavam-se muito mais a uma economia de abundância, sem grandes preocupações com o mercado externo.

Assim como a criação de gado, a produção de alimentos como trigo, feijão e arroz estava limitada à escala familiar, já que “seria inútil que os colonos plantassem [...] em maior quantidade do que a necessária para alimentar suas famílias, pois [...] esses produtos não encontravam comprador”¹²⁸. O açúcar e a aguardente eram utilizados como produtos de troca, em geral, trocados pelo sal proveniente de São Romão.¹²⁹

Nesse momento, o arraial, outrora conhecido por sua riqueza, passou a vivenciar um contexto de penúria. A partir dos relatos de Saint Hilaire, é possível identificar que a situação econômica dos fazendeiros “chegou a tal ponto, em muitos deles, que dispozo praticamente de toda a terra que lhes convém, eles não chegaram a cultivar o suficiente nem mesmo para o seu próprio sustento”¹³⁰. É importante lembrar, contudo, que as leituras e interpretações dos registros destes viajantes devem ser feitas com cautela, já que se trata de um europeu descrevendo as dinâmicas do interior da Colônia; porém, é possível reconstruir tal cenário associando tais relatos com outras fontes, como fizemos anteriormente.

Vale destacar que a construção da dicotomia entre esses dois cenários da economia goiana (da mineração à penúria) não se deu de forma repentina e nem pode ser analisada apenas por esse viés, como veremos adiante. Segundo Luiz Palacin, este panorama foi construído a partir das características da mineração em Goiás, tais como: a insuficiência das técnicas para exploração mineral, o desinteresse governamental em promover a modernização de tais técnicas, a desqualificação profissional dos mineiros, bem como de bons administradores, e até mesmo o descaso com a educação.

Mais grave e sintomático era o descaso em que se encontrava a educação. Até 1788, não houve em Goiás escola alguma, de qualquer nível, verdadeiro atentado contra a filosofia das luzes. Em 1774, começou a ser cobrado, também em Goiás, o subsídio literário, criado por lei em 1772, para subvencionar as escolas, mas (novo atentado), por não haver escola nenhuma na capitania, os vinte contos que rendia eram remetidos sistematicamente para a mesa de exames e censura de livros. Só em 1788, por providência de Luís da Cunha Menezes, vieram para Goiás os primeiros professores: três de primeiras letras para Vila Boa, Meia Ponte e Pilar, dois de latimidade e um de retórica. No governo de dom João Manuel, foram criadas novas cadeiras até completar oito professores de primeiras letras e três de latim. Na capital, funcionava também uma cadeira de filosofia racional, desempenhada pelo secretário de Governo, bacharel por Coimbra.¹³¹

¹²⁷ SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem à província de Goiás**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1975, p. 26.

¹²⁸ *Ibid.*

¹²⁹ NASCIMENTO, Milena Juliana do. **Batizei e pus os santos óleos**: análise do grau de ilegitimidade nos registros de batismos de Santa Luzia, GO (1749-1778). 2020. 51 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado e Licenciatura em História) — Universidade de Brasília, Brasília, 2020, p. 21.

¹³⁰ SAINT-HILAIRE, *op. cit.*, p. 26.

¹³¹ PALACIN, Luiz. **O Século do Ouro em Goiás**. Goiânia: Ed. Oriente; Brasília: INL, 1979, p. 149.

Para outros autores, a imposição deste cenário se deu por forte influência dos impostos, principalmente o quinto (imposto sobre vinte por cento de todo o ouro extraído das minas) e o dízimo (imposto de dez por cento sobre a produção rural). Em Santa Luzia, estes impactos podem ser observados a partir da análise dos registros de impostos de 1810, feitos por Luciano Rodrigues, que contabilizou 288 sítios. Paulo Bertran analisa tais dados da seguinte forma:

sessenta por cento das propriedades foram taxadas pela módica quantia de 1/8 de ouro (4 gramas) e só uns escassos 10 por cento tiveram impostos acima de 2/8, incluindo-se aí uma meia dúzia de engenhos, que a tanto reduziam-se, uma geração depois, os 17 grandes estabelecimentos do ano de 1783.¹³²

Gilka de Salles também contribui para esta argumentação no que se refere ao dízimo. De acordo com a autora, “de todos os impostos, talvez fosse o menos grato aos laboristas, por lhes parecer injusta a divisão de produtos tão laboriosamente obtidos em safras muitas vezes incertas”¹³³. Para acentuar ainda mais este cenário,

a quinta cláusula do contrato de arrematação de impostos de 1739-41 estabelece que “as lavouras não avençadas levariam o lavrador a pagar uma oitava de ouro por pessoa da casa”, sendo esse o quantitativo mais expressivo (60%) cobrado pelo lançador de impostos, Luciano Rodrigues em Santa Luzia em 1810.¹³⁴

Na comparação dos dois principais produtos (ouro e marmelada) destas duas fases distintas (mineração e abastança), que, contudo, coexistiram, podemos observar o quão impactantes são as mudanças econômicas estabelecidas neste novo cenário. De acordo com Paulo Bertran sobre esta arrematação de impostos, em 1804 “era cobrado no julgado de Santa Luzia quase pelo mesmo valor do que rendia, ainda em boa fase, a Contagem de São João: 867\$000, valor equivalente a toda marmelada exportada por Santa Luzia”¹³⁵. Essa constatação reforça a descrição desse cenário que passa por um processo de reorganização das estruturas econômicas, achando no processo de acentuada ruralização os caminhos para a manutenção de sua abastança.

1.4.1. A “Decadência” do Ouro e o “Tempo de Transição”

Como vimos anteriormente, concomitantemente ao início dos trabalhos de exploração mineral uma rede de outras atividades econômicas foi se estabelecendo em Santa Luzia, à

¹³² BERTRAN, Paulo. **História da terra e do homem no Planalto Central**: eco-história do Distrito Federal (do indígena ao colonizador). 3. ed. Brasília: Ed. UnB, 2011, p. 366.

¹³³ SALLES, Gilka V. F. de. **Economia e escravidão na capitania de Goiás**. Goiânia: Cegraf/UFG, 1992, p. 148.

¹³⁴ NASCIMENTO, Milena Juliana do. **Batizei e pus os santos óleos**: análise do grau de ilegitimidade nos registros de batismos de Santa Luzia, GO (1749-1778). 2020. 51 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado e Licenciatura em História)— Universidade de Brasília, Brasília, 2020, p. 22.

¹³⁵ BERTRAN, *op. cit.*, p. 365.

medida que o fluxo populacional crescia. De acordo com a leitura de Jason Hugo de Paula sobre as palavras do ouvidor Soutomaior, “os dois dos principais arraiais mineradores da Capitania de Goiás não apenas possuíam terrenos férteis, mas praticavam a agricultura, a criação de gados e o comércio de sua produção aos viandantes, e não apenas para subsistência das minas”¹³⁶.

Ainda segundo o autor,

retomando a Carta do ouvidor Sotomaior veem-se descrições de moradores sobrevivendo do plantio e comércio de suas lavouras, bem como outras povoações formadas por fazendas e terrenos férteis para cultivo de mantimentos. Se os próprios administradores enxergavam outras atividades, não há razão para se valer da tese de um “tempo de transição” do ouro para a agropecuária.¹³⁷

Tal perspectiva de um “tempo de transição” está, em certa medida, associada à tese da “decadência” da mineração em Goiás. Como vimos anteriormente, desde o final da década de 1750 a produção aurífera goiana passou a apresentar sinais de desgaste. Essa diminuição na arrecadação da produção aurífera na passagem do século XVIII para o XIX, ensejou debates historiográficos sobre uma noção de decadência que, na perspectiva econômica, destaca a agricultura como alternativa para a produção aurífera. Nessa sequência teórica, Rogério Chaves da Silva, ao analisar a construção da ideia de decadência, divide tal percurso em três momentos: aquele apreciado pela “Historiografia Autodidata”, a contraposição da Historiografia Acadêmica e, por fim, a crítica revisionista ao conceito de decadência.

Segundo o autor, a “Historiografia Autodidata”, “dominante no estado do início do século XX até os anos 1960, produziu uma espécie de 'desfocalização da decadência' como representação histórica da região, tendo em vista o projeto de memória e de identidade regional que buscaram construir na primeira metade do século”¹³⁸. Neste momento, os memorialistas, ao terem contato com os registros dos viajantes e autoridades da administração portuguesa (Auguste Saint-Hilaire, Johann Emmanuel Pohl, Wilhelm von Eschwege, Luis D’Alincourt, Francis Castelnau, Cônego Luiz Antônio da Silva e Souza, Cunha Mattos e José Martins Pereira de Alencastre), eufemizaram a visão destes europeus, no período pós-minerador, sobre Goiás, a qual destacava 'que entre os goianos reinava a preguiça, o ócio, a indolência, o concubinato, a apatia e a pobreza’”¹³⁹.

¹³⁶ PAULA, Jason Hugo de. **Entre picadas, estradas e trieiros**: os caminhos que levam à Freguesia de Santa Luzia. Negociantes, escravidão, família e mestiçagens na Capitania dos Goyazes. 1746-1800. Tese (Doutorado) - UFG, Goiânia, 2017. p. 86.

¹³⁷ *Ibid.*

¹³⁸ SILVA, Rogério Chaves da. **Considerações sobre o Conceito de “Decadência” na Produção Historiográfica em Goiás**: uma Análise acerca da Historiografia Regional do Novecentos. Expedições, Morrinhos/GO, v. 11, jan./dez. 2020, p. 20.

¹³⁹ *Ibid.*, p. 03.

Para estes viajantes e autoridades, tratava-se não somente de uma decadência econômica, mas sobretudo de uma decadência moral. Os autores da “Historiografia Autodidata”, tais como Antônio Americano do Brasil, Colemar Natal e Silva e Zoroastro Artiaga, imbuídos do sentimento da construção de uma nação moderna e da efetiva integração de Goiás na dinâmica nacional,

sequiosos por construírem uma determinada memória regional que fixasse experiências e personagens históricos que fossem exemplares para os goianos do presente e da posteridade, simplesmente “desfocalizaram” essas representações de decadência construídas por esses europeus que estiveram em Goiás no período em questão.¹⁴⁰

Em contraposição a essa visão sobre a temática da decadência, os autores da *Historiografia Acadêmica*, no início da década de 1970, enfatizaram

o exame crítico das fontes históricas utilizadas, o cuidado metodológico, o recurso a aportes teóricos debatidos no universo acadêmico, a produção/apropriação de conceitos históricos e a formulação de hipóteses que passariam pelo crivo da crítica acadêmica.¹⁴¹

Desse período pode-se destacar o trabalho de Luiz Palacin Gomez, “responsável pela sedimentação do conceito de 'decadência' como representação definidora da fisionomia histórica goiana a partir da decrepitude da mineração”¹⁴². Segundo as análises estabelecidas em sua tese, que partiram do exame de documentos oficiais e relatos de viajantes, Palacin destaca que “a decadência foi delineada não só pelo decréscimo da produção aurífera, mas, especialmente, por seus contornos socioculturais, ou seja, a ociosidade, a letargia social, o desprezo pelo trabalho, a preguiça reinante e o isolamento”¹⁴³. Trata-se, então, de dois tipos de “decadência”, a econômica e a psicológica e social, que são interdependentes e que constroem um argumento maior sobre a “decadência” de Goiás. Segundo Rogério Chaves da Silva,

a “decadência” da sociedade goiana no período pós-minerador sedimentou-se como um conceito histórico que se lastreou pela historiografia regional. Nessa narrativa do espanhol, a “decadência” não representa um mero vocábulo significador do declínio de uma atividade econômica, mas como vimos, define um quadro social, econômico e cultural (com reflexos até psicológicos) que assolou Goiás a partir do último quartel do século XVIII e que perpassou o XIX.¹⁴⁴

¹⁴⁰ SILVA, Rogério Chaves da. **Considerações sobre o Conceito de “Decadência” na Produção Historiográfica em Goiás: uma Análise acerca da Historiografia Regional do Novecentos.** Expedições, Morrinhos/GO, v. 11, jan./dez. 2020, p. 06.

¹⁴¹ *Ibid.*, p. 08.

¹⁴² *Ibid.*, p. 09.

¹⁴³ *Ibid.*

¹⁴⁴ *Ibid.*, p. 11.

Ainda nas décadas de 1970 e 80, Paulo Bertran e Sérgio Paulo Moreyra desenvolveram estudos que caracterizam a fase de crítica revisionista ao conceito de decadência. Segundo Bertran,

a economia aurífera atingia maturidade e a decadência viria nos umbrais do século XIX. Diminuíam-se os coeficientes de investimentos nas lavras de ouro, não se repunham escravos, a rentabilidade natural dos vezeiros decaía. A decadência, vezes tantas ressaltada pelos viajantes da época existiu em termos. Mineração sempre foi negócio cigano e virulento, ignorante de fronteiras e de massa demográfica. Fluxo e defluxo de gente em quantidade não esperava mais tão logo descoberto ouro. Testavam-se as jazidas regionais: se promissoras erigia-se o arraial e logo nas adjacências punha-se gado a pastar. Via de regra prosperava três décadas, dependendo da qualidade e dispersão das jazidas em torno e do acesso fácil às estradas de mercancia. Sua decadência e abandono também obedeciam a causalidades estritas.¹⁴⁵

Bertran chama a atenção para um detalhe importante: a extração de ouro em si é uma atividade econômica instável, que pode experimentar bons momentos e outros turbulentos, e uma sociedade mineira, por sua vez, tende a se moldar de acordo com tais transmutações. Sobre a “decadência moral”, o autor destaca que

a ociosidade geral do povo só era condenada por viajantes e observadores vindos da apertada e difícil Europa – um Pohl, um Saint-Hilaire, um Cunha Matos – condenação essa não destituída de um talvez inconsciente fundo de inveja pelo pobre, sensual e *non-chalant* paraíso caboclo de Goiás nos anos 1800. São eles, em termos de folgança e despreocupação, os expoentes máximos da vida goiana, coincidindo com os momentos de afrouxamento da relação de troca extra-regionais e do consequente desinteresse por extrair e expatriar mais-valia do povo e do território.¹⁴⁶

Seguindo a mesma linha teórica, Sérgio Paulo Moreyra chama a atenção para os cuidados metodológicos que deveriam ser tomados nas análises dos textos de tais viajantes, em especial Saint-Hilaire, que, em sua viagem rumo a Santa Luzia, em maio de 1819, descreveu um cenário de absoluta “decadência”.

Saint-Hilaire, o mais célebre dos naturalistas viajantes que visitaram Goiás no século passado, bordejou o Planalto Central, em direção a Santa Luzia, em maio de 1819. A descrição que fez dessa viagem é mantida quase sempre entre o espanto e a agressão a uma região cuja rusticidade surpreendeu o pesquisador: péssimos caminhos, fazendas abandonadas, engenhos em ruínas, arraiais despovoados. Enfim, a decadência retratada em tudo o que observava no decurso de suas vagarosas jornadas de coleta botânica.¹⁴⁷

Como bem destaca Paulo Bertran, tratava-se de um europeu formado por outras visões de mundo, viajando pelo interior de Goiás e se espantando com tudo aquilo que fugia a suas formas morais. Rogério Chaves da Silva reforça que o trabalho de Sérgio Paulo Moreyra

¹⁴⁵ BERTRAN, Paulo. **História da terra e do homem no Planalto Central**: eco-história do Distrito Federal (do indígena ao colonizador). 3. ed. Brasília: EDUnB, 2011, p. 47.

¹⁴⁶ *Ibid.*, p. 68.

¹⁴⁷ MOREYRA, Sérgio. O olho que vê o mundo. **Boletim Goiano de Geografia**, Goiânia, v. 7/8, n. 1/2, jan./dez. 1987/1988, p. 164.

acentua tal perspectiva, de modo a direcionar a construção metodológica de outros trabalhos historiográficos sobre a temática.

Entre o que seus olhos viram e o que compreendeu, medeia uma distância, coberta por sua visão europeia. As impressões do naturalista são as impressões do naturalista. É necessário ver hoje as coisas que ele viu, da forma pela qual ele não pôde enxergá-la, vê-las como ele não pôde vê-las. Antes de tudo, os olhos de um europeu. Homem urbano de um continente conflagrado pela conjuntura de amadurecimento do capitalismo, não compreendia o processo de agrarização de uma área colonial que as minas haviam povoado. Católico rigoroso, não podia tolerar sem profunda repulsa e indignação moral, a religiosidade indisciplinada e já então sincrética, de um povo nominalmente católico. Investiu a presença de párocos e qualificou de prostituição o concubinato, que era a forma corrente e aceita de matrimônio.¹⁴⁸

Ainda contribuindo para a construção da crítica à ideia de “decadência” em Goiás, Nasr Chaul utiliza-se da premissa da criação de um “estigma” construído a partir dos relatos dos viajantes, como “uso político-ideológico das ideias de decadência e atraso para propagandear que inauguravam um 'novo tempo' em Goiás, o da modernidade, cujo maior suporte simbólico fora Goiânia”¹⁴⁹. O que fica evidente é a necessidade de uma análise cuidadosa, que recorra a uma diversidade maior de fontes (mesmo que isso seja um grande desafio para a história de Goiás) e a uma metodologia capaz de ressignificar os vários sentidos que tal palavra produz na construção historiográfica goiana em seus vários contextos. Segundo Nasr Chaul, “Goiás, portanto, não era nem decadente, nem atrasado, apenas caminhava de acordo com suas possibilidades, no ritmo estabelecido pelo lugar que ocupava no conjunto da sociedade brasileira”¹⁵⁰.

Assim como é necessária a devida ressalva ao termo “decadência”, outra tendência sobre a História de Goiás necessita de igual atenção. Trata-se da classificação do “tempo de transição”. Tal temática define a existência de dois principais períodos econômicos que diferem substancialmente entre si: a mineração e a agropecuária.

Mesmo que os arraiais goianos tenham tentado achar novas alternativas para se manterem na lógica econômica externa, tais produções não são sinônimos de uma ideia de transição entre os dois momentos: mineração e agropecuária. O que vale destacar é que as atividades agrícolas e pastoris já existiam no período minerador. Segundo Jason Hugo de Paula, “muito antes do 'tempo de transição da mineração para pecuária', havia grandes fazendas de

¹⁴⁸ MOREYRA, Sérgio. O olho que vê o mundo. **Boletim Goiano de Geografia**, Goiânia, v. 7/8, n. 1/2, jan./dez. 1987/1988, p. 164.

¹⁴⁹ SILVA, Rogério Chaves da. **Considerações sobre o Conceito de “Decadência” na Produção Historiográfica em Goiás: uma Análise acerca da Historiografia Regional do Novecentos**. Expedições, Morrinhos/GO, v. 11, jan./dez. 2020, p. 16.

¹⁵⁰ CHAUL, Nasr Fayad. **Caminhos de Goiás: da construção da decadência aos limites da modernidade**. 2. ed. Goiânia: Ed. da UFG, 2002, p. 241.

gado em Goiás, com milhares de cabeças repartidas entre vacuns e cavalares”¹⁵¹. Já com relação ao comércio, o autor afirma que:

Na Freguesia de Santa Luzia, por exemplo, as lojas e vendas, a aquisição de africanos “livres de direitos” que vinham para o trabalho nas fazendas, o deslocamento de parte das escravarias para atividades nas lavouras formam indícios válidos para reavaliarmos afirmativas de que o comércio e outras atividades não eram parte do projeto da Coroa para as terras dos *Goyazes* nos anos iniciais de extração mineral.¹⁵²

Desta forma, optamos por seguir essa premissa em nossa análise. Compreender os arranjos econômicos de Santa Luzia para além da mineração é perceber que não havia uma característica única em tal contexto. Sobretudo, é enxergar de forma mais dinâmica a influência dessas economias (mineração e abastança) nas esferas sociais e culturais, sobretudo no que se refere às estruturas do escravismo na região.

¹⁵¹ PAULA, Jason Hugo de. **Entre picadas, estradas e trieiros**: os caminhos que levam à Freguesia de Santa Luzia. Negociantes, escravidão, família e mestiçagens na Capitania dos Goyazes. 1746-1800. Tese (Doutorado) - UFG, Goiânia, 2017, p. 133.

¹⁵² *Ibid.*, p. 407.

CAPÍTULO II- Memorial de Pesquisa

2.1. Os Registros Paroquiais

Estruturar uma pesquisa embasada em fontes paroquiais é um caminho que reserva inúmeras surpresas. Trata-se de um compromisso que exige coragem e, sobretudo, a persistência em continuar trilhando essa estrada que não tem um destino certo. Ainda hoje, mesmo com os avanços propostos pela Micro-História¹⁵³ e pela Demografia Histórica¹⁵⁴, não existe um mapa que descreva, ao certo, cada passo que deva ser dado nessa estrada. Tal iniciativa seria, no mínimo, inusitada, se levarmos em consideração a diversidade de informações e possibilidades que tais documentos reservam. Nessa viagem, levamos apenas uma mochila quase vazia, que aos poucos é preenchida com inúmeras tentativas, seguindo os rastros de quem já se aventurou por essa estrada.

O primeiro passo dessa jornada é compreender, afinal, o que são esses documentos de que a Igreja tem o domínio. De acordo com Maria Luiza Marcilio, é no movimento da Contra-Reforma que a Igreja Católica passa a enxergar “a necessidade de se buscar um instrumento que distinguisse e controlasse cada um dos membros da Igreja Católica”¹⁵⁵. Nesse sentido, tal discussão foi encaminhada ao Concílio de Trento (1545-1563), que estabeleceu “que cada Cura passaria a ser responsável pelo registro de cada Batismo e de cada Matrimônio celebrado em sua Paróquia. A fórmula do registro foi minuciosamente estabelecida. Era preciso resguardar um caráter universal e padronizado para os registros de cada católico”¹⁵⁶.

As normas do Concílio de Trento estabeleciam que nos livros de batismos deveriam constar os registros de batismos de cada paróquia com as seguintes informações: data do batismo, o nome do pai, o nome da mãe, a naturalidade dos mesmos, se a filiação era legítima ou ilegítima, o nome de ao menos um padrinho e, por fim, a assinatura do sacerdote. Outras informações poderiam ser acrescentadas, como: se a criança era exposta e onde estava sendo amparada, se os pais, padrinhos, ou a própria criança eram escravos e o respectivo nome do seu/sua proprietário(a), e se a criança havia sido batizada em casa, nos casos de risco de vida. Em registros de pessoas abastadas é possível identificar um maior cuidado do sacerdote em descrever outras informações, como, por exemplo, o nome e a naturalidade dos avós paternos e maternos. Informações sobre títulos honoríficos e patentes militares também costumavam ser descritas.

¹⁵³ Ver: GINZBURG, Carlo. **A micro-história e outros ensaios**. Lisboa: Difel, 1991.

¹⁵⁴ Ver: HENRY, Louis. **Técnicas de Análise em Demografia Histórica**. Curitiba: UFPR, 1977.

¹⁵⁵ MARCILIO, Maria Luiza. **Os Registros Paroquiais e a História do Brasil**. Varia História, 2004, p. 01.

¹⁵⁶ *Ibid.*

Os registros matrimoniais também deveriam ser escritos em um livro específico para cada paróquia, contendo: “a data do casamento, o nome de cada cônjuge e sua filiação, residência, naturalidade, além dos nomes dos padrinhos, com suas residências e nacionalidades, e a assinatura do sacerdote”¹⁵⁷. Segundo Maria Silvia Bassanezi, em alguns registros também podem ser identificadas informações sobre o local da realização do casamento, a idade dos nubentes, a condição social dos mesmos, e informações adicionais das testemunhas, como sua naturalidade, títulos e patentes militares¹⁵⁸. Em caso de casamento de escravos, os nomes de seus donos também eram registrados.

Inicialmente, os registros de óbitos não foram incluídos, mas logo a Igreja percebeu a necessidade de exercer tal controle também sobre essa documentação.

O Papa Paulo V, em 1614, através do *Rituale Romanum* estende então a obrigatoriedade do registro aos óbitos, além de impôr o *Liber Status Animarum*, uma espécie de censo periódico das paróquias, com o levantamento nominal e por família, de seus membros e agregados maiores de 7 anos (idade da comunhão ou da razão).¹⁵⁹

Nesses registros bastava identificar a data do falecimento, o nome do morto e seu estado civil.

No caso de solteiros, dever-se-ia nomear os pais, ou o fato de ter sido exposto ou ser ilegítimo. No caso dos casados e dos viúvos(as), além desses dados, era necessário indicar o nome do esposo(a). Em muitas paróquias assinalava-se a naturalidade do morto, sua idade, e atividade que exerceu. Em alguns casos indicava-se a causa da morte e se o morto havia deixado testamento. As condições do enterramento vinham por vezes mencionadas: tipo e cor da mortalha ou do caixão (século XIX) e local do enterramento. Estes dados eram, porém, mais raros.¹⁶⁰

Em Portugal a tradição de se registrar os principais eventos da vida dos fiéis é especificada nas Constituições de Coimbra, de 1591. Marcilio afirma que, com a colonização do Brasil, tal implementação foi assim estabelecida, inicialmente seguindo as determinações da Coroa; porém, a partir de 1707 tal prática passou a ser regulamentada pelas Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, que, mesmo tendo caráter local, seguiam as regulamentações do Concílio de Trento.

A religião católica sendo a oficial no Brasil Colônia e em todo o período do Império todos os que aqui nascessem, morressem ou se casassem, deveriam passar pelo registro da Paróquia que, revestia-se, pois, e ao mesmo tempo, de um caráter religioso, com força de um ato civil de cada indivíduo. O estatuto do Padroado Régio no Brasil até pelo menos a Constituição Republicana, de 1891 (quando foram separados, o Estado da Igreja) deu aos Registros Paroquiais uma cobertura praticamente universal da população brasileira (excluídos apenas os protestantes que surgem principalmente

¹⁵⁷ MARCILIO, Maria Luiza. **Os Registros Paroquiais e a História do Brasil**. Varia História, 2004, p. 02.

¹⁵⁸ BASSANEZI, Maria Silvia. Os eventos vitais na reconstituição da história. In: LUCA, Tania Regina de; PINSKY, Carla Bassanezi. **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2009, p. 151.

¹⁵⁹ MARCILIO, *op. cit.*, p. 01-02.

¹⁶⁰ *Ibid.*, p. 03.

no Segundo Reinado e dos índios e africanos pagãos, ainda não batizados).¹⁶¹

Assim, os registros paroquiais são documentos religiosos com caráter civil, que registram os eventos vitais de um indivíduo: o batismo (nascimento), o casamento e o óbito. Desta feita, podemos destacar as principais características dessa fonte:

a cobertura universal da população nos Registros Paroquiais brasileiros é, pois, a primeira grande característica positiva dessa documentação serial. A segunda característica especial e única é o seu caráter individual e coletivo a um tempo. Cada indivíduo é registrado com suas características pessoais e em cada momento vital de sua existência; e cada um deles integra uma série cronológica de eventos, guardados em livros especiais e que cobrem uma localidade fisicamente bem demarcada - a paróquia. A terceira grande característica desses dados é seu caráter nominativo, o que permite identificar cada indivíduo em sua família, e com suas características pessoais.¹⁶²

A partir desta resumida explicação sobre o que são os registros paroquiais, podemos entender como esses documentos se tornaram fontes históricas. Foi após a Segunda Guerra Mundial que o engenheiro Louis Henry conseguiu estabelecer essa conexão. A pesquisa deste estatístico e também demógrafo procurava compreender os motivos pelos quais a taxa de fecundidade da França era menor do que a de outros países europeus. Para alcançar tal explicação, Henry percebeu a necessidade de recuar a sua análise em alguns séculos; porém, ao alcançar o ano de 1821, observou que a taxa de fecundidade continuava baixa em relação aos outros países, e não havia mais censos com os quais ele pudesse prosseguir com sua análise.

Mas como recuar para os séculos anteriores, se não havia censos? O recurso aos registros paroquiais foi a saída vislumbrada. Aliando-se a Michel Fleury, o historiador, L. Henry acabou por montar uma técnica para transformar os Registros Paroquiais em dados de base para análises sofisticadas de Demografia do passado, e que desse conta de estabelecer taxas diferenciadas de fecundidade, de natalidade, de nupcialidade e de mortalidade. Surgia o método de Reconstituição de Família, e com ele estava criada uma nova ciência: a Demografia Histórica.¹⁶³

Como bem afirma Maria Luiza Marcilio, antes do método desenvolvido por Henry os arquivos paroquiais eram consultados em uma perspectiva individual. Procurava-se os mesmos com os objetivos de reconstrução genealógica e para se escrever a biografia de algum indivíduo. Tais registros eram utilizados ainda para a comprovação de parentesco em situações que envolvessem “herança e sucessórios”. É a partir da pesquisa de Henry que tal documentação passa a ser vista como uma fonte histórica que poderia responder perguntas sobre aspectos sociais, culturais e até mesmo econômicos. “Não se tratava mais de fazer História com um ou

¹⁶¹ MARCILIO, Maria Luiza. **Os Registros Paroquiais e a História do Brasil**. Varia História, 2004, p. 03.

¹⁶² *Ibid.*, p. 05.

¹⁶³ *Ibid.*, p. 07.

dois documentos testemunhais: era a sociedade inteira que surgia aos nossos olhos, através de análises bem estabelecidas”¹⁶⁴.

No Brasil, foram os historiadores-demógrafos os primeiros a examinar tais fontes com maior intensidade, “com abordagens, métodos e técnicas específicos e em maior escala, para o que muito contribuíram os avanços da informática e o seu acesso pelos estudiosos da história”¹⁶⁵. Segundo Maria Silvia Bassanezi, foi a partir da década de 1960, influenciados pelas tendências da Demografia Histórica que vinham da Europa, que os estudiosos brasileiros direcionaram o olhar para essas fontes, “primeiramente, para calcular e conhecer as tendências históricas da reprodução de segmentos populacionais e identificar as interações entre essas e os processos socioeconômicos e culturais vigentes”¹⁶⁶. Nesta primeira fase importava compreender as sociedades de acordo com os seus números.

Debruçando-se sobre o conhecimento da estrutura e dinâmica das populações do passado, preocupada em construir medidas de fecundidade, nupcialidades, mortalidade e observar o crescimento populacional e a formação das famílias, a Demografia Histórica acabou por desencadear “uma verdadeira revolução” na historiografia brasileira, principalmente no que diz respeito às pesquisas sobre o século XVIII e a primeira metade do século XIX.¹⁶⁷

Na segunda fase da Demografia Histórica no Brasil, os historiadores perceberam que tais documentos poderiam ser utilizados para além dos números. Dessa feita, é possível observar nessa etapa uma aproximação da Demografia Histórica com a História Social e Cultural, que contribuiu para uma análise de cunho demográfico, mas também social, cultural e econômico. “Essas pesquisas e a riqueza e variedade de suas descobertas levaram naturalmente, à 'História do Terceiro Nível', como a denominou Pierre Chaunu, ou simplesmente à História das Mentalidades, à História da Cultura como preferem os historiadores de hoje”¹⁶⁸. Por conta dessa aproximação entre essas áreas do conhecimento, temas relacionados à criança (ilegitimidade e abandono), à formação de famílias livres e escravas, às redes de compadrio, aos laços entre famílias (casamento), sociedades de ajuda mútua, temáticas relacionadas à saúde (epidemias e doenças), procedência de escravizados, nível de instrução dos indivíduos, relações econômicas, deslocamentos das famílias e muitos outros passaram a ser investigados através dos registros paroquiais.

¹⁶⁴ MARCILIO, Maria Luiza. **Os Registros Paroquiais e a História do Brasil**. Varia História, 2004, p. 07.

¹⁶⁵ BASSANEZI, Maria Silvia. **Os eventos vitais na reconstituição da história**. In: LUCA, Tania Regina de; PINSKY, Carla Bassanezi. **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2009, p. 144.

¹⁶⁶ *Ibid.*

¹⁶⁷ *Ibid.*

¹⁶⁸ MARCILIO, *op. cit.*, p. 09.

2.2. A Renovação Historiográfica

É verdade que os estudos sobre a formação das famílias através da utilização dos registros paroquiais trouxeram imensuráveis contribuições para a compreensão de sociedades, até então, conhecidas apenas em sua superficialidade. O que vale aqui destacar é que, além destes adventos, os registros paroquiais contribuíram de forma definitiva para uma outra compreensão sobre a formação familiar escrava.

Homens e mulheres, ricos e pobres, brancos, negros e índios, nacionais e estrangeiros, filhos legítimos e ilegítimos/naturais, crianças expostas ou enjeitadas e também escravos e libertos (antes de 1888) tiveram (e têm) os seus eventos vitais registrados. A universalidade dessas fontes é uma das coisas que mais atraí os historiadores.¹⁶⁹

Difícil seria a tarefa de tratar dessa temática sem citar a renovação nos estudos proposta pela nova historiografia da escravidão do século XX. Na década de 1970, os trabalhos historiográficos sobre a escravidão no Brasil vivenciaram dois momentos importantes: o fim da tradição ensaística e a profissionalização da História através da institucionalização dos programas de pós-graduação. Nesse período, a escrita da história da escravidão estava fortemente marcada pela corrente marxista, que internacionalmente passava a ser questionada por conta de suas limitações em relação a “uma concepção economicista do processo histórico e pelo foco quase exclusivo na classe operária, deixando de lado a história das mulheres, das minorias, dos grupos marginais”¹⁷⁰.

Imbuídas desses debates, as questões sociais e culturais ganharam relevância e marcaram a década de 1970. Essa nova forma de compreender o escravismo estava associada às “sólidas investigações em arquivo [...], a conjunção de história social, história econômica e história demográfica”¹⁷¹. No final da década de 1970 e nas duas décadas que se seguiram, a renovação historiográfica, fortemente associada às pesquisas com fontes primárias, ainda investigava o escravismo pelo viés econômico, mas, diferente dos trabalhos anteriores, que privilegiavam a economia mundial, passou a ter como objeto central o mercado interno.

As diferenças regionais, marcadas por tais trabalhos, permitiram que emergisse a complexidade do mundo agrário escravista e o perigo de elaboração de modelos explicativos sem bases empíricas. Em muitos deles, produtores de lavouras nobres (como o açúcar e o café, por exemplo) de pequeno e médio portes e lavradores de alimentos, escravistas ou não, deixaram de ser “marginais”. Inseriram-se, assim, na história.¹⁷²

¹⁶⁹ BASSANEZI, Maria Silvia. Os eventos vitais na reconstituição da história. In: LUCA, Tania Regina de; PINSKY, Carla Bassanezi. **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2009, p. 143.

¹⁷⁰ MARQUESE, Rafael; SALLES, Ricardo. A escravidão no Brasil oitocentista: história e historiografia. In: MARQUESE, Rafael; SALLES, Ricardo (org.). **Escravidão e capitalismo histórico no século XIX: Cuba, Brasil, Estados Unidos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016, p. 100.

¹⁷¹ *Ibid.*, p. 112.

¹⁷² FARIA, Sheila de Castro. **A Colônia em Movimento: fortuna e família no cotidiano colonial**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998, p. 23.

A partir dos avanços alcançados pela análise centrada no mercado interno, em superação à visão do sistema colonial pautada na economia mundial, e das transformações sociais vivenciadas na luta política contra a ditadura militar, a partir da década de 1970, questões relacionadas à compreensão “dos impasses e desafios do presente na dependência colonial ou no peso do ruralismo e do patrimonialismo deixava de fazer sentido. Entender os processos sociais em curso em sua dinâmica interna era mais importante”¹⁷³. Nesse sentido, o estudo do modo de produção escravista colonial “buscava exatamente isto: a compreensão das dinâmicas sociais internas como chave de leitura da sociedade brasileira em relação ao passado histórico”¹⁷⁴.

O mosaico da escravidão, que aos poucos se revelava, trazia novas perspectivas sobre as diversidades regionais:

mostrava uma estrutura de posse de escravos que se afastava do modelo clássico da *plantation*; evidenciava o peso do tráfico negreiro internacional em termos bilaterais entre a América e a África, diminuindo a importância da metrópole nesse circuito; revelava a importância das alforrias, muito mais difundidas do que se supunha, no cotidiano das relações entre senhores e escravos; demonstrava a viabilidade econômica da escravidão até seus últimos momentos. Mas, principalmente, esses estudos revelavam o papel ativo dos escravos no cotidiano da escravidão, as constantes rebeliões, lutas, desobediências, contestações ao cativo.¹⁷⁵

Ao passo que os temas da história econômica eram influenciados pela escola francesa, essa corrente historiográfica apresentava também outras possibilidades e novos temas de pesquisa relacionados à escravidão. Através da incorporação de fontes paroquiais, inquisitoriais e cartorárias, sujeitos que até então só eram estudados ligados à lógica que os objetificava passaram a ser vistos como ativos socialmente. Nos anos 1980, a história da escravidão no Brasil redimensionou “a abordagem das relações entre senhores e escravos nessa parte do mundo”¹⁷⁶. Tratava-se de enxergar o escravizado como atuante em suas relações sociais, sobretudo valorizando as suas individualidades.

Temas como a família, as fugas e revoltas, as lutas por alforria, as irmandades, as relações dos escravos com as instituições senhoriais e tantos outros passaram a ser objeto de vários estudos, configurando terrenos historiográficos com debates próprios. Já não bastava mostrar que os escravos haviam se rebelado ao longo de toda a vigência da escravidão, por exemplo. Era preciso descobrir as variantes das ações de resistência, compreender seus significados, perceber mudanças e variações ao longo do tempo, conforme os contextos demográficos, econômicos etc.¹⁷⁷

¹⁷³ MARQUESE, Rafael; SALLES, Ricardo. A escravidão no Brasil oitocentista: história e historiografia. In: MARQUESE, Rafael; SALLES, Ricardo (org.). **Escravidão e capitalismo histórico no século XIX: Cuba, Brasil, Estados Unidos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016, p. 104.

¹⁷⁴ *Ibid.*

¹⁷⁵ *Ibid.*, p. 112.

¹⁷⁶ LARA, S. H. **Fragmentos setecentistas: escravidão, cultura e poder na América Portuguesa**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 21.

¹⁷⁷ *Ibid.*

Assim como o escravismo passou a ser encarado de diferentes maneiras, a família escrava também ganhou nova visibilidade nesse processo. Nesse deslocamento das análises macro para o micro, a vida cotidiana no cativo torna-se objeto de questionamento. As perspectivas que enquadravam a vida dos escravizados na “promiscuidade, passividade e aculturação”¹⁷⁸ foram colocadas em debate. De acordo com Robert W. Slenes, muitas eram as representações que apresentavam as famílias cativas com “sombrias cenas de promiscuidade sexual, uniões conjugais instáveis, filhos crescendo sem a presença paterna”¹⁷⁹. Através da utilização principalmente das fontes paroquiais essas visões foram colocadas em xeque. A justificativa da inexistência de fontes que dessem conta de relevar a vida do escravizado já não cabia mais, e esses paradigmas passaram a ser combatidos.

Um bom exemplo dessa onda de trabalhos sobre as formações familiares no cativo é a obra do próprio Slenes, *Na Senzala, uma Flor*. Segundo a análise feita pelo autor, foram encontrados na região de *plantation* do Sudeste brasileiro “altos índices de casamentos entre as mulheres cativas em propriedades médias ou grandes; a existência significativa de laços de parentesco simples; bem como a constituição de famílias extensas como estratégia de sobrevivência no cativo; laços de compadrio; e a formação de redes de ajuda mútua”¹⁸⁰. Diferente da análise feita por Kátia de Queirós Mattoso em seu livro *Ser escravo no Brasil*, no qual a autora afirma que “para o escravo a vida sexual responde apenas às necessidades físicas, não visa a procriação”¹⁸¹, reforçando a ideia de instabilidade da família cativa.

A nova historiografia da escravidão, através da utilização de fontes cartorárias (inventários *post-mortem*, testamentos e processos judiciais) e paroquiais (registros de batismos, casamentos e óbitos), tornou possível a contestação dessas narrativas limitadoras. De forma geral,

A nova historiografia questionaria todos os mitos e modelos. Seu objetivo de fundo seria ‘defender a ideia de que o trabalhador escravo (e também o liberto e o livre) era um sujeito histórico autônomo na sociedade escravista, sendo capaz de representar seu próprio mundo e nele atuar, naturalmente como dominado’. As novas abordagens visariam, assim, a ‘afirmar e privilegiar as ações dos atores históricos, inclusive a dos dominados, sem negar a importância dos constrangimentos sociais mais amplos’. O que significaria que toda ação seria pautada pela liberdade dos atores diante de sistemas normativos limitadores, mas que não eliminaria suas escolhas.¹⁸²

¹⁷⁸ FARIA, Sheila de Castro. **A Colônia em Movimento**: fortuna e família no cotidiano colonial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998, p. 25.

¹⁷⁹ SLENES, Robert Wayne. **Na senzala, uma flor**: esperanças e recordações na formação da família escrava: Brasil Sudeste, século XIX. 2. ed. corrig. Campinas: Editora da Unicamp, 2011, p. 37.

¹⁸⁰ NASCIMENTO, Milena Juliana do. **Batizei e pus os santos óleos**: análise do grau de ilegitimidade nos registros de batismos de Santa Luzia, GO (1749-1778). 2020. 51 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado e Licenciatura em História) —Universidade de Brasília, Brasília, 2020, p. 25.

¹⁸¹ MATTOSO, Kátia M. de Queiroz. **Ser escravo no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 2003, p. 127.

¹⁸² GOMES, “Questão social”, p. 164-165 *apud* MARQUESE, Rafael; SALLES, Ricardo. A escravidão no Brasil oitocentista: história e historiografia. In: MARQUESE, Rafael; SALLES, Ricardo (org.). **Escravidão e**

2.3. A Instrumentalização da Pesquisa

2.3.1. Os Livros Paroquiais de Santa Luzia

O meu contato com os Registros Paroquiais se deu através do Programa de Iniciação Científica (ProIC) de 2018. Na ocasião, tive a oportunidade de trabalhar com o professor Kelerson Semerene Costa no projeto *Antes de Brasília: fontes para o estudo da história da região do Distrito Federal antes da transferência da Capital (c.1746 a c.1960)*. O objetivo principal era o levantamento de fontes que remetessem à atual região do Distrito Federal no período anterior a 1960. Nesta ocasião, meu plano de trabalho (*As fontes paroquiais: presença de negros e pardos escravos, forros e livres nos registros de batismo e casamento de Santa Luzia (GO) – 1746-1888*) estava direcionado ao município de Luziânia-GO, com o recorte temporal de 1746-1888.

Por se tratar de uma pesquisa que visava a localização de tais fontes, guiei o meu plano de trabalho através do *Arrolamento das fontes históricas de Luziânia (Goiás)*, elaborado pelo professor Dinair Andrade da Silva em 1973, e publicado como Separata dos Anais do VI Simpósio Nacional dos Professores de História. O levantamento indicava a existência de doze livros de registros de batismos entre 1785 e 1889 e sete livros de registros de casamentos entre 1793 e 1913 (o último livro se refere ao período de 1871 a 1913), localizados no acervo documental da Paróquia de Santa Luzia, Diocese de Luziânia-GO.

Para a comprovação da existência e verificação do estado de conservação de tais livros, foram realizadas visitas ao acervo da Paróquia de Santa Luzia. Foi neste momento que tive contato com tal documentação. Vale ainda destacar que a pesquisa em questão também se embasou em outros três livros de batismos, já digitalizados e referentes ao período de 1749 a 1765, localizados no acervo do Instituto de Pesquisa e Estudos Históricos do Brasil Central – IPEHBC, da Pontifícia Universidade Católica de Goiás – PUC, em Goiânia. A proposta inicial do projeto de pesquisa era fotografar os livros que estavam na Paróquia de Luziânia, com a intenção de utilizá-los em pesquisas futuras e criar um banco de dados com tais informações.

capitalismo histórico no século XIX: Cuba, Brasil, Estados Unidos. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016, p. 122.

Como exemplares da nova historiografia da escravidão, Ângela de Castro Gomes cita e analisa brevemente os seguintes trabalhos: de João José Reis, “A greve negra de 1857 na Bahia”, in: *Revista da USP*, São Paulo, n. 18, 1993, e “De olho no canto: trabalho de rua na Bahia na véspera da Abolição”, in: *Afro-Ásia*, Salvador, n. 24, 2000; Sidney Chalhoub, *Visões da liberdade*, São Paulo: Companhia das Letras, 1990 e *Machado de Assis historiador*, São Paulo: Companhia das Letras, 2003; Hebe Mattos, *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista (Brasil, século XIX)*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.



Figura 3: Livros de Batismos de Santa Luzia. Foto da autora.

Infelizmente, na ocasião não tivemos a permissão para fotografar tais livros, o que causou um grande prejuízo ao projeto de pesquisa, já que impossibilitou sua leitura de forma completa, pois a atividade de leitura paleográfica se tornou mais difícil sem o auxílio das tecnologias que permitem a ampliação de imagens, bem como aumentou o tempo necessário para tal ação, já que foi preciso realizar várias visitas ao arquivo, o que seria evitado com a utilização de imagens digitais, que poderiam ser acessadas a qualquer momento pelo computador. Tais impedimentos impossibilitaram a criação do banco de dados, e o projeto de pesquisa se resumiu em analisar as potencialidades de futuras pesquisas e na organização de dados apenas dos livros de batismos referentes ao período de 1749 a 1775, alterando-se assim o título do plano de trabalho para *Negros e mestiços nos registros de batismos de Luziânia (GO), 1749-1775*.

Mesmo com tais dificuldades, o Projeto de Iniciação Científica me proporcionou o aperfeiçoamento da técnica de leitura e transcrição paleográfica, bem como a experimentação no sentido da criação de um banco de dados, naquele momento em fase experimental. Além disso, a partir das potencialidades apontadas, fundamentei a minha monografia, que investigou mais a fundo um dos aspectos da formação da família escrava: a ilegitimidade. O trabalho apresentado em 2020, intitulado *Batizei e pus os santos óleos: análise do grau de ilegitimidade nos registros de batismos de Santa Luzia, GO (1749-1778)*, me permitiu organizar

metodicamente o banco de dados experimental e, conseqüentemente, a organização dos dados em gráficos nos quais a visualização do cenário de filhos ilegítimos foi ampliada.

A partir da identificação e localização de tais fontes, foi necessária a leitura e transcrição paleográfica dos registros indicados. O processo de transcrição paleográfica seria facilitado se fosse permitida a fotografia de tais registros. No entanto, como já houve uma negativa por parte da instituição, é importante salientar que a transcrição foi realizada sem o auxílio de tecnologias que ajudassem nesse processo, demandando, assim, mais tempo. Vale lembrar que a transcrição paleográfica foi realizada visando otimizar a organização dos dados nas referidas planilhas (falaremos mais adiante sobre tal instrumentalização).

Desta forma, concluídas a leitura e transcrição dos primeiros registros, as informações foram descritas em planilha que seguiu o seguinte molde, adaptado de acordo com a natureza do registro. No exemplo a seguir, leva-se em consideração um registro de batismo: livro/documento; data; local; nome do batizado; inocente/adulto; nome do pai; escravo-forro-livre/cor/nação; naturalidade; nome da mãe; escrava-forra-livre/cor/nação; naturalidade; nome do padrinho; escravo-forro-livre/cor/nação; naturalidade; nome da madrinha; escrava- forra-livre/cor/nação; naturalidade; observações.

Figura 4: Imagens referentes ao banco de dados experimental utilizado no ProIC e na monografia.

Livro: 1761_75		Data	Local	BATIZADO	
DOC	Nome			Inocente/ Adulto	
IMG_0039		24/02/1761	Snt. Luzia	Faustina	Inocente
IMG_0039		11/03/ 1761	Snt. Luzia	Antônio	Inocente
IMG_0039/ IMG_0040		ILEGÍVEL	Snt. Luzia	"Amadir"	Inocente
IMG_0040		22/03/1761	Snt. Luzia	Antônio	Inocente
IMG_0040		22/03/1761	Snt. Luzia	Geraldo	Inocente
IMG_0040		05/04/1761	Snt. Luzia	"Amador"	Inocente

PAI			MÃE		
Nome	(Escravo / Forro / Livre) + Cor +	Naturalidade	Nome	(Escravo / Forro / Livre) + Cor + Nação	Naturalidade
pai incógnito			Maria Caetana do "ilegível"		
Antônio de Morais Ramos			"ilegível" Izabel Maria Ribeira		
João Gomes Souza			Anna de Freitas		
Antônio Antunes			Maria Marta		
Felippe "ilegível" de Vasconcellos			Antônia	preta forra	
José Gomes de Souza		sua mulher	Anna de Freitas		

PADRINHOS			MADRINHAS		
Nome	(Escravo / Forro / Livre) + Cor + Nação	Naturalidade	Nome	(Escravo / Forro / Livre) + Cor + Nação	Naturalidade
Antônio Teixeira de Carvalho		sua mulher	Joana Maria		
Agostinho "ilegível" da Costa			Maria Rosa (esposa de Antônio da Sylva Moreira)		
Manuel "ilegível" Costa			NÃO CONSTA NOS AUTOS		
"ilegível" Correa de Morais			Andreza da Sylva		
Jozé "ilegível" Vasconcelos			Anna de "ilegível"		
Manuel Fernandes Coelho e "Ajosmando" Ferreirada Costa			NÃO CONSTA NOS AUTOS		
Jozé Dias Delgado			Andreza "ilegível"		
Manuel Fernandes Coelho e Miguel "Pinheiro Salgado"			NÃO CONSTA NOS AUTOS		

Estas imagens são reproduções das planilhas utilizadas nos trabalhos anteriores. A organização das informações neste sistema possibilita enxergar os indivíduos de forma pessoal e também coletiva. Ressalte-se, porém, que tal organização é limitadora quanto às operações de cruzamento de dados. Nesse sentido, durante a atual pesquisa, a utilização de um software (falaremos mais adiante sobre o Filemaker Pro Advanced e o "Paty") nos auxiliou nesta ação. Nesta planilha, as seções são organizadas de acordo com os envolvidos no rito batismal. Primeiro (em vermelho) são identificados o número da imagem na qual o documento foi localizado, a data do registro e o local. Em seguida (em verde), as informações relacionadas ao batizando, seus pais e padrinhos.

A continuidade deste trabalho se deu com meu Projeto de Pesquisa de Mestrado (submetido em 2020), que também se valeu dos livros de registros paroquiais de Santa Luzia. Destes, aqueles localizados no acervo documental do IPEHBC-PUC-GO já estavam com suas informações organizadas no sistema de planilhas já mencionado. Também foram utilizados os livros de registro de batismos, óbitos e casamentos localizados na Paróquia de Santa Luzia, Diocese de Luziânia (GO), sendo os de batismos datados de 1772 até 1856; os de casamentos, entre 1793 e 1913; e os de óbitos, entre 1786 e 1873. Os livros de batismos de 1772 a 1778 também se encontram transcritos e organizados em planilhas, como resultado dos projetos anteriores.

Por conta da pandemia da Covid-19, o acesso à Paróquia estava proibido, impossibilitando assim a consulta ao acervo. Com o andamento da vacinação e o gradual reestabelecimento das atividades normais, minha pesquisa poderia, finalmente, ter continuidade: porém a Paróquia restringiu qualquer acesso ao acervo. Após um longo período de negociações, em que justifiquei a importância dessas fontes para o trabalho historiográfico, podendo beneficiar até mesmo à própria instituição, consegui novamente o acesso aos documentos. Entretanto, agora o problema se dava em outra esfera: o prazo para a escrita da Dissertação já não era o mesmo.

Por conta desses contratempos decidimos, então, durante o Exame de Qualificação, em 2022, por orientação da Banca Examinadora, delimitar novamente as fontes. Escolhemos apenas os livros de batismos datados de 1749 a 1778.

A dificuldade de acesso a estas fontes não é um caso único. Embora exista um vasto acervo destes registros organizado e disponibilizado digitalmente pela Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias, através do projeto *The Family Search*, ainda não existe uma iniciativa similar na Igreja Católica. De acordo com Carlos Bacellar, “esta é uma novidade relativamente recente a se comemorar, pois a Igreja propriamente dita persiste em não facilitar ou mesmo impedir a consulta a seus documentos”¹⁸³. Nesse caso, só podemos contar com a sorte. Até o advento da República, o Estado e a Igreja estavam unidos, e os documentos que estavam em posse e sob a responsabilidade da mesma possuíam caráter público. “Eram, portanto, documentos do Estado, e enquanto tal não poderiam ter seu acesso, consulta e reprodução obstaculizados, como ainda acontece em inúmeras dioceses”¹⁸⁴.

¹⁸³ BACELLAR, C. A. P. Novos rumos para os estudos de família. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA DA POPULAÇÃO, 8., 2019, Campinas. Encontro intermediário dos GT's da ABEP 2019. *Anais*. Campinas: ABEP, 2019. v. 1, p. 05.

¹⁸⁴ *Ibid.*

Com as mudanças ocasionadas a partir de 1889, tais assentos de batismo, casamento e óbito deixam de ser considerados documentos públicos e passam a orbitar a esfera privada. Cada diocese decide como acontecerá o acesso a tal documentação. Geralmente, tais registros são consultados de forma individual ou apenas em relação a uma família específica. Porém, como dito anteriormente, o acesso a tais assentos de uma forma mais ampla contribui para a compreensão de diversas esferas sociais.

Mesmo com as diversas dificuldades desta caminhada, não se pode negar que, nos últimos anos, os registros paroquiais foram encarados de diversas formas nas pesquisas brasileiras. No entanto, é necessário ampliar os horizontes. Como bem observa Carlos Bacellar em um artigo publicado em 2019, intitulado *Novos Rumos para os Estudos de Família*, o caminho ainda é longo, e devemos fazer um balanço do que já foi produzido e do que ficou para trás. Segundo o historiador, alguns aspectos devem ser levados em consideração tanto no que diz respeito às inovações metodológicas quanto ao recorte espacial e temporal.

Em relação ao aspecto metodológico, é inegável a contribuição de Louis Henry e do método do *The Cambridge Group for the History of Population & Social Structure*, porém tais metodologias implicaram em algumas barreiras relacionadas a suas aplicações no contexto da formação familiar brasileira. De acordo com Bacellar, o método proposto pela Demografia Histórica de Henry é, sobretudo, muito dispendioso e de difícil aplicação no contexto de sociedades com um alto índice de mobilidade social; Bacellar descreve do seguinte modo as limitações do método de Henry para o caso do Brasil:

O método Henry mostrou-se de difícil aplicação para populações com elevados índices de mobilidade espacial, tal como a brasileira, que convivia, ao longo dos séculos, com uma realidade econômica fortemente ancorada num processo de contínua expansão da fronteira agrícola, que fazia da migração um componente essencial dessa sociedade. Ora, o método de Henry é fortemente centrado na reconstituição de famílias fixas, e seus resultados demográficos dizem respeito tão somente a este tipo de família e, portanto, seus resultados, no Brasil, devem ser considerados com certo cuidado. Além disso, a ocorrência expressiva em terras brasileiras de uniões conjugais informais, não sacramentadas pela Igreja, igualmente prejudica sensivelmente as análises advindas de esforços de reconstituição de famílias.¹⁸⁵

Sobre a metodologia proposta por Cambridge, a crítica de Bacellar está centrada no aspecto do ciclo de vida:

No tocante ao método do Grupo de Cambridge, sabemos que sofreu uma forte crítica por não dar conta da questão do ciclo de vida, ou seja, por não conseguir relacionar com facilidade a estrutura do núcleo familiar e do domicílio com seu estágio de desenvolvimento. Ou seja, não logra capturar a dinâmica da organização do domicílio,

¹⁸⁵ BACELLAR, C. A. P. Novos rumos para os estudos de família. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA DA POPULAÇÃO, 8., 2019, Campinas. Encontro intermediário dos GT's da ABEP 2019. *Anais*. Campinas: ABEP, 2019. v. 1, p. 02.

que varia com o tempo, conforme a idade de seus membros, as doenças, a migração, o acesso à terra, dentre outras questões. Falta-lhe, portanto, a possibilidade de considerar o ciclo de vida como fator a interferir na organização doméstica e da família. Foi, e ainda é, uma metodologia cativante, mas que tem suas claras limitações (BERKNER, 1975). No Brasil, buscou-se adaptar o método para a realidade brasileira, em que a presença da escravidão traz elementos distantes das sociedades inglesa e europeia (SAMARA, 2002), mas os resultados são bastante discutíveis. Resta por fazer, ainda, uma análise cruzada da estrutura da família, e do domicílio, com a idade de seu chefe, buscando, dessa forma, melhor apreciar suas interrelações com o ciclo de vida.¹⁸⁶

Para o autor, os dois métodos já estão em desuso tanto no Brasil quanto no exterior. A metodologia que tem melhor se adaptado às especificidades da formação familiar brasileira e à formação profissional dos historiadores daqui – já que “faltam os Demógrafos de formação interessados pelo passado”¹⁸⁷ – são os cruzamentos nominativos, “uma vez que não vingou por estas paragens os métodos mais modernos da Demografia Histórica em voga no exterior”¹⁸⁸. A pergunta que me faço é se de fato não existe outra saída metodológica que consiga lidar com todas essas questões. Logicamente que a produção historiográfica é baseada em métodos, muitas vezes estabelecidos por pesquisadores ou linhas de pesquisa já renomadas, mas a autonomia de cada pesquisador em relação a suas fontes deve ser priorizada.

É por meio de leituras de outros trabalhos que adaptações são feitas, que caminhos são encontrados, em um verdadeiro laboratório de acertos e erros, até que se possa aprimorar tal prática. O que não se pode deixar de vislumbrar são as fontes. Nelas estão as nossas perguntas, respostas e silêncios. É nas horas gastas na transcrição paleográfica, no preenchimento de tabelas, no cruzamento de dados, na construção de gráficos, que teorias são testadas, fórmulas são refutadas e metodologias são adaptadas. Não se trata de aventurar-se sozinho por este caminho, mas de explorar além do que está escrito no mapa - mas, claro, com prudência!

Além dos obstáculos metodológicos, Bacellar chama atenção para os limites espaciais e temporais. Mesmo com os avanços da última década, é inegável que a maior parte das pesquisas relacionadas à formação familiar estão centralizadas em alguns estados do Centro-Sul do país. Da mesma maneira, o recorte temporal tem seguido uma tendência que limita estes estudos à segunda metade do século XVIII e primeira do XIX. Para o autor, as causas de tais escolhas estão associadas ao

fato de que as universidades onde tais estudos ocorreram estarem também instaladas no Centro-Sul brasileiro, fazendo do fácil acesso às fontes locais um óbvio motivo para as pesquisas se dedicarem a essa mesma região. Quanto à concentração

¹⁸⁶ BACELLAR, C. A. P. Novos rumos para os estudos de família. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA DA POPULAÇÃO, 8., 2019, Campinas. Encontro intermediário dos GT's da ABEP 2019. *Anais*. Campinas: ABEP, 2019. v. 1, p. 02.

¹⁸⁷ *Ibid.*, p. 03.

¹⁸⁸ *Ibid.*

cronológica, duas considerações são necessárias. Os registros paroquiais, de uma maneira bastante evidente, tornam-se mais frequentes justamente a partir de meados do XVIII. Não que não fossem produzidos anteriormente, pois o foram, e desde princípios da colonização. O problema consiste na forte perda deles por conta do clima tropical e da má gestão das igrejas. Além da clara dificuldade em acessá-los, por conta de posturas de má vontade ou falta de estrutura dos arquivos eclesiais (NADALIN et al., 2009).¹⁸⁹

Para que se possa compreender as dinâmicas sociais para além daquelas já conhecidas, é necessário ampliar as análises para as outras regiões do Brasil. Existe uma iniciativa nesse sentido, porém ainda há muito o que pesquisar, principalmente sobre os sertões, as regiões distantes do litoral. “Alcançar, digamos assim, todo o território brasileiro, recuando-se e avançando-se para além de nossos tradicionais limites”¹⁹⁰. Vale destacar que, por conta da colonização, o litoral esteve em primeiro plano no que diz respeito à formação urbana, dos arquivos, das universidades e, conseqüentemente, das pesquisas. Torna-se, portanto, urgente a necessidade de conhecermos outras perspectivas históricas, principalmente aquelas relacionadas ao escravismo em contextos distintos das grandes *plantations*.

2.3.2. Estado de Conservação dos Livros de Batismos de Santa Luzia

De nada adiantaria localizar tais fontes e reconhecer as potencialidades de sua utilização caso não fosse possível acessar e compreender as informações contidas nesses imensos livros. É sabido que no Brasil a conservação de tais documentos não é uma prática vivenciada por todas as esferas, principalmente no que diz respeito à esfera privada. Como dito anteriormente, os registros paroquiais estão sob a tutela de instituições privadas, que muitas vezes não se preocupam adequadamente com as práticas de conservação documental, colocando assim em risco as informações neles contidas.

Por mais que estes documentos sejam considerados privados, por conta das informações que contêm e por suas possibilidades relacionadas à pesquisa histórica, alguns pesquisadores da Ciência da Informação afirmam que estes documentos são, sobretudo, de interesse público. Para Heloísa Liberalli Bellotto, o termo adequado seria “arquivos sociais”. A Lei n. 8.159, de 8 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados, explica melhor tais definições:

[...] Art. 12 - Os arquivos privados podem ser identificados pelo Poder Público como de interesse público e social, desde que sejam considerados como conjuntos de fontes relevantes para a história e desenvolvimento científico nacional.

¹⁸⁹ BACELLAR, C. A. P. Novos rumos para os estudos de família. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA DA POPULAÇÃO, 8., 2019, Campinas. Encontro intermediário dos GT's da ABEP 2019. *Anais*. Campinas: ABEP, 2019. v. 1, p. 02.

¹⁹⁰ *Ibid.*

Art. 13 - Os arquivos privados identificados como de interesse público e social não poderão ser alienados com dispersão ou perda da unidade documental, nem transferidos para o exterior.

Parágrafo único - Na alienação desses arquivos o Poder Público exercerá preferência na aquisição.¹⁹¹

Os livros de registros paroquiais de Santa Luzia não fogem à regra. Estão, assim como diversos outros documentos privados de interesse público, em condições de preservação pouco favoráveis. Faremos aqui, de forma breve, algumas constatações sobre o estado de conservação dos mesmos, na intenção de evidenciar quais informações ainda podem ser analisadas e, conseqüentemente, fundamentar a viabilidade desta pesquisa, bem como apontar caminhos para pesquisas futuras. Infelizmente, o acesso ao local de acondicionamento dos mesmos não nos foi permitido; dessa forma, a análise pautou-se no que foi observado na própria documentação.

Na literatura sobre preservação e conservação documental percebe-se que, em se tratando de documentos analógicos, o papel é o centro das preocupações. Este suporte, no qual está contida boa parte de nossas fontes históricas, é fundamental para a inserção e manutenção de informações. Nos livros de Santa Luzia foi possível observar que uma parte do acervo foi prejudicada por fatores de deterioração referentes a este suporte, tais como:

- **Fatores ambientais relacionados à umidade e radiação da luz**

Esses fatores comumente trazem degradação ao papel. Em especial, podemos destacar a umidade e o calor.

O desequilíbrio de um interfere no equilíbrio do outro. O calor acelera a deterioração. A velocidade de muitas reações químicas, inclusive as de deterioração, é dobrada a cada aumento de 10°C. A umidade relativa alta proporciona as condições necessárias para desencadear intensas reações químicas nos materiais.¹⁹²

A potencialização dessas ações acontece principalmente quando temos flutuações de temperatura, o que é característico da região na qual o acervo está localizado. Pela apreciação feita nos livros de Santa Luzia, é possível perceber que não há mecanismos necessários para diminuir esses impactos nos documentos. Além disto, foram percebidas marcas de água em algumas páginas, que podem ter sido ocasionadas por diversos motivos, entre eles os ambientais (decorrentes de chuva, por exemplo).

¹⁹¹ BRASIL. Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 9 jan. 1991.

¹⁹² CASSARES, Norma Cianflone; MOI, Cláudia. **Como fazer conservação preventiva em arquivos e bibliotecas**. São Paulo: Arquivo do Estado e Imprensa Oficial, 2000, p. 14.

Além destas observações, podemos destacar que, no acervo em questão, alguns documentos sofreram a ação da radiação da luz:

Toda fonte de luz, seja ela natural ou artificial, emite radiação nociva aos materiais de acervos, provocando consideráveis danos através da oxidação. O papel se torna frágil, quebradiço, amarelecido, escurecido. As tintas desbotam ou mudam de cor, alterando a legibilidade dos documentos textuais, dos iconográficos e das encadernações. O componente da luz que mais merece atenção é a radiação ultravioleta (UV). Qualquer exposição à luz, mesmo que por pouco tempo, é nociva e o dano é cumulativo e irreversível. A luz pode ser de origem natural (sol) e artificial, proveniente de lâmpadas incandescentes (tungstênio) e fluorescentes (vapor de mercúrio). Deve-se evitar a luz natural e as lâmpadas fluorescentes, que são fontes geradoras de UV. A intensidade da luz é medida através de um aparelho denominado luxímetro ou fotômetro.¹⁹³

Tal ação foi percebida principalmente nos registros de óbitos, nos quais a radiação fez com que a tinta desbotasse, ocasionando dificuldade de compreensão de alguns registros.

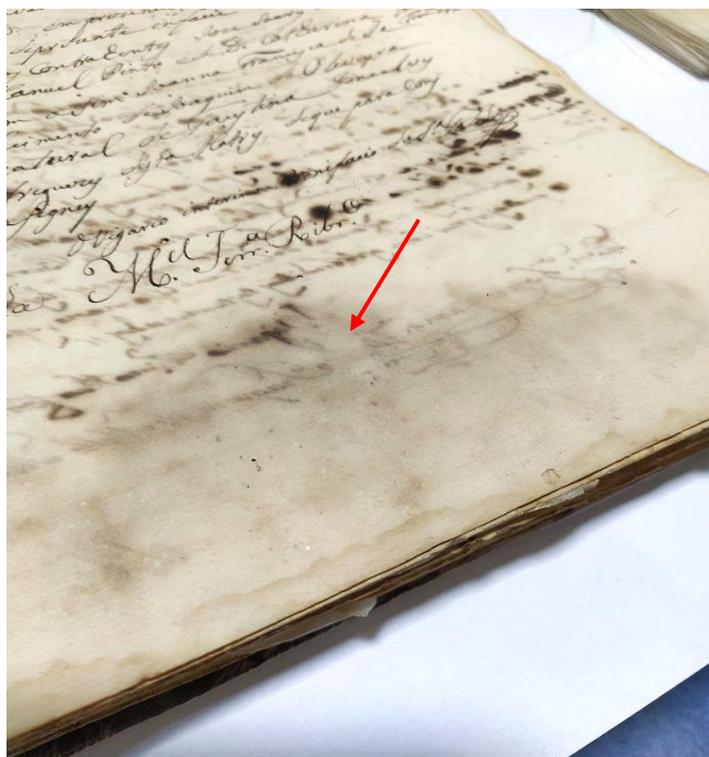


Figura 5: Ação ambiental (água) em registro de batismo. Foto da autora.

- **Fatores biológicos relacionados à ação de fungos e insetos**

Os fatores biológicos estão diretamente associados à umidade do ambiente no qual os documentos estão guardados, já que, para que estes agentes atuem “sobre os documentos e proliferem, necessitam de conforto ambiental e alimentação. O conforto ambiental para

¹⁹³ CASSARES, Norma Cianflone; MOI, Cláudia. **Como fazer conservação preventiva em arquivos e bibliotecas**. São Paulo: Arquivo do Estado e Imprensa Oficial, 2000, p. 15.

praticamente todos os seres vivos está basicamente na temperatura e umidade relativa elevadas, pouca circulação de ar, falta de higiene etc.”¹⁹⁴. Esses agentes biológicos, em geral, são baratas, brocas, cupins, roedores e fungos.

No acervo documental de Santa Luzia foi possível identificar principalmente a ação dos fungos e das brocas, que, em alguns casos, danificaram o documento a ponto de torná-lo ilegível. Quanto aos primeiros, vale lembrar que

Os fungos são organismos que se reproduzem através de esporos e de forma muito intensa e rápida dentro de determinadas condições. [...] O alimento provém dos papéis, amidos (colas), couros, pigmentos, tecidos etc. A umidade é fator indispensável para o metabolismo dos nutrientes e para sua proliferação. Essa umidade é encontrada na atmosfera local, nos materiais atacados e na própria colônia de fungos. Além da umidade e nutrientes, outras condições contribuem para o crescimento das colônias: temperatura elevada, falta de circulação de ar e falta de higiene.¹⁹⁵

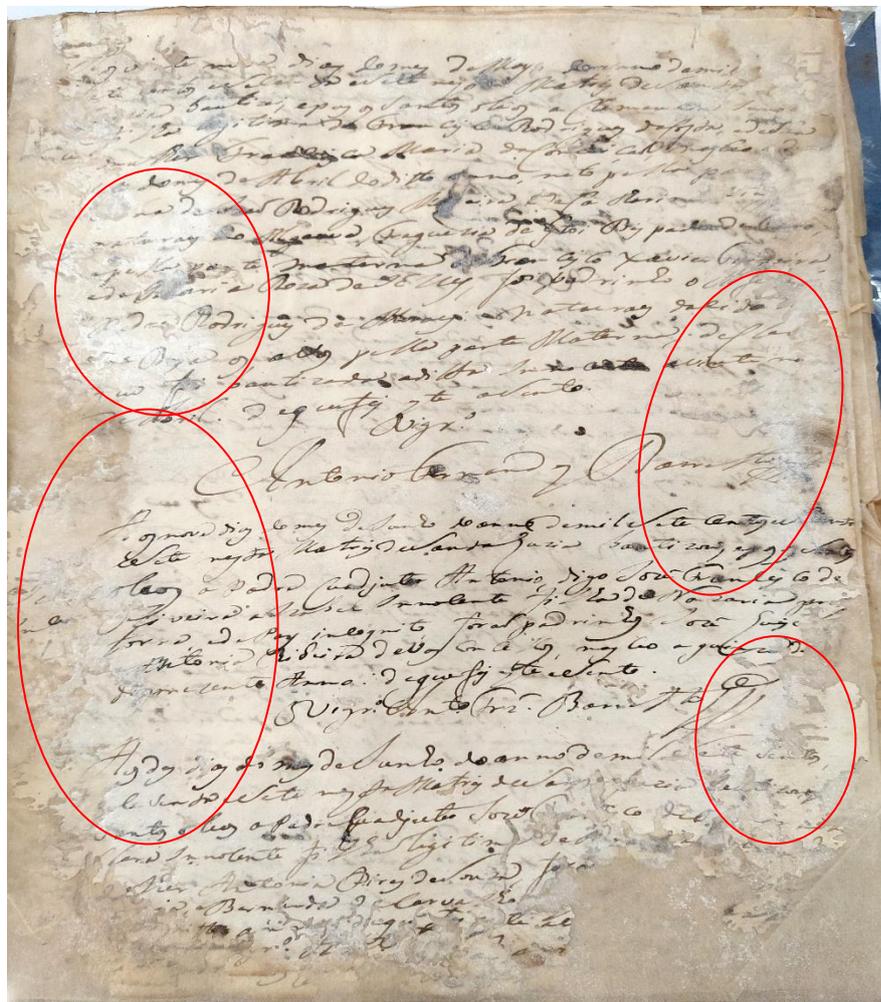


Figura 6: Ação dos fungos em registro de batismo. Foto da autora.

¹⁹⁴ CASSARES, Norma Cianflone; MOI, Cláudia. **Como fazer conservação preventiva em arquivos e bibliotecas**. São Paulo: Arquivo do Estado e Imprensa Oficial, 2000, p. 17.

¹⁹⁵ *Ibid.*

Já as brocas são insetos que causam danos imensos a acervos, especialmente em livros. Estes agentes têm sua ação condicionada a questões de higienização, já que

as brocas têm um ciclo de vida em 4 fases: ovos – larva – pupa – adulta. A fase de ataque ao acervo é a de larva. Esse inseto se reproduz por acasalamento, que ocorre no próprio acervo. Uma vez instalado, ataca não só o papel e seus derivados, como também a madeira do mobiliário, portas, pisos e todos os materiais à base de celulose. O ataque causa perda de suporte. A larva digere os materiais para chegar à fase adulta. Na fase adulta, acasala e põe ovos. Os ovos eclodem e o ciclo se repete. As brocas precisam encontrar condições especiais que, como todos os outros agentes biológicos, são temperatura e umidade relativa elevadas, falta de ar circulante e falta de higienização periódica no local e no acervo.¹⁹⁶

Nos assentos paroquiais de Santa Luzia igualmente foi constatada a ação destes invasores, o que em muitos casos prejudicou a estrutura do papel, bem como levou à perda de informações contidas nos registros. A principal característica de tais ataques é a existência de um

pó que se encontra na estante em contato com o documento. Este pó contém saliva, excrementos, ovos e resíduos de cola, papel etc. Em geral as brocas vão em busca do adesivo de amido, instalando-se nos papelões das capas, no miolo e no suporte do miolo dos livros. As perdas são em forma de orifícios bem redondinhos.¹⁹⁷

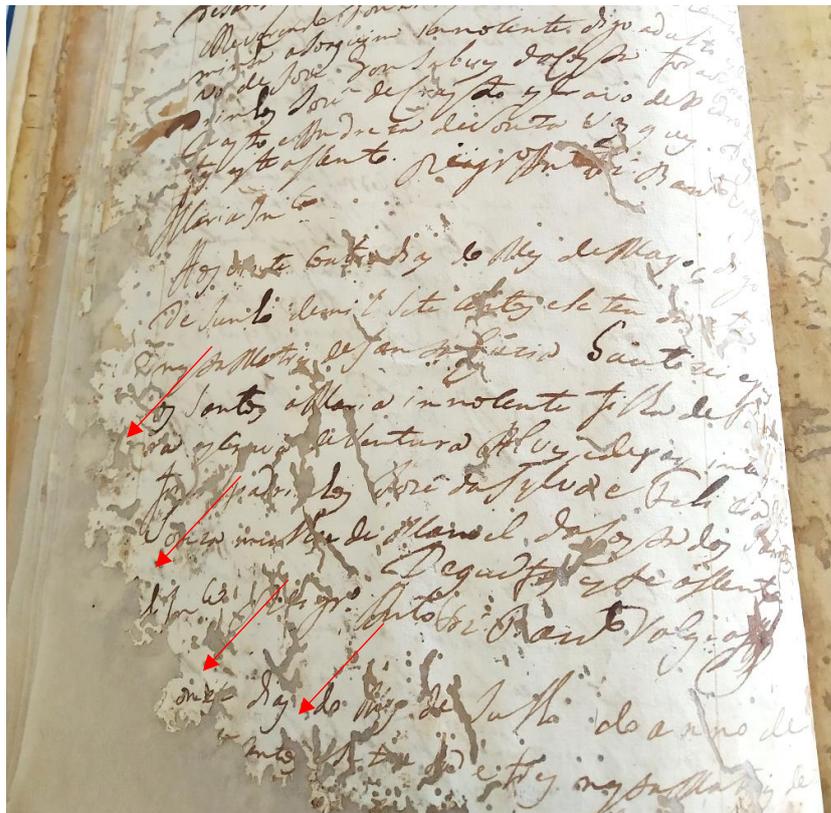


Figura 7: Ação das brocas em registro de batismo e consequente perda de informações. Foto da autora.

¹⁹⁶ CASSARES, Norma Cianflone; MOI, Cláudia. **Como fazer conservação preventiva em arquivos e bibliotecas**. São Paulo: Arquivo do Estado e Imprensa Oficial, 2000, p. 19-20.

¹⁹⁷ *Ibid.*, p. 20.

- **Intervenções inadequadas nos acervos**

As intervenções inadequadas nos documentos consistem na adoção de

procedimentos de conservação que realizamos em um conjunto de documentos com o objetivo de interromper ou melhorar seu estado de degradação. Muitas vezes, com a boa intenção de protegê-los, fazemos intervenções que resultam em danos ainda maiores.¹⁹⁸

No caso do acervo documental de Santa Luzia, verificamos que alguns livros, principalmente os de batismos e aqueles mais antigos, passaram por um processo de restauro; porém tais procedimentos, em alguns casos, prejudicaram ainda mais o acesso às informações. A estrutura física dos documentos foi recuperada, porém algumas informações foram perdidas. Observamos também que os documentos em questão muitas vezes sofreram intervenções externas com grifos e escritos em caneta esferográfica, o que denota o desconhecimento e desconsideração de práticas de conservação e preservação.

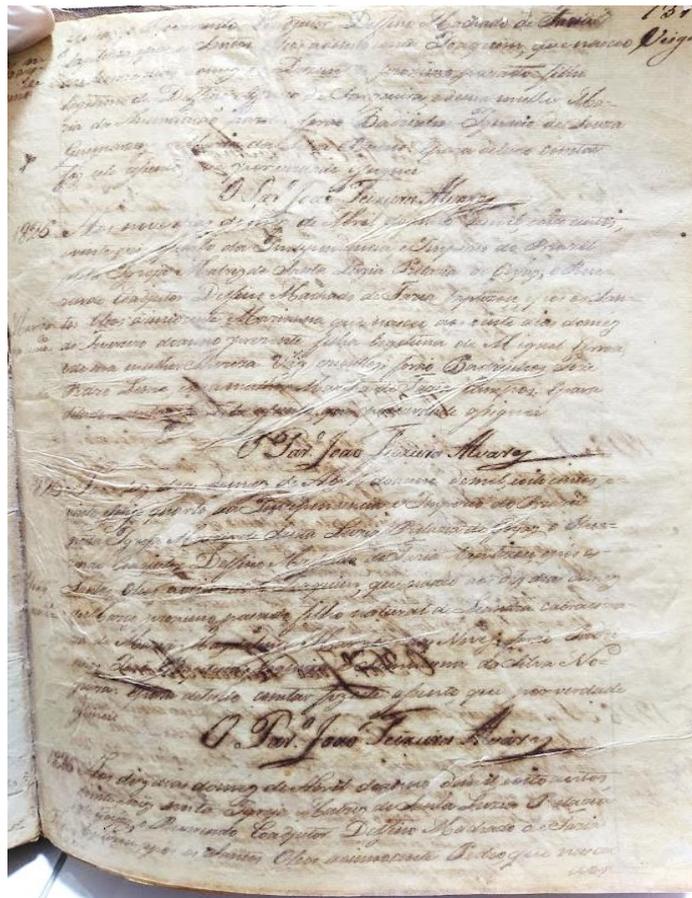


Figura 8: Páginas restauradas com a utilização de papel japonês. Tal ação comprometeu a legibilidade do documento. Foto da autora.

¹⁹⁸ CASSARES, Norma Cianflone; MOI, Cláudia. **Como fazer conservação preventiva em arquivos e bibliotecas**. São Paulo: Arquivo do Estado e Imprensa Oficial, 2000, p. 21.

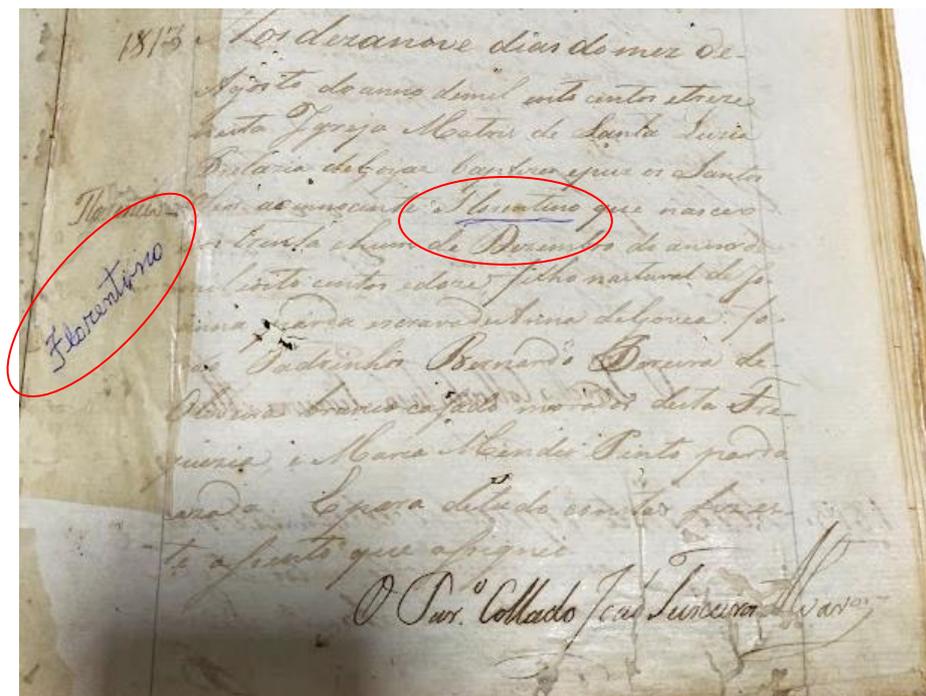


Figura 9: Intervenção externa com grifos e escritos em caneta esferográfica. Foto da autora.

- **Fatores de deterioração relacionados ao uso de tinta ferrogálica**

Há ainda fatores relacionados aos materiais utilizados no momento em que o documento foi escrito. Alguns destes, como, por exemplo, a tinta ferrogálica, com o passar do tempo acabam danificando a estrutura do papel. Em outros casos, esta tinta passa por um processo de expansão, chegando a transpassar para as folhas adjacentes. Tanto a corrosão quanto o traspassamento prejudicam muito a legibilidade do manuscrito, chegando em alguns casos a tornar o documento totalmente ilegível.

Tais ações são naturais dos documentos, mas podem ser diminuídas com processos adequados de higienização e restauro. Vale ainda destacar que, como vimos, uma restauração inadequada pode prejudicar ainda mais a integridade do suporte, já que este já se encontra fragilizado; é necessária, portanto, a opinião de um profissional especializado sobre quais medidas podem ser tomadas.

Objetos com áreas finas, perdas, rasgos intensos podem estar muito frágeis para limpeza. Áreas com manchas e áreas atacadas por fungos podem não resistir à limpeza: o suporte torna-se escuro, quebradiço, manchado e, portanto, muito facilmente danificado. Quando o papel se degrada, até mesmo um suave contato com o pó de borracha pode provocar a fragmentação do documento.¹⁹⁹

¹⁹⁹ CASSARES, Norma Cianflone; MOI, Cláudia. **Como fazer conservação preventiva em arquivos e bibliotecas**. São Paulo: Arquivo do Estado e Imprensa Oficial, 2000, p. 29.

No acervo de Santa Luzia, em alguns casos os documentos tornaram-se totalmente ilegíveis; em outros, a transcrição paleográfica não conseguiu mensurar todas as informações, já que alguns documentos tinham partes rasgadas pela ação da tinta ferrogálica. Segundo especialistas da área de conservação e preservação documental, a utilização desta tinta ao longo dos séculos resultou em um efeito que tem afetado boa parte dos manuscritos produzidos, em especial, até o século XX. Trata-se de um “efeito secundário nefasto, provocado pelas flutuações de humidade relativa sobre os iões de ferro, estimulando a sua migração ao longo do suporte de papel, e promovendo a sua degradação através da quebra de fibras com consequente perda de informação”²⁰⁰.

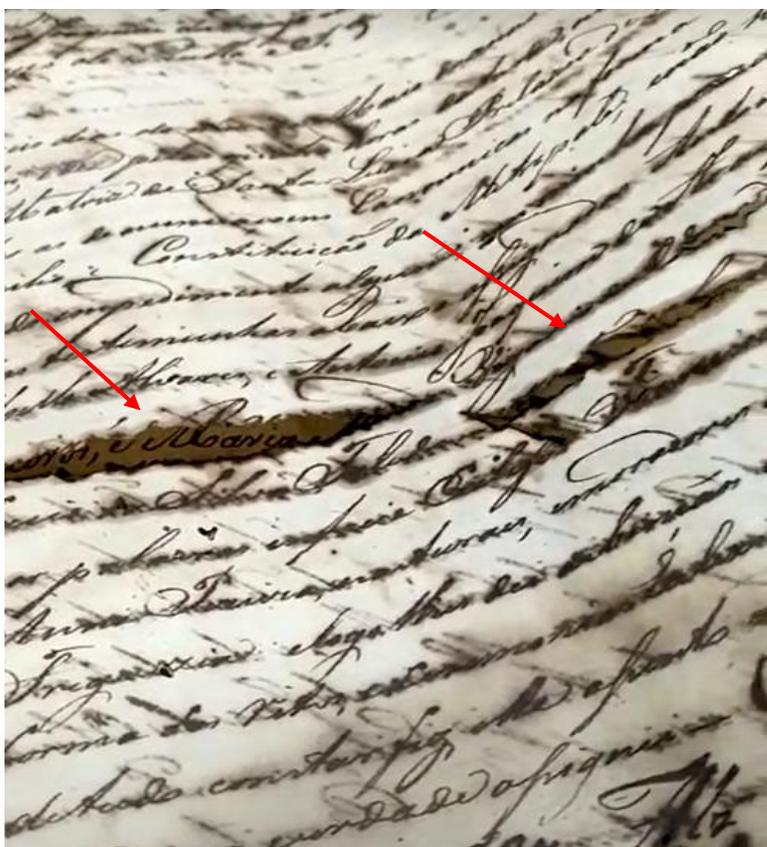


Figura 10: Ação da tinta ferrogálica nos registros de batismos: corrosão e expansão da tinta. Foto da autora.

²⁰⁰ GOMES, Cláudia; NOITE, Dina; ESTEVINHO, Fátima. **Conservação de documentos degradados pela corrosão da tinta ferrogálica**. Madeira: Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira, 2020. Disponível em <https://abm.madeira.gov.pt/wp-content/uploads/2020/04/artigo-tinta-ferrog%C3%A1lica.pdf>. Acesso em: 17 jul. 2023. p. 1.

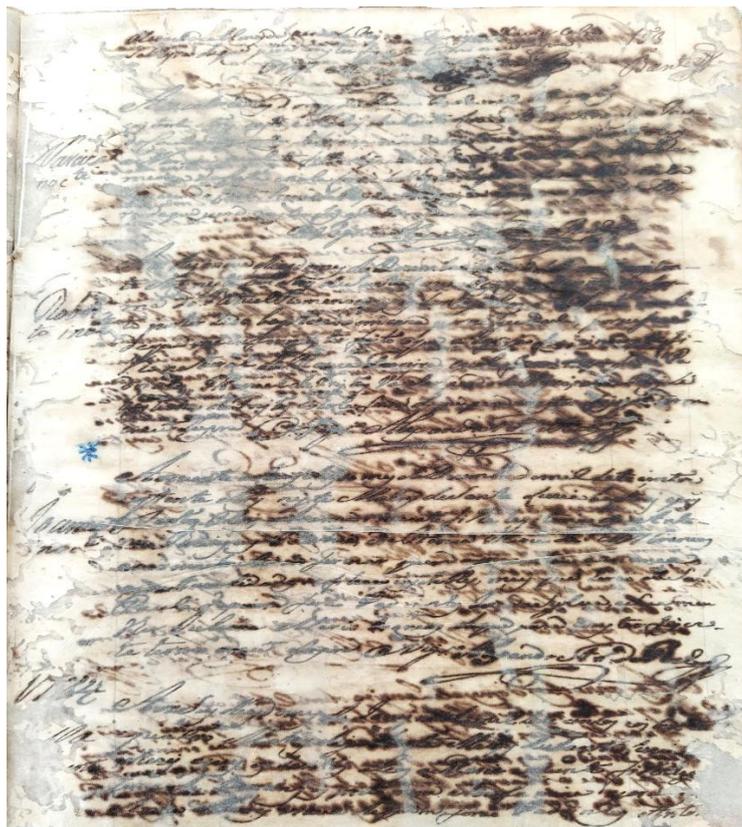


Figura 11: Ação da tinta ferrogálica nos registros de batismos: traspasse da tinta. Foto da autora.

Diante do que foi exposto e deste breve levantamento sobre o estado de conservação e preservação dos Livros Paroquiais de Santa Luzia, pode-se afirmar que, por mais que o acervo não esteja em condições adequadas de acondicionamento, o que favorece a ação dos agentes de deterioração, em geral as informações contidas nos livros estão acessíveis. Em alguns casos páginas inteiras foram comprometidas, mas, mesmo nestas condições, o cenário geral da análise proposta ainda pode ser averiguado.

É evidente que, com os devidos cuidados de conservação e preservação, o acervo manterá essas informações por mais tempo. Porém tal iniciativa dependerá de ações futuras.

Os documentos que sofrem algum tipo de dano apresentam um processo de deterioração que progressivamente vai levá-los a um estado de perda total. Para evitar esse desfecho, interrompe-se o processo através de intervenções que levam à estabilização do documento. Estabilizar um documento é, portanto, interromper um processo que esteja deteriorando o suporte e/ou seus agregados, através de procedimentos mínimos de intervenção. Por exemplo: estabilizar por higienização significa que uma limpeza mecânica corrige o processo de deterioração.²⁰¹

²⁰¹ CASSARES, Norma Cianflone; MOI, Cláudia. **Como fazer conservação preventiva em arquivos e bibliotecas**. São Paulo: Arquivo do Estado e Imprensa Oficial, 2000, p. 25.

Durante as visitas ao arquivo as tratativas relacionadas a essas ações começaram a ser traçadas, podendo se realizar em algum momento oportuno. Com o devido cuidado com os livros e a reprodução fotográfica destes manuscritos, as informações tendem a se manter e, conseqüentemente, a servir como fontes para pesquisas futuras.

2.3.3. A Paleografia Documental

Após a identificação e análise do estado de conservação do acervo documental da paróquia de Santa Luzia, os próximos passos foram a leitura paleográfica dos documentos e a organização das informações contidas em cada registro.

A partir daí, foi possível caracterizar o conjunto documental em que embasamos nossa pesquisa da seguinte forma:

- documentos paroquiais (em especial, utilizamos os registros de batismos);
- originários do Arraial de Santa Luzia - GO;
- datados de 1749-1778.

Também foi possível observar um padrão nos registros paroquiais, que quase sempre apresentam a seguinte estrutura:

Aos vinte e quatro de junho de mil setecentos e cinquenta e cinco anos, batizei e pus os santos óleos nesta capela de Santa Luzia filial da Matriz de Meya Ponte de licença minha o padre Dom [?] Azevedo e Araujo à Paulo pardo inocente que nasceu aos quinze do mesmo mês e ano, filho de Faustina [?] escrava de Antônio da Costa e sua mulher Luteria da Costa Aranha [?] pretos forros [?] seus senhores davam ao mesmo Paulo alforria e liberdade [?]. Foram padrinhos o mestre de campos Manuel de Bastos Nerva e Luzia de Almeida Lara neste Arrayal fiz esse assento [?]. (Livro de registros de batismos de Santa Luzia de 1755, p. 20. Transcrição adaptada.)

- i. data do batismo;
- ii. a frase “batizei e pus os santos óleos”;
- iii. local do batismo;
- iv. nome do batizando;
- v. se era inocente ou adulto;
- vi. data de nascimento do batizando;
- vii. nome dos pais;
- viii. condição dos pais;
- ix. se escravos, nome dos senhores;
- x. nome dos padrinhos;
- xi. assinatura do pároco que havia realizado o rito.

Apenas com este registro de batismo já é possível recolher algumas informações valiosas para a compreensão desta sociedade. Vamos aqui traçar algumas interpretações sobre o registro. A primeira diz respeito à cor parda, atribuída ao inocente Paulo. Em segundo lugar, pode-se observar que não há referência ao pai da criança, que pode assim ser classificada como ilegítima. Segundo o Código Filipino, eram considerados filhos ilegítimos todos aqueles que não fossem fruto de casamento legal entre os pais. Tais filhos podiam ser classificados em:

- Naturais: fruto de ligações consensuais ou concubinato entre pessoas solteiras e sem impedimentos para realização de futuro casamento. Quanto aos direitos à herança, dividiam-se em sucessíveis e insucessíveis;
- Espúrios: fruto de ligações consensuais ou fortuitas entre indivíduos com algum impedimento para contrair futuras núpcias. Provinham de coito danado ou punível;
- Sacrílegos: fruto de relações carnis entre um leigo e um eclesiástico, secular ou regular, ou de religiosos entre si;
- Adulterinos: fruto de ligações fortuitas ou consensuais em que um ou ambos os envolvidos eram casados, apresentando, portanto, impedimentos a futuras núpcias;
- Incestuosos: fruto de união carnal entre parentes ligados por consanguinidade e/ou afinidade até o 4º grau.²⁰²

Outra documentação religiosa, as *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*, afirmavam que

quando o baptizado não for havido de legitimo matrimonio, tambem se declarará no mesmo assento do livro o nome de seus pais, se for cousa notoria, e sabida, e não houver escandalo; porém havendo escandalo em se declarar o nome do pai, só se declarará o nome da mãe, se também não houver escandalo, nem perigo de o haver. (*Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*, Título XX).

Nesse sentido, podemos considerar que Paulo era filho natural de Faustina do Nascimento, sendo considerado um filho ilegítimo. Tal situação não exclui a possibilidade do mesmo se encaixar em outras classificações propostas pelo Código Filipino, já que, em casos que configurassem situação de escândalo, deveria ser omitido o nome do pai, como ordenavam as *Constituições*. Contudo, segundo Sheila de Castro Faria, em áreas distantes de bispados as pressões religiosas eram menos frequentes, permitindo assim aos párocos maior autonomia para

²⁰² LOPES, Eliane Cristina. **O revelar do pecado**: os filhos ilegítimos na São Paulo do século XVIII. São Paulo: Annablume, 1998.

adaptar as práticas religiosas às necessidades específicas de suas comunidades, em especial “na oficialização dos ritos e no atendimento de interesses dos senhores locais, principalmente no que se referia a fechar os olhos a práticas teoricamente condenáveis”.²⁰³

Dando continuidade à análise, é possível observar que a mãe era escravizada e que os seus senhores também já haviam sido escravizados, mas que, no momento do batismo, estavam em condição de forros. Mesmo que a liberdade fosse alcançada, nos registros paroquiais a menção de “forro” reforça um passado de escravidão que também pode ser observado em outras configurações sociais. Da mesma forma, o termo *pardo* faz referência a uma mestiçagem que, em geral, pressupunha uma ligação com os negros e, conseqüentemente, com o escravismo. Nesse sentido, “nas falas coloniais, no entanto, a tendência à generalização caminhava acompanhada pela associação entre cor e condição social”²⁰⁴.

Por fim, conseguimos identificar que os padrinhos escolhidos tinham um certo prestígio social. Manuel de Bastos Nerva tinha a patente de mestre de campo e Luzia de Almeida Lara possivelmente era livre, já que não existem indicações quanto a sua condição ou cor. Segundo Sandra Lauderdale Graham,

nos engenhos de açúcar coloniais da Bahia e de São Paulo sobre os quais temos informações, a maioria dos cativos com padrinhos - dois terços ou mais - escolhiam pessoas dos escalões mais baixos da sociedade livre [...] Em Curitiba, durante um longo período de duzentos anos, e em Sabará, no início do século XVIII, os cativos escolhiam geralmente pessoas livres para padrinhos e, em especial, homens livres.²⁰⁵

É importante ressaltar que o compadrio se configura como um exemplo de família ampliada, que extrapola a família sanguínea. Os padrinhos, além de cumprirem com os deveres espirituais, guiando seus afilhados pelos ensinamentos cristãos, deveriam suprir as ausências dos pais em caso de morte ou doença. Graham ainda afirma que o compadrio “ligava as famílias a redes mais amplas de clientelismo, com trocas constantes de favores ou deferências”²⁰⁶. Nesse sentido, de acordo com Stuart B. Schwartz, era comum que algumas famílias vissem o apadrinhamento como forma de conseguir “vantagens que podiam sobrepujar as associações íntimas ou o desejo por laços familiares mais amplos que levariam à escolha de outros escravos”²⁰⁷. Ainda para o autor,

²⁰³ FARIA, Sheila de Castro. **A Colônia em Movimento**: fortuna e família no cotidiano colonial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998, p. 324.

²⁰⁴ LARA, S. H. **Fragmentos setecentistas**: escravidão, cultura e poder na América Portuguesa. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 98.

²⁰⁵ GRAHAM, Sandra Lauderdale. **Caetana diz não**: histórias de mulheres da sociedade escravista brasileira. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2005, p. 72.

²⁰⁶ *Ibid.*, p. 69.

²⁰⁷ SCHWARTZ, Stuart B. **Segredos Internos**: engenhos e escravos na Sociedade Colonial: 1550-1835. São Paulo: Companhia das Letras, 1988, p. 332.

frequentemente, escravas procuravam "pessoas de consideração para apadrinharem seus filhos, na esperança de que o orgulho das mesmas seria grande demais para permitir que seus afilhados permanecessem em cativeiro"; tal esperança, porém, em geral não se concretizava. [...] Fossem quais fossem as esperanças e intenções dos cativos, tais casos eram raros.²⁰⁸

A partir desta simples análise, conseguimos perceber o quão valioso é um registro de batismo; porém, essas informações só podem ser acessadas a partir da transcrição paleográfica, que possibilita a análise de cada uma das características deste documento. Nesse sentido, é a partir da “utilização exaustiva de fontes diversificadas que se pode compor um perfil mais nítido do cotidiano dos variados homens coloniais”²⁰⁹. Obviamente, esta pesquisa não se propõe a analisar, por completo, todo esse cenário; mas é em função dessa investigação, possibilitada pela paleografia e pelo cruzamento de fontes, que as possibilidades de compreender aspectos relacionados às dinâmicas escravistas se concretizam.

Ainda restam muitos livros do acervo da paróquia de Santa Luzia a serem transcritos. Com o avanço tecnológico, alguns softwares já se propõem a facilitar tal empreitada, como é o caso do Transkribus.

Desenvolvido por um grupo de estudantes na Universidade de Innsbruck, na Áustria, o Transkribus traz para o fazer paleográfico contemporâneo a possibilidade de transcrição célere de documentos manuscritos e datiloscritos digitalizados em idiomas como inglês, alemão, holandês entre outros. Até 2019, essa plataforma não funcionava para Língua Portuguesa, mas as professoras doutoras Lívia Borges Souza Magalhães e Lucia Furquiem Werneck Xavier, com o auxílio da mestra Cláudia Coimbra do Espírito Santo, assumiram a empreitada de ensinar o programa a segmentar e transcrever automaticamente documentos escritos em Língua Portuguesa datados do período inquisitorial e originou-se, então, o modelo Portuguese Handwriting, formado por, aproximadamente, 11500 palavras e êxito, também aproximado, de 85%. Numa próxima etapa de treinamento da plataforma, com a execução do modelo Portuguese Handwriting M1+, com um projeto intitulado Muitas Mãos e Várias Penas, a equipe de trabalho passa a contar com bolsistas de iniciação científica e voluntários. Nesse modelo, o índice de assertividade da plataforma ultrapassou 90%. Nesses treinamentos da plataforma em Língua Portuguesa, o corpus documental utilizado no projeto foram os manuscritos salvaguardados no acervo do Arquivo Nacional Torre do Tombo, em Portugal, e que foram disponibilizados no Acervo Digital da instituição. Tais documentos são datados entre os séculos XVI e XVIII e trazem relatos da atuação do Tribunal do Santo Ofício.²¹⁰

A transcrição neste sistema funciona da seguinte forma:

é feita a inserção do documento manuscrito digitalizado. Com o documento já inserido, é possível fazer a segmentação de suas linhas, para, a partir daí, executar a

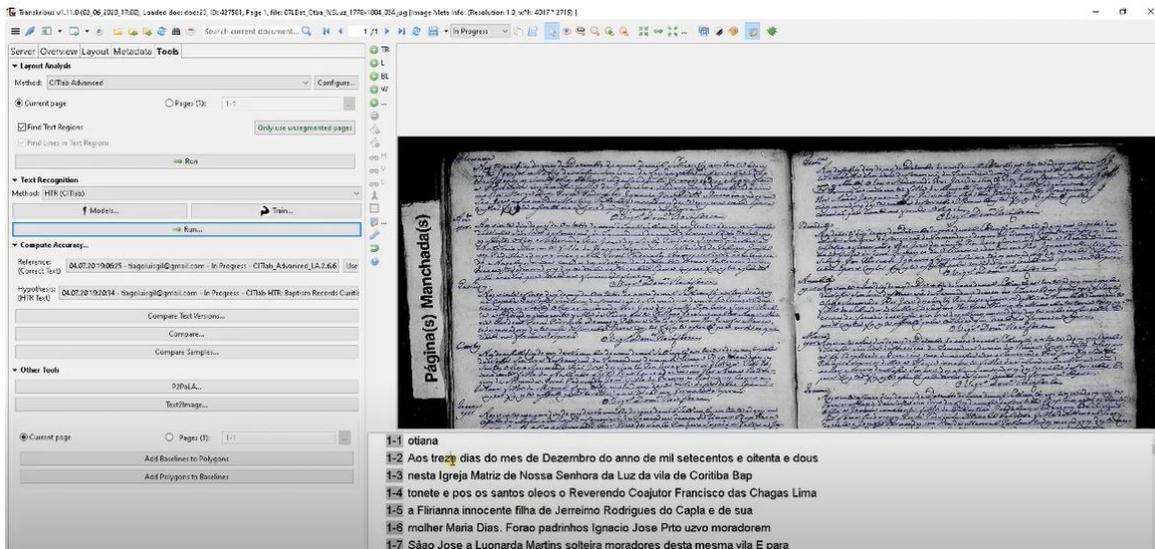
²⁰⁸ SCHWARTZ, Stuart B. **Segredos Internos**: engenhos e escravos na Sociedade Colonial: 1550-1835. São Paulo: Companhia das Letras, 1988, p.331-332.

²⁰⁹ FARIA, Sheila de Castro. **A Colônia em Movimento**: fortuna e família no cotidiano colonial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998, p. 26.

²¹⁰ JESUS, Leonardo Coelho Marques de; MAGALHÃES, Lívia Borges Souza. A Paleografia Digital a serviço da educação básica. *In*: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA DA ANPUH-RJ, 20., 18 a 22 jul. 2022. **1822/2022**: 200 anos de História e Historiografia, p. 3-4.

transcrição automática. Um fôlio que, manualmente, é transcrito em aproximadamente 2 horas – a depender de seu grau de complexidade, é claro – é transcrito automaticamente pelo Transkribus em poucos segundos, com poucos desvios, configurando-se, assim, como um ganho expressivo no fazer paleográfico. Através dessa transcrição, é possível coletar dados significativos de pesquisa.²¹¹

Figura 12: Recorte do vídeo Introdução ao software "Transkribus", de transcrição automática.



Fonte: GIL, Tiago. **Introdução ao software "Transkribus", de transcrição automática.** [vídeo]. Atlas Digital da América Lusa, 16 jul. 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=SRTUBtsKmp0&t=610s>. Acesso em: 25 jul. 2023.

Dessa forma, caso a pesquisa tenha continuidade, futuramente o acervo paroquial de Santa Luzia poderá ser transcrito de forma mais célere, contribuindo assim para o enriquecimento do banco de dados e, conseqüentemente, facilitando pesquisas sobre essa região e suas dinâmicas escravistas. Trata-se da utilização de tecnologias, assim como o Transkribus, que facilitam a pesquisa histórica, mas que não substituem a atuação do historiador.

2.3.4. O Banco de Dados e a Pesquisa Histórica

Como dito anteriormente, os dados que foram levantados a partir da leitura paleográfica dos registros de batismo foram inseridos em um sistema de planilhas, que possibilitou a análise individual e coletiva dos indivíduos envolvidos nesse rito. Porém, apenas esse panorama não foi o suficiente para responder a outras perguntas e construir outros cenários para a apreciação de tal temática. Surgiu, assim, a necessidade de utilização de um sistema capaz de cruzar dados

²¹¹ JESUS, Leonardo Coelho Marques de; MAGALHÃES, Livia Borges Souza. A Paleografia Digital a serviço da educação básica. *In: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA DA ANPUH-RJ*, 20., 18 a 22 jul. 2022. **1822/2022**: 200 anos de História e Historiografia, p. 3.

e que respondesse a perguntas previamente formuladas sobre essa população, como, por exemplo: “quem são os senhores de escravos de Santa Luzia?”.

A identificação de tais personagens no sistema de planilhas demandaria grande esforço e tempo considerável, mas, com um banco de dados capaz de cruzar informações, essas respostas poderiam ser encontradas de forma mais automatizada, reduzindo assim o tempo de análise e apresentando um cenário mais completo. A partir daí surgiu a necessidade de adaptação dos dados já organizados em planilhas para o sistema em questão. Porém, em relação aos bancos de dados e à instrumentalização destas ferramentas computacionais, Tiago Gil faz algumas necessárias ressalvas:

um banco de dados pode servir para escancarar nossas posições teóricas mais ocultas e até algumas indesejadas. Quando somos obrigados a racionalizar nosso objeto a ponto de fazê-lo caber em registros de uma tabela, precisamos expor mais as nossas posições. [...] É preciso saber como dar vazão a essa complexidade e precisamos fazer isso de modo claro, de tal maneira que até um computador entenda. Só tiramos da máquina aquilo que colocamos lá dentro.²¹²

Vale aqui ressaltar que a automatização de alguns dos processos da análise histórica não os torna atividades totalmente realizadas por máquinas. Como bem aponta Gil, trata-se de um processo “artesanal automatizado, com o uso pontual e deliberado de recursos informáticos. E como artesanato que é, convém ao historiador saber construir suas próprias ferramentas ou saber adaptá-las para usos inusitados, como é quase tudo em História”²¹³.

Por mais que esses sistemas sejam capazes de automatizar operações, eles são reflexos dos dados ali inseridos e das perguntas que são programadas. De acordo com Gil, “um banco de dados é quase uma forma de narrativa histórica”²¹⁴, e esta narrativa continua seguindo os “aspectos teóricos, metodológicos e técnicos”²¹⁵ inerentes à ação do historiador, que escolhe quais caminhos irá seguir durante sua pesquisa. Para Michel de Certeau,

Em História, tudo começa com o gesto de selecionar, de reunir, de, dessa forma, transformar em "documentos" determinados objetos distribuídos de outra forma. Essa nova repartição cultural é o primeiro trabalho. Na realidade ela consiste em produzir tais documentos, pelo fato de recopiar, transcrever ou fotografar esses objetos, mudando, ao mesmo tempo, seu lugar e seu estatuto. Esse gesto consiste em "isolar" um corpo, como se faz em física. Forma a "coleção". [...] O material é criado por ações combinadas que o repartem no universo do uso, que também vão procurá-lo fora das fronteiras do uso e que fazem com que seja destinado a um reemprego coerente. É a marca dos atos que modificam uma ordem recebida e uma visão social. Instauradora de signos oferecidos a tratamentos específicos, essa ruptura não é, portanto, nem

²¹² GIL, Tiago Luís. **Como se faz um banco de dados (em história)**: metodologia de pesquisa e informática. Porto Alegre: Ladeira Livros, 2015, p. 9.

²¹³ *Ibid.*, p. 8.

²¹⁴ *Ibid.*, p. 11.

²¹⁵ *Ibid.*, p. 14.

apenas, nem à primeira vista, o efeito de um "olhar". É necessária uma operação técnica.²¹⁶

Dessa forma, a pesquisa histórica é guiada pela seleção de fontes e por um problema norteador. A automatização de algumas dessas fases não significa o afastamento do historiador, já que é ele que seleciona suas fontes, estabelece métodos e organiza e direciona suas perguntas. O resultado desta operação é uma reflexão sobre o seu objeto de pesquisa, que poderá (ou não) esclarecer algumas das perguntas feitas anteriormente. Para Tiago Gil,

não há como criar um software em que, utilizando as técnicas do conhecimento histórico, coloquemos o problema e obtenhamos a resposta. O que é possível (e bastante viável) é automatizar alguns procedimentos do historiador em cada uma dessas etapas, para que o pesquisador possa fazer tantas "ações combinadas" quanto pretenda de modo eficiente e criar uma ferramenta com a qual ele possa reunir os materiais, os dados, ou as "metafontes", em um ambiente que permita seleções, buscas e ordenamentos variados sem a perda da informação original. Em suma, trata-se de organizar o trabalho de modo a permitir experiências.²¹⁷

Para criar uma base de dados que o auxilie nestas ações, é necessário que o historiador conheça, de forma pormenorizada, quais são as suas fontes e quais informações podem ser inseridas na lógica de dados. Ao mesmo tempo que a organização adequada das informações pode gerar um banco de dados bastante eficiente, "é igualmente certo que uma base mal feita vá gerar problemas de toda ordem"²¹⁸. Nesse sentido,

É preciso saber o modo como a fonte foi construída, seu público, seus autores, seus limites, seus objetivos e que interesses agiram para que aquele documento chegasse àquela forma (que finalmente teve mas que diferentes projetos desejavam alterar). Além dessa erudição documental, Genet destaca a importância do conhecimento técnico sobre as bases e seu diálogo com o fazer histórico e com a erudição das fontes. Ao escolher campos que acolherão nossos dados, estaremos escolhendo que informações vamos privilegiar e quais as que serão consideradas menos importantes ou que serão menos "desdobradas".²¹⁹

Já em 1998, Edson Armando Silva, em seu ensaio *Bancos de dados e pesquisa qualitativa em História: reflexões acerca de uma experiência*, apresentava a premissa da utilização da tecnologia como suporte às pesquisas seriadas. Segundo o autor,

Os objetivos e prioridades do pesquisador, que procura responder a questões mais específicas, são diversos. Trata-se de desenvolver ou adaptar um software à documentação com a qual ele se defronta. Deve-se levar em conta a facilidade de aprendizado, a flexibilidade e a possibilidade de operação com dados produzidos em plataformas diversas. No desenvolvimento da pesquisa, a flexibilidade e facilidade de operação é mais importante do que garantir a recuperabilidade a longo prazo ou a imutabilidade dos documentos. Ao historiador envolvido em um programa de

²¹⁶ CERTEAU, Michel de. A operação histórica. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (org.). **História: novos problemas**. São Paulo: Francisco Alves, 1978, p. 30 *apud* GIL, Tiago Luís. **Como se faz um banco de dados (em história)**: metodologia de pesquisa e informática. Porto Alegre: Ladeira Livros, 2015, p. 14.

²¹⁷ GIL, Tiago Luís. **Como se faz um banco de dados (em história)**: metodologia de pesquisa e informática. Porto Alegre: Ladeira Livros, 2015, p. 17.

²¹⁸ *Ibid.*

²¹⁹ *Ibid.*, p. 18.

pesquisa interessa muito mais a capacidade do programa de relacionar informações e recuperar documentos que respondam às questões formuladas por ele.²²⁰

Nesse sentido, nossa pesquisa utilizou como base a experiência do banco de dados do projeto “Paty” e criou um novo banco de dados com o sistema Filemaker Pro Advanced, alimentando-o com os dados dos livros de batismos de Santa Luzia. Tal operação permitiu a realização do levantamento dos senhores de escravos de Santa Luzia, bem como de suas respectivas escravarias. Para compreendermos como tais operações foram possíveis, passaremos agora a explicar o funcionamento destes sistemas.

2.3.5. O Filemaker Pro Advanced e o “Paty”

Para a construção do banco de dados que auxiliou esta pesquisa foi utilizado o software Filemaker Pro Advanced. Este sistema funciona a partir da ideia de um banco de dados que programa relações de diferentes tabelas, organizando os dados de acordo com os direcionamentos propostos. O sistema se utiliza de uma interface gráfica de fácil manipulação, que facilita a organização de informações, podendo o usuário modificar esta interface de acordo com o seu problema de pesquisa.

Por conta de sua flexibilidade, esse sistema é facilmente adaptado para pesquisas históricas, já que ele permite a inserção e organização de informações e a adaptação de sua interface de acordo com as características documentais e as perguntas realizadas pelo historiador. O software também possibilita a criação de várias guias, que podem ser organizadas de acordo com o cruzamento de dados proposto pelo pesquisador a partir de um mesmo acervo informacional. Por exemplo: uma guia somente com os senhores de escravos, outra somente com os casais escravos, uma com crianças expostas, e assim sucessivamente.

Na pesquisa em questão, o sistema foi adaptado para a organização de dados referentes aos registros de batismos, anteriormente já organizados em planilhas. A interface programada seguiu a premissa da organização dos dados de acordo com as características da fonte em questão. Seguiu-se a criação dos campos para o preenchimento das informações relativas aos batizados, seus pais e padrinhos, sendo programado ainda um espaço destinado a informações adicionais.

²²⁰ SILVA, Edson Armando. Bancos de dados e pesquisa qualitativa em História: reflexões acerca de uma experiência. **Revista de História Regional**, Ponta Grossa, Inverno 1998. p. 171.

batismos Santa Luzia (3) Cópia (1)

Arquivo Editar Exibir Inserir Formatar Registros Scripts Janela Ajuda

1252 1675 Total (Não classificado) Registros

Mostrar tudo Novo registro Excluir registro Buscar Classificar Compartilhar

Layout: ficha de preenchimento ... Exibir como: Visualização AA Editar layout

qual_batizado inocente **Escolastica** sír sexo

quali_pai pai **Incognito** sír natural_pai

quali_mãe Mãe **Matilde** sír natural_mãe

filho legítimo LEGITIMIDADE administrador Senhor_batizado

qual_senh senhor pai sír administrador mãe João de Barros sír

quali_padr João ilegível da Sylva ilegível sír natural_padri

quali_madr Custódia sír natural_madri

Padrinho Senhor Padrinho sír

Madrinha Senhor Madrinha sír

pai padri pai madrinha marido madrinha

Avô paterno Avó Paterna Avó Materno

pai Incognito
Matilde
João ilegível da Sylva ilegível
Custódia

Senhores mencionados
João de Barros

Nomes mencionados
pai Incognito
Matilde
João ilegível da Sylva ilegível

Figura 13: Interface do FileMaker - Construção do Banco de Dados com Registros de Batismos.

Na imagem anterior é possível observar como tais adaptações foram feitas. Na primeira parte (em vermelho) estão localizadas as informações referentes ao batizando e a seus pais. No registro em questão, trata-se de uma inocente chamada Escolástica, de pai incógnito, filha de Matilde, que é escrava de João de Barros. Na segunda parte (em azul) constam as informações relativas aos padrinhos, que no caso são João da Sylva (nome incompleto por ilegível) e Custódia.

Essas informações servem como base para a segunda parte do trabalho: a identificação das escravarias. Com as informações recolhidas dos registros de batismos, foi possível delimitar uma guia que identificasse apenas os senhores de escravos. Nessa abordagem, a ideia era perceber a formação das escravarias, guiando-nos pela seguinte pergunta: “além de Matilde, quantos outros escravizados o senhor João de Barros tem?”.

Nesta guia em questão (denominada “layout” pelo Filemaker Pro Advanced), a interface foi adaptada mais uma vez, agora com base na dinâmica estabelecida pela estrutura de uma escravaria, de forma que fosse possível identificar os escravizados de cada senhor, bem como reconhecer características pessoais de cada um deles.

batismos Santa Luzia (3) Cópia (1)

Arquivo Editar Exibir Inserir Formatar Registros Scripts Janela Ajuda

449 Total (não classificado)

Registros Mostrar tudo Novo registro Excluir registro Buscar Classificar Compartilhar

registro Buscar Classificar Compartilhar

Layout: senhores Exibir como: Visualização

Seção 01 **Manuel José de Andrada** **Seção 02**

Seção 03 **Seção 04** **Seção 05**

Outros senhores com esse sobrenome ou nome

Manuel José de Andrada
Manuel José de Andrada

Esse senhor é mencionado nos batismos:

	PAI	MÃE	PADRINHO	MADRINHA
Domingos, 08/02/1757	--NÃO CONSTA NOS		José do Couto	Maria Ilegivel
Francisco, 06/02/1757	Manuel José de	--NÃO CONSTA NOS	Francisco Hyeronimo/João Berjes Tavares/	Maria/ Rita Ribeira Manuel José de Andrade
Marta 28/12/1755	Bento de Andrada-Catarina de Crasto	Manuel José de	Jacinto Lourenço	Catarina Thereza da Manuel José de Andrada

PAIS
PAI MÃE

28/12/1755	Bento de Andrada-Catarina de Crasto
------------	-------------------------------------

TODOS OS ESCRAVOS SÃO DO MESMO SENHOR

MÃE E PADRINHO DE SENHORES DIFERENTES

28/12/1755	Bento de Andrada-Catarina de Crasto	Jacinto Lourenço	Catarina Thereza da
	Manuel José de Andrada	Manuel José de Andrada	

MÃE E MADRINHA SÃO DO MESMO SENHOR

MÃE E PADRINHO SÃO DO MESMO SENHOR

Batismos de escravizados desse senhor:

data	nome	pai	mãe	padrino	madrinha
06/02/1757	Catarina de Crasto	28/12/1755			
06/02/1757	Bento de Andrada	28/12/1755			

MÃE ESCRAVA, PADRINHOS LIVRES

28/12/1755	Bento de Andrada-Catarina de Crasto	Jacinto Lourenço	Catarina Thereza da
	Manuel José de Andrada	Manuel José de Andrada	

Esse senhor foi Padrinho de

filho	mãe	sr mãe	pai	sr pai	data	cód
-------	-----	--------	-----	--------	------	-----

Seção 06 **Seção 07** **Seção 08**

Figura 14: Interface do FileMaker- Construção do banco de dados com a identificação dos senhores de escravos.

Na imagem anterior, escolhemos um senhor com uma escravaria maior, para melhor explicarmos como funciona esse layout da guia de senhores, e como ela pode nos ajudar a compreender melhor o sistema em questão. Para tanto, explicaremos como cada seção identificada na imagem funciona:

- **Seção 01:** identificação do senhor de escravos;
- **Seção 02:** espaço destinado para a identificação de outros senhores com sobrenome parecido ou igual ao do senhor de escravos identificado na seção 01. Essa seção é de suma importância, pois ajuda a diminuir a possibilidade de erros de identificação provenientes do processo de transcrição documental ou da escrita do próprio documento. Nomes como “João” e “José” são exemplos disto. Caso o sobrenome seja igual, basta consultar a outra ficha e comparar as informações ali registradas. Se forem as mesmas, pode-se concluir que é o mesmo senhor, registrado com nomes distintos;
- **Seção 03:** identificação dos registros de batismos em que esse senhor é mencionado. É aqui que os escravos são identificados, já que os senhores costumam aparecer nos registros como proprietários dos pais da criança, ou do escravo adulto batizando;
- **Seção 04:** espaço de identificação dos casais de escravos que pertencem àquele senhor. A seção 03 apresenta todos os escravos daquele senhor, porém na seção 04 o levantamento é específico para os registros nos quais a mãe e o pai do batizando pertencem ao mesmo senhor, sendo, assim, a demonstração dos casais que este senhor tem no seu plantel;
- **Seção 05:** verificação se os pais e os padrinhos pertencem ao mesmo senhor ou não. Caso o registro apresente informações de que os pais e os padrinhos são todos do mesmo senhor, esses registros aparecerão na primeira parte. Caso contrário, as variações aparecerão nas fileiras subsequentes da seção em questão;
- **Seção 06:** identificação dos pais que são escravos do senhor em questão, sendo os padrinhos livres. Essa seção é essencial para compreender as dinâmicas do compadrio, já que ajuda a perceber quais indivíduos eram escolhidos para apadrinhar uma criança/adulto escrava/escravo e quais implicações essas escolhas traziam dentro da esfera social;
- **Seção 07:** apresenta todos os registros em que aparece o nome do senhor, e separa os escravizados por sexo e função ocupada no registro em questão. Primeiro aparecem os homens que são pais, segundo as mulheres que são mães, em seguida os homens que

são padrinhos e, finalmente, as mulheres que são madrinhas. Essa organização ajuda a identificar de forma mais rápida o plantel de escravos do senhor em questão;

- **Seção 08:** espaço destinado aos afilhados. Este senhor apadrinhou alguém? Se sim, o registro em questão aparecerá, contendo as informações do batizando, seus pais, seus respectivos senhores (se houver) e a data do batismo em questão.

Desta forma, o sistema consegue cruzar dados sobre o senhor e seus escravizados. A partir destes dados, conseguimos levantar algumas questões sobre a estrutura das escravarias de Santa Luzia, bem como sobre suas relações sociais, como veremos no Capítulo 3. Vale ainda destacar que o sistema permite acessar o registro de batismo do qual as informações foram colhidas a qualquer momento.

Além da utilização do software Filemaker Pro Advanced, esta pesquisa empregou como embasamento técnico e funcional a experiência do banco de dados “Paty”. O “Paty” é um banco de dados que se utiliza do Filemaker Pro Advanced, porém com um acervo documental maior; no caso, fontes das regiões Sul e Sudeste, relacionadas a “dote, batismo, doação de terras, venda e compra de escravos, escritura de composição e petições”²²¹. De acordo com Fernanda Brito, uma das participantes do projeto,

Tiago Luís Gil explica que o “paty” surgiu do projeto “Afogando em nomes e relações sociais” a proposta era averiguar os estudos dos poderes locais e das relações sociais por meio dos registros paroquiais [...]. A plataforma “paty” sofreu alterações para possibilitar o cruzamento entre dados de casamento, óbitos, batismos. Entre três e vinte pesquisadores trabalharam na mudança do banco de dados. O projeto foi constituído por etapas de análises das fontes. Primeiro os registros eram transcritos, revisados, a escrita era atualizada e inseridos no banco de dados. As fontes eram organizadas em regiões e depois separadas por registros batismais, casamentos e óbitos.²²²

²²¹ BRITO, Fernanda Nascimento de. **Uma visão aproximada:** a família escrava em São José dos Pinhais no final do século XVIII. 2018. 44 f., il. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado e Licenciatura em História) — Universidade de Brasília, Brasília, 2018, p. 27.

²²² *Ibid.*, p. 27-28.

Figura 15: Ficha nominal de Rafael.

corrigido | transcrição | editar

Aos vinte dias do mes de Agosto demil sete centos oitenta e dozes[SIC] anos, nesta Igreja matriz do Patrocinio de São José batizei e pus os santos oleos ao inocente Rafael filho legitimo de Ventura de nação angola e Tomaria muleta natural da vila de Pernagoa fregueses desta freguesia **escravos** de Antonio de Joséa Pereira.
Padrinhos Maria solteira filha de manoeil Vas Torres desta freguesia. Para constar fis este asentono mesmo dia mes e era VT SUPRA
 O Vigário Teodoro José de Freitas Costa

dados | imagem

sexo: **Rafael**

filho legítimo: Legítimo

Data do batismo: 20/08/1782

Data do Nasc.: 20/08/1782

Senhor Pai: Antônio de Souza Pereira

Fai: **Ventura de nação angola**

Mãe: **Tomazia mulata**

Senhor Mãe: Antônio de Souza Pereira

Padre: Teodoro José de Freitas Costa

Avô paterno: _____

Avô Materno: _____

Avô Paterna: _____

Madrinha: **Maria**

Senhor Madrinha: _____

Padrinho: _____

Senhor Padrinho: _____

Observações: _____

Senhores mencionados: Antônio de Souza Pereira, Antônio de Souza Pereira

Nomes mencionados: **São José_01_11Bat_SJP_093a.**, jpg_602, Ventura de nação angola, Tomazia mulata

Local de Nascimento: _____

Local do Batismo: _____

Livro: Batismos 2

Fl.: 602

São José_01_11Bat_SJP_093a.
jpg_602

inf	quem	agente	cód_agente	informação	cód_local	código
NAT	PAI	Ventura		de nação angola		São
NAT	MÃE	Tomaria muleta		natural da vila de Pernagoa		São
ECIV	MADRINHA	Maria		Solteira		São
FILH	MADRINHA	Maria		A Madrinha é filha de Manoel Vas Torres		São

DETALHAMENTO

Fonte: Banco de dados “Paty” *apud* BRITO, Fernanda Nascimento de. **Uma visão aproximada**: a família escrava em São José dos Pinhais no final do século XVIII. 2018. 44 f., il. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado e Licenciatura em História) —Universidade de Brasília, Brasília, 2018, p. 27.

A partir desta experiência e do contato com Fernanda Brito e Amanda do Couto, participantes deste projeto, vimos a possibilidade de adaptar os dados de Santa Luzia ao mesmo sistema do Filemaker Pro Advanced. A ideia foi adaptar a estrutura do “Paty” para a documentação de Santa Luzia e aprender a realizar as operações de cruzamento de dados. É importante salientar que os dados referentes a Santa Luzia não estão inseridos no Paty e que somente a partir deste trabalho eles passaram a ser tratados de forma mais automatizada. O Projeto Paty serviu como base para a apreensão dos conhecimentos necessários para realizar tal ação. Isso, porém, não impossibilita que futuramente as duas pesquisas possam gerar frutos de forma conjunta.

2.4. Uma Saída Metodológica: Os Registros de Batismos como Ferramenta de Análise das Escravarias

A partir das inovações apontadas pela Renovação Historiográfica, bem como das possibilidades, apresentadas anteriormente, sobre a pesquisa de registros paroquiais, nas últimas três décadas pesquisadores têm utilizado tais fontes para investigar diversas

características das estruturas familiares e econômicas das escravarias. Em especial, nos interessa aqui falar da utilização dos registros de batismos para a identificação das escravarias.

Neste sentido, Marcelo Santos Matheus e Luís Augusto Farinatti²²³ indicam que é comum, em se tratando das escravarias, que os historiadores tenham predileção pelas listas de fogos (ou listas nominativas), as quais, porém, não estão disponíveis para todas as capitanias.

As listas nominativas têm por base descritiva os domicílios, ou fogos. Ali, hipoteticamente, teríamos descrita uma unidade de trabalho, fosse ela uma propriedade rural, a moradia de um lavrador que vive a favor em terras alheias, ou um morador em núcleo urbano. [...] Uma primeira observação deve ser feita, no sentido de se delimitar o que significa um fogo. Podemos considerar que ele circunscrevia uma unidade econômica, de trabalho: todos ali presentes trabalhavam juntos, em torno de atividades organizadas, que visavam a manutenção do grupo doméstico. Mas de maneira alguma esse domicílio poderia ser caracterizado, automaticamente, como tendo a posse da terra. O chefe do fogo podia perfeitamente ser indicado como lavrador, mas não ter a propriedade do solo que explorava.²²⁴

Desta maneira, esses documentos ajudam a identificar de maneira mais fácil a composição da escravaria de um determinado senhor.

Porém, por conta da dificuldade de localização destes documentos em algumas regiões, “os historiadores lançam mãos de fontes alternativas – dentre elas, as mais utilizadas são os inventários post-mortem”²²⁵.

O inventário foi e continua sendo um documento exigido pelo Estado, por meio do Poder Judiciário, no qual se relacionam todos os bens de um indivíduo por ocasião de seu falecimento para, assim, formalizar a partilha entre seus herdeiros e sucessores. Segundo Araújo, “eram considerados herdeiros forçados os parentes descendentes (filhos), ou ascendentes (pais). O cônjuge em regime de comunhão de bens era meeiro. A ordem de sucessão da outra metade era: descendentes, ascendentes, colaterais até o décimo grau e, por último, o cônjuge; na falta destes, ficava o Estado com bens.”²²⁶

E quando estas fontes também não estão disponíveis? O que resta ao pesquisador? A saída apontada pelos autores está na possibilidade de utilização de outras fontes que também permitam analisar tais problemáticas. Em nossa pesquisa, o foco se concentrará nos registros de batismos.

Para Matheus e Farinatti, o estudo das estruturas escravas a partir da utilização de inventários já é uma prática comum na historiografia; entretanto, o uso dos registros de batismos

²²³ MATHEUS, Marcelo Santos; FARINATTI, Luís Augusto. Registros de batismo e inventários post mortem como fontes para o estudo da estrutura de posse de escravos no sul do Brasil (século XIX): possibilidades e limites. **Estudios históricos - CDHRPyB**, Año VIII, n. 16, Julio 2016.

²²⁴ BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. Arrolando os habitantes no passado: as listas nominativas sob um olhar crítico. **Locus: Revista de História**, v. 14, n. 1, 2021, p. 122-123.

²²⁵ MATHEUS; FARINATTI, *op. cit.*, p. 1.

²²⁶ TEIXEIRA, Adriano Braga. Inventários post mortem: possibilidades de pesquisa a partir de uma fonte plural. **Mal-Estar e Sociedade**, Barbacena, Ano V, n. 8, jan./jun. 2012, p. 64.

já não segue a mesma lógica, mesmo não sendo uma novidade para os historiadores. Nesse sentido, podemos destacar aqui os trabalhos precursores de José Roberto Góes e João Fragoso²²⁷. Para os autores, a metodologia utilizada por Tiago Gil e Bruna Sirtori²²⁸ também representa um grande avanço na análise de tais registros para a compreensão das escravarias. Nesta metodologia,

foram contabilizados todos aqueles escravos que aparecem nos registros, seja como batizando, mãe, pai ou padrinho/madrinha, eliminando-se os repetidos (por exemplo, uma mãe que levou cinco filhos à pia foi contabilizada apenas uma vez). Desnecessário dizer o enorme trabalho que esta metodologia demandou, já que agregar todos os escravos de um mesmo senhor e eliminar, dentro de cada escravaria, todos os repetidos, foi quase que um trabalho manual. Complicador à parte, a repetição de nomes (Marias, Joãos, Antônio, Franciscas, Jacintos, etc.) exigiu uma decisão do pesquisador: apenas quando se tivesse *total certeza* de que as Josefas, cativas de Aguida Maria da Conceição, por exemplo, eram pessoas diferentes, contou-se duas escravas. Do contrário, havendo dúvida, mesmo que indícios levassem a aventar que fossem indivíduos diferentes, contou-se apenas um escravo.²²⁹

Vale agora avaliar quais são os pontos positivos e negativos da utilização dessa fonte para a análise dessas estruturas de escravizados. Na pesquisa realizada por Marcelo Santos Matheus e Luís Augusto Farinatti sobre as localidades de Alegrete e Bagé, na região Sul, em 1830-1850, os autores se utilizaram dos inventários e dos registros de batismos para melhor apontar as potencialidades e debilidades de cada um dos tipos documentais.

Em primeiro lugar, salta aos olhos a diferença da quantidade de senhores que os inventários e os batismos capturam. Enquanto que em Alegrete, durante as duas décadas aqui abrangidas, 93 inventários com escravos foram lavrados, nada menos do que 791 senhores aparecem nos batismos; em Bagé, frente aos 53 inventários, praticamente 500 proprietários tiveram algum escravo registrado nos batismos. Na primeira localidade, a média é de um inventariado com escravos para cada 8,5 senhores nos batismos; já em Bagé, entre 1830 e 1850, um senhor com escravo(s) foi inventariado para cada nove proprietários que apareceram nos batismos. Com efeito, mesmo que sendo repetitivos, a quantidade de senhores nos batismos impressiona.²³⁰

Esta representação não se limita aos senhores. De acordo com os autores, nos registros de batismos também foi possível identificar uma quantidade maior de escravizados.

Por seu turno, esse grande número de senhores encontra similaridade na quantidade de escravos. Se em Alegrete tivemos 875 escravos arrolados nos inventários, nos

²²⁷ GÓES, José Roberto. **O cativo imperfeito**: um estudo sobre a escravidão no Rio de Janeiro da primeira metade do século XIX. Vitória: Lineart, 1993; FRAGOSO, João. Principais da Terra, Escravos e a República. O desenho da paisagem agrária no Rio de Janeiro Seiscentista. **Revista Ciência e Ambiente**, Santa Maria (UFSM), n. 33, jul./dez. 2006, p. 97-120.

²²⁸ GIL, Tiago L.; SIRTORI, Bruna. A geografia do compadrio cativo: Viamão, Continente do Rio Grande de São Pedro, 1770-1795. In: XAVIER, Regina (org.). **Escravidão e Liberdade**: temas, problemas e perspectivas de análise. São Paulo: Alameda, 2012.

²²⁹ MATHEUS, Marcelo Santos; FARINATTI, Luís Augusto. Registros de batismo e inventários post mortem como fontes para o estudo da estrutura de posse de escravos no sul do Brasil (século XIX): possibilidades e limites. **Estudios históricos - CDHRPyB**, Año VIII, n. 16, Julio 2016. p. 4.

²³⁰ *Ibid.*, p. 7.

batismos este número chega a nada menos que 2.490; em Bagé, enquanto temos 526 cativos nos inventários, nos batismos aparecem 1.489. A relação, em Alegrete, é de um escravo inventariado para pouco mais de três que foram registrados nos batismos; em Bagé, um para pouco menos de três. Fundamental ressaltar que, na análise aqui empregada, o uso de dois municípios serve para reforçar o teste sobre a representatividade dos documentos – o que veio a se confirmar através da grande semelhança entre os resultados encontrados para as duas localidades, tanto em relação à quantidade de senhores presentes nos inventários *versus* senhores presentes nos batismos, quanto em relação à quantidade de escravos arrolados nos inventários *versus* os escravos registrados nos batismos. Por óbvio, não negamos a questão de que boa parte destes cativos existentes nos batismos são os próprios batizando o que, ligado ao fato de que a mortalidade infantil era alta, serve de alerta para relativizarmos os números. Contudo, os estudos a partir dos inventários post-mortem também contabilizam crianças recém nascidas ou com um, dois ou três anos – apesar de que, no caso dos inventários que trazem a idade dos escravos, o pesquisador pode isolar apenas aqueles em idade produtiva e, com isso, realizar análises mais refinadas.²³¹

Podemos aqui destacar questões importantes sobre a utilização dos registros de batismos para a identificação das escravarias. Para os autores, os registros de batismos capturam “muitos casos onde apenas uma mãe e seu filho foram registrados sob senhorio de alguém”²³², já que foi possível perceber que

as escravarias com mulheres em idade produtiva são mais bem representadas do que aquelas com mais homens e/ou idosos (e geralmente aqueles senhores com mais cabedais procuravam, no mercado, homens em idade produtiva). Da mesma forma, os batismos sobre-representam as pequenas escravarias, especialmente aquelas com dois cativos.²³³

Se compararmos os registros de batismos com os inventários em relação à identificação do grupo de senhores, as diferenças também se apresentam no mesmo sentido. Os registros de batismos capturam melhor o quantitativo de senhores, o que

ratifica a hipótese de que os inventários sobre-representam as camadas mais abastadas da sociedade e, portanto, os grandes escravistas. Neste contexto, confirma-se que há uma enorme gama de pequenos senhores que aparece nos batismos, mas são invisíveis quando se estuda a disseminação da posse escrava somente através dos inventários.²³⁴

Em relação à concentração da posse de escravos, tanto os inventários como os registros de batismos aproximam-se dos resultados encontrados pelos pesquisadores para as localidades em questão. Para eles,

tanto os inventários, quanto os batismos corroboram a existência de uma grande desigualdade (que poderíamos chamar de social e econômica), no que diz respeito à posse escrava, entretanto, nos inventários este fenômeno é muito mais significativo.

²³¹ MATHEUS, Marcelo Santos; FARINATTI, Luís Augusto. Registros de batismo e inventários post mortem como fontes para o estudo da estrutura de posse de escravos no sul do Brasil (século XIX): possibilidades e limites. **Estudios históricos - CDHRPyB**, Año VIII, n. 16, Julio 2016. p. 8.

²³² *Ibid.*, p. 9.

²³³ *Ibid.*, p. 8.

²³⁴ *Ibid.*, p. 9.

E não apenas isso, essa desigualdade aparece em números proporcionais muito semelhantes quando se trabalha tanto com batismos quanto com inventários, a despeito da diferença nos números absolutos. A nosso ver, sem deixar de lado os necessários cuidados metodológicos, isso reforça a confiabilidade dessas fontes.²³⁵

Desta forma, a utilização dos registros de batismos para a compreensão das estruturas escravas é uma boa saída metodológica quando não existem, ou não foram encontrados, outros tipos documentais adequados para estas análises. Porém, a depender dos problemas metodológicos ou dos recortes de cada pesquisa, os inventários podem ocupar um espaço de análise mais eficaz. O que vale aqui ressaltar é que os registros de batismos apresentam um bom cenário populacional, que, em certa medida, consegue evidenciar camadas sociais não alcançadas pelos inventários.

Neste sentido, acreditamos que para aquelas regiões onde os historiadores não dispõem de listas de fogos ou fontes mais apropriadas para tanto, os batismos são de grande utilidade para estimar a abrangência da escravidão entre os diferentes estratos sociais. Enfim, caso possível, o cruzamento do resultado da estrutura de posse a partir dos batismos com o resultado encontrado a partir da análise de um documento de diferente natureza, como os inventários post-mortem, pode ser de grande valia, diminuindo o risco de se cometer algumas generalizações realizadas de maneira precipitada. Com isto, ao nosso ver, diminui o perigo de ilusões de ótica dadas por uma única fonte.²³⁶

Até agora, ficou evidente o valor e a utilidade dessas fontes, especialmente quando outras fontes não estão disponíveis. Assim, o objetivo principal deste estudo é compreender as estruturas do sistema escravista e apontar para alguns aspectos das dinâmicas sociais de Santa Luzia. Os dados não apenas oferecem informações demográficas, mas também podem ser interpretados sob uma perspectiva socioeconômica destacando as redes de relações sociais e de poder. Seguiremos, portanto, por essa trajetória em nossa análise.

²³⁵ MATHEUS, Marcelo Santos; FARINATTI, Luís Augusto. Registros de batismo e inventários post mortem como fontes para o estudo da estrutura de posse de escravos no sul do Brasil (século XIX): possibilidades e limites. **Estudios históricos - CDHRPyB**, Año VIII, n. 16, Julio 2016. p. 10.

²³⁶ *Ibid.*, p. 12.

CAPÍTULO III- Apontamentos sobre as Escravarias de Santa Luzia

3.1. A Estrutura de Posse de Escravizados na Historiografia

A dinâmica da posse de escravos desempenha um papel fundamental na história do Brasil, sendo objeto de extensas pesquisas; porém, ainda existem muitos aspectos a serem explorados. A lógica do trabalho escravo como um componente vital do funcionamento da Colônia apresenta traços essenciais que não apenas contribuíram para a economia, mas também moldaram profundamente o tecido cultural e social de seu povo.

Pensar nesta estrutura de posse de escravos no Brasil é, sobretudo, compreender que ela foi interpretada de diferentes maneiras pela historiografia. Caio Prado Júnior, ao analisar tal temática, admite que o povoamento da Colônia foi sistematicamente organizado com o objetivo de estabelecer um espaço produtivo destinado à criação de produtos essenciais para o fortalecimento do comércio europeu. Nesse sentido,

a nossa economia se subordina inteiramente a este fim, isto é, se organizará e funcionará para produzir e exportar aqueles gêneros. Tudo mais que nela existe, e que é aliás de pouca monta, será subsidiário e destinado unicamente a amparar e tornar possível a realização daquele fim essencial.²³⁷

A estrutura de produção desses gêneros estava baseada na concepção de extensas propriedades agrícolas (latifúndios), monoculturas e na utilização de mão de obra escrava.

Na agricultura [...] o elemento fundamental será a grande propriedade monocultural trabalhada por escravos [...]. A grande exploração agrária – o engenho, a fazenda – é consequência natural e necessária de tal conjunto; resulta de todas aquelas circunstâncias que concorrem para a ocupação e aproveitamento deste território que havia de ser o Brasil [...].²³⁸

Para Luciana Suarez Lopes²³⁹, essa caracterização pradiana que envolve a tríade de latifúndios, monoculturas e grande número de escravos tem sido objeto de questionamento por diversos estudiosos nas últimas décadas. Por meio de novas pesquisas, tem-se percebido que essa fórmula não se aplica em várias localidades e ciclos econômicos, principalmente no que se refere à estrutura de posse de escravos.

Outros autores adotam a mesma posição de questionamento em relação à criação de um imaginário sobre as escravarias, geralmente associados a uma grande quantidade de cativos, ideia essa que ainda é amplamente difundida, principalmente no ambiente escolar.

²³⁷ PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**: Colônia. São Paulo: Brasiliense, 1996, p. 119.

²³⁸ *Ibid.*

²³⁹ LOPES, Luciana Suarez. Notas sobre a estrutura da posse de escravos nos momentos iniciais da cafeicultura paulista. **Boletim Informações FIPE**, n. 438, p. 34-37, mar. 2017. p. 37.

Um dos pontos que têm sido objeto de reavaliação nas últimas décadas é a crença de que a escravidão brasileira se associaria basicamente à grande propriedade rural voltada à produção agrícola extensiva para exportação — a chamada agricultura de *plantation*. O engenho de açúcar, no Nordeste, e a fazenda de café, no Centro-Sul, seriam os modelos típicos de unidades produtivas que usavam trabalho escravizado.²⁴⁰

Nas últimas décadas, a historiografia sobre esta temática cada vez mais tem diversificado suas abordagens, ampliando o leque das perspectivas regionais. Entre suas principais inovações, pode-se destacar uma tendência revisionista sobre esse padrão de propriedade escrava.

Ao invés de uma imagem da população escrava distribuindo-se entre grandes unidades escravistas, tem-se afirmado um quadro mais complexo de predominância numérica das pequenas unidades escravistas e de relevância dos plantéis médios, ao lado da importância das grandes unidades em termos de sua participação no total de escravos possuídos. Geralmente se define posses “grandes” como as que tenham mais de vinte escravos (ou, em certos contextos, mais de quarenta). Deve-se ressaltar que no Brasil, de modo geral, unidades produtivas com centenas de escravos foram sempre excepcionais, nunca a regra.²⁴¹

Na primeira metade do século XX, a análise do escravismo frequentemente se baseava em abordagens mais ensaísticas, “com poucos trabalhos explorando sistematicamente dados quantitativos”²⁴². Porém, a partir da década de 1970, com as renovações no campo das abordagens, bem como da utilização de fontes, percebe-se uma tendência crítica que buscava uma análise mais aprofundada de assuntos relacionados à escravidão no Brasil. No que se refere às fontes, podemos destacar a utilização de “inventários, testamentos, listas censitárias nominativas, registros de matrículas de escravos, listas de classificação para alforria, lançamentos de batismos e casamentos, processos cíveis e criminais, livros de compra e venda de cativos, registros de alforria”²⁴³.

A utilização dessas fontes desempenhou papel fundamental na compreensão de novos aspectos do sistema escravista:

ficou evidenciado que a difusão do uso de trabalho escravo era maior do que antes se supunha; percebe-se melhor, agora, a importância que teve a escravidão no sistema produtivo do País, e a extensão das marcas que deixou em nossa sociedade. E levantaram também indagações: como costuma acontecer, a expansão do

²⁴⁰ VERSIANI, Flávio Rabelo. Entendendo a escravidão: trabalho escravo na grande lavoura e em pequenas posses. In: VERSIANI, Flávio Rabelo; NOGUERÓL, Luiz Paulo Ferreira (org.). **Muitos escravos, muitos senhores: escravidão nordestina e gaúcha no século XIX**. São Cristóvão: Editora UFS / Brasília: Editora UnB, 2016, p. 13-53. p. 16.

²⁴¹ MARCONDES, Renato L. *et al.* Muitos senhores com poucos escravos: estrutura de posse de cativos nas quatro regiões e no país. In: VERSIANI, Flávio Rabelo; NOGUERÓL, Luiz Paulo Ferreira (org.). **Muitos escravos, muitos senhores: escravidão nordestina e gaúcha no século XIX**. São Cristóvão: Editora UFS / Brasília: Editora UnB, 2016, p. 101-116. p. 104.

²⁴² VERSIANI, *op. cit.*, p. 13.

²⁴³ *Ibid.*, p.13-14.

conhecimento suscitou outras questões, que pedem respostas, sugerindo novas áreas de investigação.²⁴⁴

Nesta nova fase, além das pesquisas revisionistas, é possível perceber a existência de uma renovação historiográfica ocasionada pela expansão e fortalecimento de centros de pesquisa em História que favorecem o debate com a Economia e as Ciências Sociais, o que tem possibilitado a produção de estudos que ampliam o leque investigativo para outras regiões, adotando o uso intensivo e sistemático de fontes primárias.

Com isso, não apenas as tradicionais atividades exportadoras — açúcar, mineração e café — foram reexaminadas, mas também as atividades urbanas e a produção agrícola voltada para o mercado interno. Em geral, constatou-se a utilização do trabalho escravo em atividades até então insuspeitadas, ou pouco comprovadas.²⁴⁵

Dentro desse contexto, é relevante salientar alguns estudos que apresentaram conclusões distintas ou mais detalhadas do que aquelas sugeridas pela historiografia tradicional, sobretudo considerando o período entre a segunda metade do século XVIII e o início do século XIX. Um bom exemplo de tais pesquisas é a análise proposta por Francisco Vidal Luna (1981) sobre a estrutura de posse de escravos em Minas Gerais em diferentes fases da mineração, o que ressalta a importância de se compreender as escravarias para além da lógica das grandes *plantations*. Segundo o autor,

Dos cerca de 14.500 escravos arrolados, mais de três quartos pertenciam a plantéis de até 20 escravos, e mais da metade a plantéis menores, de não mais que 10 cativos. A média de escravos por senhor variou no intervalo de 3,7 a 6,5, e a moda de 1 a 2,3. A grande difusão da propriedade escrava em Minas é evidenciada pela alta proporção de domicílios com escravos, em cidades mineiras, no censo de 1804: 41%, em Vila Rica, 45%, em Santa Luzia.²⁴⁶

Outro exemplo é a pesquisa desenvolvida por Luna juntamente com Herbert S. Klein, a partir da análise de listas nominativas de 1829 da província de São Paulo. Nessa pesquisa foi possível identificar que

²⁴⁴ VERSIANI, Flávio Rabelo. Entendendo a escravidão: trabalho escravo na grande lavoura e em pequenas posses. In: VERSIANI, Flávio Rabelo; NOGUERÓL, Luiz Paulo Ferreira (org.). **Muitos escravos, muitos senhores: escravidão nordestina e gaúcha no século XIX**. São Cristóvão: Editora UFS / Brasília: Editora UnB, 2016, p. 13-53. p. 14

²⁴⁵ MARCONDES, Renato L. *et al.* Muitos senhores com poucos escravos: estrutura de posse de cativos nas quatro regiões e no país. In: VERSIANI, Flávio Rabelo; NOGUERÓL, Luiz Paulo Ferreira (org.). **Muitos escravos, muitos senhores: escravidão nordestina e gaúcha no século XIX**. São Cristóvão: Editora UFS / Brasília: Editora UnB, 2016, p. 101-116. p. 104.

²⁴⁶ LUNA, Francisco Vidal. **Minas Gerais: escravos e senhores; análise da estrutura populacional e econômica de alguns centros mineratórios (1718-1804)**. São Paulo: Instituto de Pesquisas Econômicas, 1981 *apud* MARCONDES, Renato L. *et al.* Muitos senhores com poucos escravos: estrutura de posse de cativos nas quatro regiões e no país. In: VERSIANI, Flávio Rabelo; NOGUERÓL, Luiz Paulo Ferreira (org.). **Muitos escravos, muitos senhores: escravidão nordestina e gaúcha no século XIX**. São Cristóvão: Editora UFS / Brasília: Editora UnB, 2016, p. 101-116. p. 105-106.

61% dos escravos pertenciam a plantéis de até vinte cativos, e 40% a plantéis de até 10 indivíduos. Mesmo no caso de escravos pertencentes a cafeicultores, a maioria (54%) fazia parte de plantéis de até vinte cativos, uma indicação de que produtores de pequeno porte tinham peso relevante nessa atividade, em tal período (Luna & Klein, 2003). Examinando em conjunto os dados para Minas Gerais e São Paulo (que incluía então o Paraná), na década de 1830, Luna & Klein (2004) verificaram que, entre trinta mil proprietários escravistas, apenas pouco mais de quinhentos tinham mais de 40 cativos; dois terços deles possuíam de 1 a 5 indivíduos, e quase um quarto tão somente um cativo.²⁴⁷

José Flávio Motta, em sua tese de doutorado, apontou para a mesma tendência ao estudar a formação familiar escrava em Bananal. O autor constatou que “mais de 40% dos cafeicultores analisados possuía de 1 a 4 escravos; e considerando aqueles que possuíam de 1 a 9 elementos essa porcentagem sobe para 64,6%”²⁴⁸. No Oeste paulista, região cafeeira, Robert Slenes, analisando especificamente Campinas durante o século XVIII, constatou que inicialmente a região era pouco habitada, com uma economia fundamentada na agricultura e criação de animais, constando apenas 156 escravizados. Porém, com a implementação do cultivo da cana-de-açúcar,

a população escrava cresceu significativamente, chegando até mesmo a ultrapassar o número de livres. Nessa época, a economia canavieira em Campinas tinha uma organização mais próxima da definição pradiana de exploração agrícola, não pela inexistência das pequenas posses, mas pelo número relevante de grandes plantéis, alguns chegando a possuir mais de cem cativos.²⁴⁹

Considerando a introdução da cultura do café na região como tendo ocorrido por volta de 1850, Slenes comparou os plantéis de escravizados em dois momentos: 1829 e 1872. A partir desta comparação, o autor pôde

perceber que a mudança econômica ocorrida na localidade nesse período não provocou grandes alterações na estrutura da posse vigente, pois as informações disponíveis, ainda que extraídas de fontes documentais distintas – a lista nominativa e a matrícula de cativos – mostram panoramas semelhantes. Tanto em 1829 quanto em 1872, havia um considerável número de plantéis de 1 a 4 e de 5 a 9 cativos.²⁵⁰

²⁴⁷ LUNA, Francisco Vidal; KLEIN, Herbert S. **Slavery and the Economy of São Paulo, 1750-1850**. Stanford: Stanford University Press, 2003; LUNA, Francisco Vidal; KLEIN, Herbert S. *Slave Economy and Society in Minas Gerais and São Paulo, Brazil in 1830*. **Journal of Latin American Studies**, 36(1), 1-28, 2004 *apud* MARCONDES, Renato L. *et al.* Muitos senhores com poucos escravos: estrutura de posse de cativos nas quatro regiões e no país. *In*: VERSIANI, Flávio Rabelo; NOGUERÓL, Luiz Paulo Ferreira (org.). **Muitos escravos, muitos senhores: escravidão nordestina e gaúcha no século XIX**. São Cristóvão: Editora UFS / Brasília: Editora UnB, 2016, p. 101-116. p. 107.

²⁴⁸ MOTTA, José Flávio; NOZOE, Nelson H. Cafeicultura e acumulação. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 24, n. 2, p. 253-320, maio/ago. 1994 *apud* LOPES, Luciana Suarez. Notas sobre a estrutura da posse de escravos nos momentos iniciais da cafeicultura paulista. **Boletim Informações FIPE**, n. 438, p. 34-37, mar. 2017. p. 37.

²⁴⁹ SLENES, Robert. A formação da família escrava nas regiões de grande lavoura do Sudeste: Campinas, um caso paradigmático no século XIX. **População e família**, v. 1, n. 1, p. 9-82, 1998 *apud* LOPES, Luciana Suarez. Notas sobre a estrutura da posse de escravos nos momentos iniciais da cafeicultura paulista. **Boletim Informações FIPE**, n. 438, p. 34-37, mar. 2017. p. 37.

²⁵⁰ *Ibid.*

Ainda nesta perspectiva, Renato Leite Marcondes e Juliana Garavazo, ao analisarem a posse de escravos em Batatais, “encontraram uma estrutura da posse desigual, na qual novamente os plantéis pequenos eram maioria e quase três quartos dos proprietários possuíam de 1 a 4 cativos”²⁵¹. Essa tendência também foi observada em Franca, onde se destacou a atividade pecuária, especialmente na produção de laticínios e manufaturas.

Lélio Luiz de Oliveira, utilizando como fonte de dados 96 inventários post-mortem, identificou que entre 1822 e 1830, quase $\frac{3}{4}$ dos proprietários de escravos francanos possuía plantéis de 1 a 5 cativos. Destes, 13,4% possuíam plantéis unitários e 20,3% possuíam plantéis de 5 escravos. Entre 1875 e 1885, 64,8% dos proprietários tinham plantéis de 1 a 5 cativos e entre estes, 14,8% possuíam apenas um escravo.²⁵²

Mesmo em províncias onde a economia estava fundamentalmente baseada na *plantation*, a lógica não era aplicável de forma universal. Nesta nova fase da historiografia, alguns contextos e áreas foram reavaliados, como é o caso de Pernambuco; graças ao trabalho de Marcondes *et al.*, tornou-se evidente que esta província, no século XIX, também aderiu às tendências anteriormente apresentadas. De acordo com esses autores, embora os inventários frequentemente tendessem à subavaliação dos pequenos plantéis,

em Pernambuco, por exemplo, parcela substancial dos escravos da província, no século XIX, não estava na região açucareira, a Zona da Mata, mas no Agreste e no Sertão, onde predominavam pequenos plantéis escravistas (Versiani & Vergolino, 2003). Ao longo do século, o percentual de cativos em pequenos plantéis tendeu a aumentar. Nesse mesmo sentido, uma redução do número de escravos por engenho foi observada em Sergipe, entre a primeira e a segunda metade do século XIX (Passos Subrinho, 2000:96 e ss.).²⁵³

Na Bahia, no Recôncavo Baiano, região de produção açucareira, Schwartz aponta que, no início do século XIX, “embora nos engenhos a média de escravos fosse acima de 60, no total da área a média baixava para 7; mais da metade dos escravos pertencia a plantéis menores do que 20, e um terço deles, a plantéis menores do que 10”²⁵⁴.

Todos estes trabalhos nos ajudam a perceber o quão importante é a diversificação de abordagens, contextos e fontes para a compreensão das escravarias. Por mais que o imaginário

²⁵¹ MARCONDES, Renato Leite; GARAVAZO, Juliana. A propriedade escrava e a hipótese de crescimento vegetativo em Batatais: a classificação de escravos (1875). In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 13. Anais. Ouro Preto, 2002, *apud* LOPES, *op. cit.*, p. 38.

²⁵² OLIVEIRA, Lélio Luiz de. **Economia e história**: Franca – Século XIX. Franca: UNESP-FHDSS/Amazonas S/A, 1997. (História Local, 7) *apud* LOPES, *op. cit.*, p. 38.

²⁵³ MARCONDES, Renato L. *et al.* Muitos senhores com poucos escravos: estrutura de posse de cativos nas quatro regiões e no país. In: VERSIANI, Flávio Rabelo; NOGUERÓL, Luiz Paulo Ferreira (org.). **Muitos escravos, muitos senhores**: escravidão nordestina e gaúcha no século XIX. São Cristóvão: Editora UFS / Brasília: Editora UnB, 2016, p. 101-116. p. 107.

²⁵⁴ SCHWARTZ, Stuart B. **Segredos Internos**: engenhos e escravos na sociedade colonial. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

social tenha assimilado a posse de grandes quantidades de escravos como a regra na economia escravista brasileira, tais pesquisas têm demonstrado o contrário.

O que cabe agora é ampliar ainda mais tais campos de análise, a fim de permitir uma visão mais abrangente das semelhanças e divergências entre as regiões e economias da época colonial. Acima de tudo, é crucial

estender geograficamente a área de pesquisa. A maioria dos trabalhos recentes sobre o tema tem-se concentrado no Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Bahia — e com razão, pois foram essas as regiões de mais ampla utilização do trabalho cativo. Mas a constatação da grande disseminação do uso de trabalho escravo, tanto entre atividades produtivas como entre regiões, ressalta a importância do estudo de outras áreas.²⁵⁵

Partindo desta premissa, este estudo busca compreender as estruturas de posse de escravos em um arraial localizado no sul da província de Goiás. Nosso propósito é examinar se Santa Luzia estava alinhada às tendências identificadas em pesquisas anteriores, no que se refere às estruturas de posse de cativos, e analisar a organização da economia da mineração em relação ao uso desta mão de obra. Essas questões serão apreciadas a partir de uma investigação pautada nos registros de batismos, com o propósito de traçar um panorama inicial sobre tal temática para esta localidade.

3.2. O Tráfico de Escravos para Goiás

Para compreender a estrutura econômica de Goiás nos séculos XVIII e XIX é necessário saber que esta, desde as primeiras incursões, fundamentou-se no trabalho escravo, fosse ele indígena ou africano. Como bem destaca Gilka Salles, foi o trabalho escravo que “constituiu o nervo das prospecções, da extração aurífera e da formação das primeiras lavouras. Foi utilizado, ainda, nos serviços domésticos, no artesanato de consumo local”²⁵⁶.

O mecanismo de abastecimento desta mão de obra, no cenário goiano, moldou-se a partir das dinâmicas econômicas coloniais de maneira mais geral. Em particular, podemos destacar a influência da descoberta do ouro na década de 1690, a qual

desencadeou um aumento nunca antes visto da demanda por escravos no Brasil, propiciando o imediato incremento dos desembarques de africanos através do porto de Salvador. [...] Até a segunda década do século XVIII os traficantes baianos eram os principais fornecedores de trabalhadores escravizados para as minas.²⁵⁷

²⁵⁵ VERSIANI, Flávio Rabelo. Entendendo a escravidão: trabalho escravo na grande lavoura e em pequenas posses. *In*: VERSIANI, Flávio Rabelo; NOGUERÓL, Luiz Paulo Ferreira (org.). **Muitos escravos, muitos senhores: escravidão nordestina e gaúcha no século XIX**. São Cristóvão: Editora UFS / Brasília: Editora UnB, 2016, p. 13-53. p. 14.

²⁵⁶ SALLES, Gilka V. F. de. **Economia e escravidão na capitania de Goiás**. Goiânia: Cegraf/UFG, 1992, p. 215.

²⁵⁷ FLORENTINO, Manolo; RIBEIRO, Alexandre Vieira; SILVA, Daniel Domingues da. **Aspectos comparativos do tráfico de africanos para o Brasil** (séculos XVIII e XIX). *Afro-Ásia*, n. 31, 2004, p. 83.

A possibilidade da venda de escravos, que, aliás, custavam muito caro (“se antes do boom aurífero um cativo podia ser adquirido por algo entre 40 e 50 mil réis, em meados da década de 1730 era vendido por até 200 mil réis”²⁵⁸), logo fez com que os donos de engenhos vissem nessa alternativa uma forma de mitigar os impactos das perdas com o açúcar, causadas pelas más safras e pela concorrência internacional. Nesse sentido, a fluida transformação econômica foi moldando a estrutura do trabalho escravo. De acordo com Maria Lemke, a Coroa portuguesa tentou frear o desabastecimento de mão de obra nas *plantations* açucareiras expedindo um alvará, em 1701, “no qual estipulava em duzentos escravos de Angola, a quantidade máxima de escravos para trabalhar nas minas, alvará que logo se transformaria em letra morta”²⁵⁹.

A Bahia foi um dos principais pontos de desembarque de escravizados. No século XVIII, um intenso tráfico de homens ligava a Costa da Mina, com embarques em locais como Grande Popó, Ajudá, Jaquim e Apa, à Bahia de Todos os Santos. Tais relações comerciais eram tão intensas que, por vezes, provocaram o descontentamento de Lisboa, insatisfeita com a autonomia dos comerciantes de Salvador e suas relações com concorrentes de Portugal.

Travaram-se inúmeras disputas entre ambos, como no início do século XVIII, quando os traficantes de Salvador quiseram fundar uma companhia de comércio que detivesse o monopólio da compra de escravos na África e do abastecimento no Brasil. A Coroa negou-lhes autorização, alegando que o preço dos africanos aumentaria ainda mais, arruinando os proprietários de engenhos. Mas não se pôde impedir o estreitamento dos vínculos entre a Bahia e a África Ocidental, os quais perduraram mesmo depois da proibição do tráfico ao norte do Equador, em 1815.²⁶⁰

A partir do final da década de 1710, o comércio transatlântico com Salvador começou a deparar-se com significativas dificuldades.

Os altos preços dos escravos no Brasil levaram muitos comerciantes baianos a dedicarem-se ao comércio negreiro, gerando uma enorme concorrência e inflacionando o valor dos cativos nos portos africanos. A demanda por escravos nas áreas de produção de açúcar do Caribe, reestruturadas após as guerras europeias, já havia contribuído para acentuar a valorização da mercadoria humana no mercado africano. Ademais, incidentes entre a companhia holandesa das Índias Ocidentais e os negociantes baianos prejudicavam as relações comerciais entre Bahia e Costa da Mina – muitos navios brasileiros eram apreendidos e saqueados por galeras holandesas no litoral africano, tornando as expedições cada vez mais arriscadas e gerando uma expectativa de menor êxito por parte das empresas envolvidas. Resultado: se na década de 1630 cerca de 80% do açúcar comercializado em Londres era de origem brasileira, por volta de 1690 essa participação caiu para 10%, e nesse patamar

²⁵⁸ FLORENTINO, Manolo; RIBEIRO, Alexandre Vieira; SILVA, Daniel Domingues da. **Aspectos comparativos do tráfico de africanos para o Brasil** (séculos XVIII e XIX). Afro-Ásia, n. 31, 2004, p. 83.

²⁵⁹ LOIOLA, Maria Lemke. **Trajetórias atlânticas: percursos para a Liberdade: africanos descendentes na Capitania dos Guayazes**. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2008, p. 24.

²⁶⁰ FLORENTINO; RIBEIRO; SILVA, *op. cit.*, p. 84.

permanecia em meados do século XVIII. Acontecimentos internos à África agravaram ainda mais a situação. Em 1724 iniciou-se no litoral da Costa da Mina uma sucessão de conflitos entre diversos reinos, culminando, em 1727, com a invasão e conquista do porto de Ajudá por Agaja, rei do Daomé. [...] Durante toda a década de 1730 o comércio na região do porto de Ajudá continuou a deteriorar-se, culminando, em 1743, com as destruições do porto de Jaquim e do forte português em Ajudá.²⁶¹

Tais conflitos provocaram alterações nas dinâmicas comerciais de Salvador, as quais, segundo Manolo Florentino, Alexandre Vieira e Daniel Domingues, "podiam ser superadas pelos traficantes baianos com a venda dos escravos nas zonas mineradoras. O valor, na verdade exorbitante, e a forma com que os mineiros pagavam (em ouro) eram garantia de altos lucros e de liquidez"²⁶². No entanto, havia outro aspecto a ser considerado: os comerciantes de Salvador não eram os únicos traficantes de escravizados. Os negociantes do Rio de Janeiro também realizavam transações com as áreas de mineração, relação esta que se intensificou com a abertura do Caminho Novo:

Por meio do Caminho Velho, que ligava o Rio de Janeiro à região mineradora através de Paraty, gastava-se de 43 a 99 dias, dependendo do número de paradas, o que o tornava pouco competitivo comparativamente à rota que, através do rio São Francisco, unia Salvador às Gerais. Contudo, a partir da abertura do Caminho Novo, em 1711, o percurso de oitenta léguas (480 km) passou a ser feito em apenas dez ou doze dias. [...] A diminuição da duração da viagem entre o porto carioca e os veios auríferos possibilitou a redução dos custos de manutenção dos escravos, diminuindo inclusive as fugas e as taxas de mortalidade ao longo do trajeto Rio-Minas. Para a empresa traficante carioca, o aumento da velocidade de retorno do capital investido implicava em maior possibilidade de reinvestimento e, pois, de maior lucratividade dos traficantes do Rio de Janeiro.²⁶³

No caso do abastecimento das regiões mineradoras goianas pelo porto de Salvador, é necessário destacar que muitas eram as dificuldades até o destino final. “Da costa da Mina à Bahia de Todos os Santos, o tempo no mar poderia durar dois meses”²⁶⁴, uma viagem dispendiosa e em condições precárias, que elevavam a taxa de mortalidade durante o trajeto. Ao chegarem em terra firme, os africanos ainda teriam que percorrer uma “distância de mais de 1.500 quilômetros entre Salvador e Vila Boa”²⁶⁵, o que acentuava ainda mais seus índices de mortalidade, “pois chegavam extenuados da travessia do Atlântico”²⁶⁶. Para evitar que tal situação acarretasse ainda mais prejuízo aos traficantes, “muitos cativos permaneciam

²⁶¹ FLORENTINO, Manolo; RIBEIRO, Alexandre Vieira; SILVA, Daniel Domingues da. Aspectos comparativos do tráfico de africanos para o Brasil (séculos XVIII e XIX). *Afro-Ásia*, n. 31, 2004, p. 86.

²⁶² *Ibid.*, p. 86-87.

²⁶³ *Ibid.*, p. 87.

²⁶⁴ LOIOLA, Maria Lemke. **Trajetórias atlânticas**: percursos para a Liberdade: africanos descendentes na Capitania dos Guayazes. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2008, p. 26.

²⁶⁵ *Ibid.*

²⁶⁶ *Ibid.*

temporariamente na Bahia, Rio de Janeiro e Minas Gerais, antes de serem negociados para Goiás”²⁶⁷.

Maria Lemke destaca que as três principais rotas terrestres utilizadas para o transporte de escravos para Goiás eram o Caminho Velho, o Caminho Novo e o Caminho do Sertão. O primeiro deles, o Caminho Velho, que partia de São Paulo, caracterizava-se por ser uma rota longa e dispendiosa:

Em carta, o vigário Pedro Ferreira Brandão alertou ao desembargador Belchior do Rego de Andrade sobre os prejuízos – tanto ao erário régio quanto aos viandantes e negociantes – causados pela localização do registro de contrato de entradas em Mogi, distante quatro dias de viagem de São Paulo. Após a passagem do dito registro, os comboieiros gastavam entre sessenta e setenta dias até chegar a Vila Boa. O vigário dizia que os negociantes pagavam os direitos de entrada, mas muita carga se perdia nas matas e rios caudalosos, dando aos fiscais azo a interpretações – por vezes errôneas – sobre descaminhos de mercadorias. Segundo ele, esse longo percurso só favorecia o contrabando e os descaminhos do ouro. Por isso, sugeria a mudança de localização dos registros. Até 1733, este foi o único ponto de entrada permitido oficialmente para as minas dos Guayazes.²⁶⁸

A segunda rota comercial, o Caminho Novo, saía do Rio de Janeiro com destino a Minas Gerais e Goiás. Como visto anteriormente, tratava-se de um percurso mais rápido, o que possibilitava maior lucratividade aos comerciantes. Tais benefícios tornaram o Caminho Novo, a partir de 1725, uma preferência entre os negociantes de Minas Gerais, “e Salvador permaneceria como entreposto secundário e complementar a várias capitânicas, entre elas, Goiás”²⁶⁹.

Por fim, havia o Caminho do Sertão, também chamado de Caminho da Bahia ou, ainda, Caminho dos Currais. Segundo Lemke, tal rota passou a ser explorada por Goiás de forma oficial a partir de 1733, servindo “como ponto de intercessão entre Goiás e África, via porto de Salvador”²⁷⁰.

Margeando o São Francisco, esse caminho também ficou conhecido como “Caminho dos Currais do Sertão” em alusão às fazendas de gado, ponto de apoio aos comboieiros direcionados às regiões centrais do Brasil. Antonil indicou suas facilidades àqueles cujo destino era Minas Gerais: este caminho da Bahia para as minas é muito melhor que o do Rio de Janeiro e o da Vila de São Paulo, porque posto que mais comprido, é menos dificultoso, por ser mais aberto para as boiadas, mais abundante para o sustento e mais acomodado para as cavalgadas e as cargas.²⁷¹

²⁶⁷ LOIOLA, Maria Lemke. **Trajetórias atlânticas**: percursos para a Liberdade: africanos descendentes na Capitania dos Guayazes. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2008, p. 26.

²⁶⁸ LEMKE, Maria. O caminho do Sertão - notas sobre a proximidade entre Goiás e África. *Politéia*, v. 1, 2012, p. 121.

²⁶⁹ *Ibid.*, p. 122.

²⁷⁰ *Ibid.*, p. 123.

²⁷¹ ANTONIL, A. J. Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001, p. 187 *apud* LEMKE, *op. cit.*, p. 123-124.

Colaborando para nossa compreensão do Caminho do Sertão, Charles Boxer aponta que tal rota

corria paralela à margem direita do Rio São Francisco [...] chegava-se normalmente a esse rio, vindo da costa, pelo pequeno porto de Cachoeira, centro da região de cultura do fumo, no Recôncavo Baiano da cidade de Salvador. (...) Caminhos que vinham de todas as direções do interior da capitania da Bahia, convergiam para o Rio São Francisco, onde se juntavam numa fazenda chamada Arraial de Mathias Cardoso, de onde o caminho para as minas de ouro seguiam a margem do rio durante umas 160 milhas, até a junção com o Rio das Velhas. Os arraiais mineiros que se enfileiravam ao longo do Rio das Velhas, depressa estavam interligados por uma rede de trilhas e passagens, inclusive com os remotos postos avançados estabelecidos no inabordável Serro do Frio, parte do vale do Rio Jequitinhonha.²⁷²

Para melhor percepção da utilização deste caminho, podemos citar também o trabalho de Maria do Carmo Salazar Martins e Helenice Carvalho Cruz da Silva sobre o Códice 249²⁷³ (que apresenta a forma como o “Governador da Bahia concedia o passaporte para determinado indivíduo, o qual conduziria os escravos para seu destino em determinada Capitania, por uma rota determinada”²⁷⁴). Neste trabalho foi possível verificar que o Caminho do Sertão era a rota mais escolhida entre os comerciantes no século XVIII para o transporte de escravizados vindos da Bahia em direção a Goiás.

Segundo Martins e Silva, de 1759-1772, período do declínio da mineração, foram trazidos para Goiás 2.265 escravizados, dos quais 2.094 eram africanos e 171 crioulos, ocupando a terceira posição, atrás de Minas Gerais e Rio de Janeiro, no que se refere ao número de escravos remetidos de Salvador. De acordo com as autoras, apesar do Caminho Novo ser mais curto e, conseqüentemente, mais rápido, “o Caminho do Sertão, embora mais longo, se apresentava mais atrativo devido às facilidades [...] e, talvez, menos fiscalizado, o que propiciava os descaminhos de mercadorias e, sobretudo, de escravos”²⁷⁵. A análise de Jason Hugo de Paula da mesma documentação chega a outros números, que são, porém, próximos daqueles propostos por Martins e Silva. O autor afirma que

Por enquanto, em busca dos escravos que vieram para as Minas de Goiás, chegamos ao número de dois mil e duzentos e oitenta e oito escravos e de duzentos e setenta e dois passaportes nos quatorze anos que o Códice 249 abarca. Portanto, a região de

²⁷² BOXER, Charles Ralph. **A idade de ouro do Brasil**: dores de crescimento de uma sociedade colonial. Tradução de Nair de Lacerda. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1962, p. 62-63.

²⁷³ BAHIA. Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB). Códice 249. Filme nº 10, Flash 01. Seção: Colonial e Provincial. Série: Registro de pedidos de passaportes para escravos e de guias para despachos de embarcações. Período/ano: 1759-1772 (Livro n. 249).

²⁷⁴ MARTINS, Maria do Carmo Salazar; SILVA, Helenice Carvalho Cruz da. Via Bahia: a importação de escravos para Minas Gerais pelo caminho do sertão: 1759/1772. In: SEMINÁRIO SOBRE ECONOMIA MINEIRA, 2006, Diamantina- MG. **Anais** [...]. 2006. p. 04.

²⁷⁵ *Ibid.*, p. 18-19.

Goyaz (Vila Boa e várias outras áreas de mineração e criação de gado) respondeu por mais de 11% do total de escravos redistribuídos nas Minas.²⁷⁶

A análise feita por Paula dos comboios direcionados às minas de Goiás parte da premissa de que, em média,

os comboios que vieram para cá eram compostos de 8 cativos, embora dezesseis comboios (com mais de 30 escravos) fossem responsáveis por 29,32% (671 escravos) do total de escravos trazidos. Esses dezesseis comboios, pouco mais de 5% do total de passaportes concedidos, apresentam os principais negociantes de escravos da Bahia para a capitania de Goiás. Santos (2013), ao analisar o circuito mercantil Bahia-Minas Gerais recorrendo ao comércio que percorreu o Caminho do Sertão e dos Currais da Bahia, chegou à conclusão de que os comboios que se dirigiam às áreas mineradoras eram compostos, em média, por sete escravos, sendo a tendência geral o transporte de poucos cativos em cada viagem. A explicação, segundo o autor, para a pequena quantidade em cada comboio era devido aos perigos e percalços enfrentados tanto pelos condutores quanto pelos cativos, tais como “o risco de contrair enfermidades causadas pela prolongada exposição à água da chuva e às doenças transmitidas por insetos, que atacavam principalmente em períodos chuvosos”.²⁷⁷

Tal rota foi descrita, no itinerário do governador e capitão geral Luís da Cunha Meneses, em 1778, da seguinte forma:

O caminho saía da Cachoeira do Moritiba, atual município de Cachoeira na Bahia, margeava o Rio São Francisco, até chegar ao registro de Duro, no arraial de São José do Duro, norte de Goiás, prosseguia até Meya Ponte (atual Pirenópolis), onde as mercadorias e escravos eram novamente contados e distribuídos para outros arraiais.²⁷⁸

Ao analisarmos a lógica do tráfico de escravizados para Goiás (descrito no Códice 249), é possível perceber que os escravizados africanos eram maioria, totalizando 2.094 cativos. Os crioulos, que somam 171, são aqueles escravizados nascidos na Colônia, que já dominavam a língua e estavam inseridos socialmente na esfera familiar. Os africanos, por sua vez, que também poderiam ser classificados como *boçais*, eram aqueles trazidos da África que, em geral, eram separados de suas famílias e, no caso dos recém-chegados, não dominavam a língua portuguesa. Segundo Furtado, o boçal ainda poderia ser “todo aquele que, apesar de escravizado há muito, resistia ao processo de aculturação”²⁷⁹.

²⁷⁶ PAULA, Jason Hugo de. **Entre picadas, estradas e trieiros**: os caminhos que levam à Freguesia de Santa Luzia. Negociantes, escravidão, família e mestiçagens na Capitania dos Goyazes. 1746-1800. Tese (Doutorado) - UFG, Goiânia, 2017. p. 210.

²⁷⁷ SANTOS, Raphael Freitas. **Minas com Bahia**: mercados e negócios e um circuito mercantil setecentista. Tese (Doutorado em História) - UFF, Niterói, 2013, p. 285 *apud* PAULA, *op. cit.* p. 211.

²⁷⁸ LOIOLA, Maria Lemke. **Trajetórias atlânticas**: percursos para a Liberdade: africanos descendentes na Capitania dos Guayazes. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2008, p. 32.

²⁷⁹ FURTADO, J. F. Os sons e os silêncios nas minas do ouro. In: FURTADO, Junia F. (org.). **Sons, formas, cores e movimentos na modernidade atlântica**: Europa, Américas e Áfricas. São Paulo: Annablume, 2008. p. 40.

Na documentação fica evidente a superioridade do número de escravizados africanos em relação aos crioulos; Maria Lemke chama, aqui, a atenção para a interpretação de Alexandre Vieira Ribeiro, que

atenta para o baixo índice de reprodução natural dos escravos na colônia, mas, sobretudo para o desinteresse na circulação de crioulos. “Vender um crioulo significava separá-lo de sua família, de seus amigos, o que poderia gerar conflitos que pudessem desestabilizar o sistema”; com os ladinos ocorria algo semelhante, já que estavam mais ambientados no mundo colonial.²⁸⁰

Quanto à procedência dos africanos, era comum a importação para as regiões mineradoras de escravizados com as indicações “Mina” e “Angola”. Segundo Lemke,

Paiva verificou que nas regiões de Minas Gerais nas quais prevalecia a mineração, havia maior número de pretos mina, enquanto nas regiões voltadas à pecuária e à agricultura, predominavam os angolas. Constatei algo parecido em Goiás. Durante o período aurífero, os mina compunham a maioria dos escravos africanos. Ao final do século XVIII e início do XIX, quando a pecuária se consolidou, houve incremento dos angolas. A guia referente aos escravos de João Salgado reforça essa correlação, pois o arraial de Couros (atual Formosa), para onde levava seus escravos, era produtor de gado e couro e não era voltado à mineração.²⁸¹

Em Santa Luzia, nos registros de batismo do primeiro livro, datado de 1749-1757, foi possível identificar 30 escravizados batizados identificados como pertencentes à nação “Mina”, um escravizado com a origem “Guiné” e nenhum com indicação de “Angola”. Tais registros são referentes aos escravizados que haviam chegado ao arraial. Em março de 1748, na primeira missa de Santa Luzia, o padre Luiz da Gama Mendonça “realizou 18 batizados, uma metade de escravos Mina recém vindos África, outra metade de crianças escravas nascidas na própria Santa Luzia”²⁸².

Uma série de fatores esteve relacionada à escolha dos escravos. A preferência por um ou outro grupo ia além de suas “qualidades”. Havia ainda recursos financeiros, condições de comércio, interesses dos negociantes, condições de negociação e embarque na África etc. Além disso, à época existia a crença de que ter uma escrava mina dava sorte ao minerador. Crença que parece ter sido seguida tanto em Minas como em Goiás, pois nesta Capitania o número de escravas mina foi significativamente superior ao das angola. Para se ter uma ideia de como essa crença esteve difundida, nos batismos de escravos de Vila Boa, de 1764 a 1792 – apesar da incompletude da documentação – entre os adultos batizados, havia 23 designados angola, e 159 ditos mina.²⁸³

²⁸⁰ RIBEIRO, A. V. E lá se vão para as minas: perfil de comércio de escravos despachados da Bahia para as Gerais na segunda metade do século XVIII, 2006, p. 09 *apud* LEMKE, Maria. **O caminho do Sertão** - notas sobre a proximidade entre Goiás e África. Politéia, v. 1, 2012, p. 126.

²⁸¹ LEMKE, Maria. **O caminho do Sertão** - notas sobre a proximidade entre Goiás e África. Politéia, v. 1, 2012, p. 116-117.

²⁸² BERTRAN, Paulo. **História da terra e do homem no Planalto Central**: eco-história do Distrito Federal (do indígena ao colonizador). 3. ed. Brasília: EDUnB, 2011, p. 223.

²⁸³ LEMKE, *op. cit.*, p. 117.

Tais registros caminham no sentido apontado anteriormente, de que por ser uma região mineradora talvez a preferência fosse por escravos da nação mina, porém a pequena quantidade de informações não permite afirmar que estas preferências fossem gerais entre os senhores de escravos de Santa Luzia, podendo a configuração das escravarias ser modificada por diversos outros fatores no decurso do tempo.

Gilka Salles aponta que os africanos sudaneses, aqueles denominados de “Yorubas”, “Gêges”, “Haussás” e “Minas”, eram mais frequentes em Goiás, de acordo com a documentação consultada pela autora. Salles aponta como exemplo os registros de batismos de Meia Ponte, de 1732 a 1771, em que eram mais frequentes “o negro mina e o da nação nagô”²⁸⁴. A autora também destaca outro grupo de africanos encontrado em Goiás, os “Bantus”, em que se incluem os “Angolas”, “Congos” ou “Cabindas” e “Benguelles”, que afluíam para o interior da Colônia através do Rio de Janeiro, Alagoas, Pernambuco, Maranhão e Pará.

O comércio de escravizados não acontecia apenas de uma forma. Jason Hugo de Paula identificou diversas maneiras pelas quais os escravos adentravam o interior do território - e, em especial, Santa Luzia. Estudando o Registro de Arrependidos localizado em Santa Luzia, Paula constatou que, entre 1749 e 1814, em “87% dos casos o Rio de Janeiro era o ponto de partida das noventa e duas carregações que entraram em Goiás pelo Registro de Arrependidos e São Bartolomeu”²⁸⁵. No restante dos casos, 13 no total, os comboios eram considerados como comércio entre e intracapitanias, vindo principalmente de Serro Frio, Paracatu e Meia Ponte.

Alguns exemplos dão conta de tais dinâmicas, como é o caso da

“entrada” sem registro da origem [...] do condutor Salvador Gonçalves da Cruz, que em doze de julho de 1797 entrou com 56 “negros novos” pelo Registro de Arrependidos. Ele também não declarou o destino desses cativos, o que nos remete à existência de um ativo mercado consumidor de mão de obra escrava, mesmo que a mineração nessa época em Vila Boa já não fosse mais o foco principal da economia. Dificilmente, uma quantidade tão grande de escravos pertenceria a uma pessoa apenas, sendo mais sensato inferir que esse comboio seria revendido nos muitos arraiais da Capitania e em Vila Boa. Em agosto de 1805, o condutor Francisco da Costa Araújo, trazia do Rio de Janeiro para Vila Boa um comboio com “58 escravos novos”, pelo qual pagou “cento e setenta e quatro mil réis” de impostos, sem especificar se se tratava de uma encomenda de algum negociante de escravo em Goiás ou se iria revendê-los por conta própria.²⁸⁶

²⁸⁴ SALLES, Gilka V. F. de. **Economia e escravidão na capitania de Goiás**. Goiânia: Cegraf/UFG, 1992, p. 230.

²⁸⁵ PAULA, Jason Hugo de. **Entre picadas, estradas e trieiros: os caminhos que levam à Freguesia de Santa Luzia. Negociantes, escravidão, família e mestiçagens na Capitania dos Goyazes. 1746-1800**. Tese (Doutorado) - UFG, Goiânia, 2017. p. 220.

²⁸⁶ *Ibid.*

Por mais que a mineração em Goiás já não estivesse em seu auge, essas entradas demonstram a vitalidade do comércio de escravos no interior da Colônia. Em 1789, pelo Registro de São João das Três Barras,

entrou um dos maiores comboios de escravos de que há notícia, composto por trezentos e cinquenta e três escravos. Mais ao final da década de 1790, outros comboios com menos escravos, exatamente cento e treze escravos, cento e dezesseis escravos e cento e dezoito escravos (entre 1797 e 1798) mas, ainda assim, muito superiores a todos os que saíram da Bahia e foram registrados no Códice 249 e aos que entraram pelo Registro dos Arrependidos vindos do Rio de Janeiro (entre 1794 e 1814), continuaram a entrar pelo Registro de São João das Três Barras, demonstrando que a escravidão se manteve como negócio e força de trabalho mesmo estando distantes os tempos de riqueza aluvional.²⁸⁷

Essas observações nos permitem compreender o quanto os proprietários estavam interessados em manter esse ramo de comércio ativo. Vale ainda salientar que esses senhores tinham suas preferências; conseqüentemente, as escravarias podiam adotar diferentes formas.

3.3. A Tipificação da Escravaria de Santa Luzia

Pensando a partir destas premissas, que destacam as características das escravarias e da preferência dos senhores, é relevante agora investigar quais eram esses cenários específicos no contexto de Santa Luzia. Primeiramente, é necessário utilizar como ponto de referência o arranjo mais frequente das estruturas de posse de escravos. Com base nas pesquisas mencionadas anteriormente, podemos estabelecer que a disposição predominante das posses de escravos em grupos de até 20 indivíduos é mais comum do que a existência de grandes plantéis.

Obviamente, cada região tem suas especificidades; algumas já passavam, nos séculos XVIII e XIX, por um processo de utilização da mão de obra livre. Porém, em termos gerais, devemos aqui destacar a formação de pequenos plantéis.

Havia uma ocorrência muito generalizada de pequenas posses de escravos, em regiões com perfil produtivo diverso, em todo o Brasil. Na área mineradora de Minas, ainda no século XVIII; nas regiões açucareiras da Bahia, Pernambuco e Sergipe; nas áreas de produção mais diversificada de São Paulo, Minas, Pernambuco, Rio Grande do Sul, Sergipe e Maranhão, no século XIX; em região de predominância do café; em todos esses locais verificou-se a grande importância, frequentemente majoritária, de posses de escravos de tamanho inferior ou igual a 20. Se esses achados se confirmarem em outras regiões e períodos, isso levará à conclusão de que escravos trabalhando em pequenos grupos eram a regra, e não a exceção.²⁸⁸

²⁸⁷ SALLES, Gilka V. F. de. **Economia e escravidão na capitania de Goiás**. Goiânia: Cegraf/UFG, 1992.

²⁸⁸ VERSIANI, Flávio Rabelo. Entendendo a escravidão: trabalho escravo na grande lavoura e em pequenas posses. In: VERSIANI, Flávio Rabelo; NOGUERÓL, Luiz Paulo Ferreira (org.). **Muitos escravos, muitos senhores: escravidão nordestina e gaúcha no século XIX**. São Cristóvão: Editora UFS / Brasília: Editora UnB, 2016, p. 13-53. p. 20-21.

Em Santa Luzia a tipificação da escravaria, em certa medida, segue esta tendência. Segundo as informações dos Livros de Batismos de Santa Luzia de 1749-1778, foi possível observar indícios da formação de pequenos plantéis. Tal análise baseou-se na organização das informações contidas nos registros paroquiais que citavam os nomes de senhores de escravos, fossem eles relacionados ao batizando adulto, aos pais do batizando inocente ou aos padrinhos.

Interessante seria explorar também a lógica de batismos adultos e de infantes, contudo este trabalho se resumiu em identificar as características das escravarias a partir das preferências dos senhores. Desta forma, preferimos destacar a presença adulta por entendermos que estes refletem mais tais cenários.

A partir da identificação de tais senhores, foi possível traçar uma lista de escravizados associados aos mesmos, através do cruzamento de informações programadas no software Filemaker (como vimos no capítulo II). Conseguimos, assim, determinar a identidade dos proprietários de escravos e a dimensão de suas escravarias. É evidente que o recorte temporal e a limitação dos registros não nos permitem identificar todas as escravarias do período, mas nos ajudam a elucidar algumas questões sobre essa organização e a compará-la com outras regiões. Nossa proposta consiste em situar algumas configurações escravistas de Santa Luzia dentro do contexto abrangente da Colônia.

Esse panorama se tornaria mais sólido com a incorporação dos inventários, pois estes possibilitariam uma análise mais precisa da quantidade de escravos de cada proprietário. Porém, com a falta de localização e acesso a tais fontes (referentes a Santa Luzia), limitamo-nos, neste trabalho, a explorar os registros de batismos para além das informações que geralmente são extraídas destes. Dessa maneira, fica evidente a importância de tais fontes para uma vasta gama de possibilidades de análise do período colonial, sendo estes registros, em muitos casos, as únicas fontes que ainda restam sobre determinada localidade.

Como dito anteriormente (ver capítulo II), essa capacidade de flexibilização deve em todo caso ser utilizada com todo respaldo e cuidado possível, já que tal amostra não corresponde aos dados acabados, mas sim dá luz a uma questão que pode encontrar respostas em uma outra oportunidade. Trata-se de um pontapé inicial para a compreensão da estrutura escravista em Santa Luzia, que não será definida apenas em um trabalho e com um único grupo de fontes, sendo necessário um aprofundamento de tal questão para que se possa chegar a conclusões nítidas sobre tais cenários.

Feitas as devidas ressalvas, nos livros paroquiais de batismos de Santa Luzia, datados de 1749-1778, foi possível identificar que a grande maioria dos senhores possuíam poucos

escravos, sendo a exceção aqueles com 10 ou mais cativos. No total, foram identificados aproximadamente²⁸⁹ 334 senhores e senhoras de escravizados e 613 cativos. Destes, 65,87% têm posse de apenas 1 escravizado. Aqueles que somam entre 2-5 cativos representam 30,24% dos proprietários. Apenas 2,4% dos senhores têm um plantel entre 6-9 cativos. Vale ainda destacar uma exceção: os senhores João Pereira Guimarães e José da Costa Vieira, que somam um total de 25 e 22 cativos, respectivamente. Esses foram os maiores plantéis de escravos identificados nesses registros paroquiais.

Com tais dados, podemos afirmar que Santa Luzia segue a tendência apontada anteriormente no que diz respeito à estrutura escravista, com uma média de 1,8 escravizados por senhor. Podemos, portanto, concordar com Marcondes *et al.*:

há grande ocorrência de proprietários de um pequeno número de cativos, ou mesmo de um escravo apenas; de fato, em diversos locais e períodos, o senhor de escravos mais comum era o que possuía não mais que um indivíduo. Resulta daí uma média baixa de escravos por proprietário, verificada mesmo em regiões onde existiam também engenhos ou cafezais com dezenas de cativos.²⁹⁰

A partir de tal caracterização, o passo seguinte é a identificação das preferências destes senhores em relação aos arranjos de suas escravarias.

3.4. As Preferências dos Senhores de Escravos

3.4.1. Relação Trabalho X Gênero

No decorrer do período escravista na América Portuguesa, os proprietários de escravos manifestavam certas preferências em relação àqueles que integravam seus grupos de cativos. Em Santa Luzia, mesmo que tais tendências possam ser observadas até um certo grau, a visibilidade da organização populacional dos escravizados ainda é frágil e limitada.

Segundo o levantamento feito em 1748 (dois anos após a sua fundação) pelo intendente e provedor da Fazenda Real, Manoel Caetano Homem de Macedo, havia em Santa Luzia duzentos e cinquenta e quatro escravos na primeira matrícula. Já na segunda matrícula foram contabilizados duzentos e sessenta e dois escravos, totalizando quinhentos e dezesseis. Quando comparados estes números com os de Meiaponte, “que desde 1731 explorava suas minas e

²⁸⁹ Digo uma *aproximadamente*, já que o número exato não pode ser mensurado por conta dos nomes que não foram identificados na leitura paleográfica devido ao estado de conservação dos livros ou pelo fato de estarem incompletos ou imprecisos.

²⁹⁰ MARCONDES, Renato L. *et al.* Muitos senhores com poucos escravos: estrutura de posse de cativos nas quatro regiões e no país. In: VERSIANI, Flávio Rabelo; NOGUERÓL, Luiz Paulo Ferreira (org.). **Muitos escravos, muitos senhores**: escravidão nordestina e gaúcha no século XIX. São Cristóvão: Editora UFS / Brasília: Editora UnB, 2016, p. 101-116. p. 102.

registrava novecentos e quarenta e oito na primeira, e mil e oitenta e seis escravos na segunda matrícula, o número de mancipios em Santa Luzia sugere uma exploração em estágio inicial”²⁹¹.

Como bem estabelece a historiografia, a constituição do mapeamento populacional de Santa Luzia é incompleta e encontra diversas barreiras, mas o que fica evidente é que este número inicial “está longe de todo aquele *rush* que diziam haver nos primeiros anos de um descoberto. Evidentemente que a fiscalização era falha e os números certamente eram outros, mas jamais haveria uma migração de dimensão épica”²⁹², como, por exemplo, aquela citada por Joseph de Mello, que contabiliza, em 1763, “16.529 pessoas, contando-se aí 12.900 cativos”²⁹³.

Nesse sentido, pensar sobre a lógica de preferência dos senhores em relação ao gênero dos escravizados é desafiador, já que o cenário populacional não está mensurado por completo, o que dificulta a percepção do quantitativo de homens e mulheres que se encontravam em situação de cativo. Ao recorrermos à historiografia como suporte para tal compreensão, percebemos que não há um consenso entre os pesquisadores sobre a preferência dos senhores em relação ao gênero dos escravos; mas, em geral, havia uma superioridade de importações de escravizados homens em relação às mulheres. A explicação para tal fato parte de dois caminhos.

O primeiro deles é fundamentado na

justificativa mais tradicional e, segundo registros históricos, geralmente aceita na época do tráfico, baseia-se na suposição de que os traficantes se orientavam pela demanda dos plantadores, nas Américas, que pagariam mais por homens jovens, mais aptos às tarefas pesadas do cultivo da cana. Há vários exemplos, citados na literatura, de instruções dadas a comandantes de navios do tráfico, recomendando que privilegiassem a aquisição de escravos do sexo masculino.²⁹⁴

Já o segundo caminho envereda pela compreensão das dinâmicas sociais do continente africano, sendo estas capazes de modificar a lógica do mercado escravista muçulmano.

A mão de obra feminina tinha papel importante na produção agrícola, e as mulheres executavam ainda a maior parte das tarefas domésticas. Tipicamente, trabalhavam mais horas do que os homens. Isso determinaria maior demanda por mulheres, na escravidão africana (que precedeu de muito o tráfico humano para as Américas, e continuou a existir depois que este cessou). Disso decorreria o maior preço pago por escravas, no mercado africano — fato comprovado por diversos pesquisadores, principalmente quanto a escravos mais jovens. Nessas circunstâncias, os agentes do tráfico atlântico, tendo que concorrer com compradores que supriam o mercado local,

²⁹¹ PAULA, Jason Hugo de. **Entre picadas, estradas e trieiros**: os caminhos que levam à Freguesia de Santa Luzia. Negociantes, escravidão, família e mestiçagens na Capitania dos Goyazes. 1746-1800. Tese (Doutorado) - UFG, Goiânia, 2017. p. 98.

²⁹² *Ibid.*

²⁹³ BERTRAN, P. **História da terra e do homem no Planalto Central**: eco-história do Distrito Federal (do indígena ao colonizador). 3. ed. Brasília: EDUnB, 2011, p. 250.

²⁹⁴ VERSIANI, Flávio R.; VERGOLINO, José R. O.; NOGUERÓL, Luiz Paulo F. Escravos e escravas: havia preferência por gênero entre os proprietários escravistas? In: VERSIANI, Flávio Rabelo; NOGUERÓL, Luiz Paulo Ferreira (org.). **Muitos escravos, muitos senhores**: escravidão nordestina e gaúcha no século XIX. São Cristóvão: Editora UFS / Brasília: Editora UnB, 2016, p. 293-328. p. 295.

seriam levados a dar preferência a cativos do sexo masculino, a alternativa mais barata.²⁹⁵

Há ainda uma vertente historiográfica que considera que não havia preferência em relação ao gênero dos escravizados pautada na lógica econômica de desempenho no trabalho, já que as mulheres desempenhariam funções iguais às dos homens.

Autores como Herbert Klein [...] sustentam que não haveria qualquer preferência: os senhores de engenho e cafeicultores não buscariam seletivamente escravos homens, mas comprariam o que era oferecido pelos traficantes; a composição de gênero de seus plantéis refletiria a do tráfico atlântico. Ambos os sexos seriam usados, na generalidade das atividades em que se empregava a mão de obra forçada, sem diferença significativa de eficiência produtiva. Evidência nesse sentido seria a presença, em várias regiões das Américas, de escravas trabalhando em plantações, como mencionado em vários relatos. E também a constatação de divergências relativamente pequenas entre os preços de homens e mulheres, quando aplicados a tarefas similares.²⁹⁶

Feita esta contextualização historiográfica, partiremos aqui da premissa de que havia uma preferência dos senhores por mão de obra escrava masculina, mas com a ressalva, apontada por Versiani, Vergolino e Nogueról, de que “os compradores no Brasil — e em outras regiões do Novo Mundo — optassem por homens, para determinadas atividades, e por mulheres, para outras atividades”²⁹⁷. A partir deste posicionamento, analisaremos a lógica de preferência dos senhores de Santa Luzia.

Como já vimos, a mineração foi uma atividade econômica que se estabeleceu a partir da mão de obra escrava. Tal atividade, de forma geral, utilizava-se principalmente do trabalho escravo masculino. Alguns condicionantes, como as atividades exercidas pelos cativos, poderiam, em certo grau, exigir maior esforço físico dos mesmos, conseqüentemente moldando as preferências dos senhores por cativos homens.

A literatura afirma que ocorria uma divisão das tarefas entre homens e mulheres, dependendo da intensidade do esforço físico requerido.

O comerciante inglês John Mawe, que viveu no Brasil entre 1807 e 1811, fez uma afirmação no mesmo sentido, referindo-se aos trabalhos de extração do ouro, que pôde observar em sua visita à região mineradora de Minas Gerais: Os trabalhos mais penosos na extração do ouro são executados pelos negros, e os mais fáceis, pelas

²⁹⁵ VERSIANI, Flávio R.; VERGOLINO, José R. O.; NOGUERÓL, Luiz Paulo F. Escravos e escravas: havia preferência por gênero entre os proprietários escravistas? In: VERSIANI, Flávio Rabelo; NOGUERÓL, Luiz Paulo Ferreira (org.). **Muitos escravos, muitos senhores**: escravidão nordestina e gaúcha no século XIX. São Cristóvão: Editora UFS / Brasília: Editora UnB, 2016, p. 293-328. p. 296.

²⁹⁶ *Ibid.*

²⁹⁷ *Ibid.*, p. 298.

negras. Os primeiros tiram o cascalho do fundo do poço, as mulheres o carregam em gamelas, para ser lavado.²⁹⁸

Diferente do exemplo citado acima, em Santa Luzia o trabalho de mineração se configurava na modalidade de extração de aluvião. Tal atividade se caracteriza pela retirada de pequenas quantidades do mineral, que ficam na água, principalmente em rios. A exploração se dava através do garimpo manual, em que o garimpeiro, com o auxílio de bateias, lavava o material que ficava no fundo dos rios até que achasse algum fragmento de ouro. Para a realização desta atividade o trabalhador ficava por horas dentro do rio, em uma posição agachada. Para os escravizados, essa atividade pressupunha ainda mais sofrimento. É importante destacar que o trabalho escravo não se restringia exclusivamente às atividades dos fiscadores, mas abrangia igualmente a execução de obras para a manipulação de recursos hídricos e outras tarefas que viabilizavam a atividade extrativista.

Luís Palacín e Maria Augusta de Sant'Anna Moraes acentuam algumas das dificuldades encontradas pelos escravos mineiros, tais como a má alimentação e as graves doenças que os acometiam, como, por exemplo, o “reumatismo, pelo contínuo trabalho com os pés na água, doenças da coluna e dos rins, pelo trabalho curvado com o sol nas costas, enfermidades venéreas e verminoses, etc.”²⁹⁹, assim como os castigos, que acentuavam todas essas dificuldades.

Nessa perspectiva, é provável que os senhores de Santa Luzia preferissem escravos homens para a extração aurífera, já que a atividade de exploração requeria considerável esforço físico.

Esta tendência pode ser observada nos registros de batismos dos escravos adultos do primeiro livro (localizado no acervo do Instituto de Pesquisa e Estudos Históricos do Brasil Central – IPEHBC, da Pontifícia Universidade Católica de Goiás – PUC-GO), de 1749 a 1757, no qual é possível observar que o índice de escravos homens é maior do que o de mulheres. Jason Hugo de Paula especifica que 85,7% eram escravos homens adultos e 14,28% eram escravas adultas. Consideramos que esta disparidade deve-se ao fato de que este primeiro livro contabiliza possivelmente os primeiros escravizados que chegaram até o arraial minerador. Se partirmos da lógica de que se tratava do auge da mineração, é possível que a preferência dos

²⁹⁸ VERSIANI, Flávio R.; VERGOLINO, José R. O.; NOGUERÓL, Luiz Paulo F. Escravos e escravas: havia preferência por gênero entre os proprietários escravistas? *In*: VERSIANI, Flávio Rabelo; NOGUERÓL, Luiz Paulo Ferreira (org.). **Muitos escravos, muitos senhores**: escravidão nordestina e gaúcha no século XIX. São Cristóvão: Editora UFS / Brasília: Editora UnB, 2016, p. 293-328. p. 306.

²⁹⁹ PALACÍN, Luís; MORAES, Maria Augusta de Sant'Anna. **História de Goiás (1722-1972)**. 6. ed. Goiânia: Ed. da UCG, 1994, p. 34.

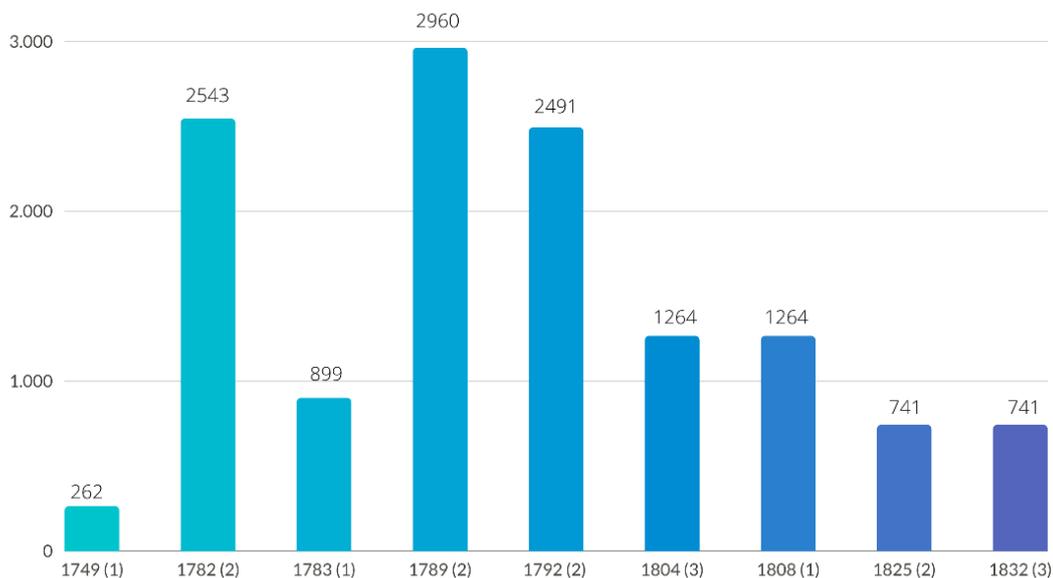
senhores por escravizados do gênero masculino estivesse mais acentuada. Seguimos, desta forma, a mesma linha explicativa de Paula. Para o autor,

ao analisar somente os adultos batizados, há um panorama típico dos anos iniciais de áreas de exploração de ouro, em que o contingente de africanos adultos sendo batizados é alto. Perto de 40% dos batismos realizados foram para escravos adultos. E mais, dos adultos africanos, 85% era composto pelo sexo masculino, tendo as mulheres ocupado posição semelhante à encontrada em outras regiões, como a de Mariana em que, nas duas primeiras décadas do século XVIII, 82% dos batismos de escravos adultos eram do sexo masculino.³⁰⁰

A mesma lógica foi observada no quarto livro de batismo de Santa Luzia (localizado na Paróquia de Santa Luzia, Diocese de Luziânia - GO), que compreende o período de 1771 até 1778. Foi possível identificar que, dos escravos adultos batizados, 74,6% eram homens e 25,3% eram mulheres. Vale ainda acentuar que esta porcentagem leva em consideração apenas os escravos adultos batizados, não considerando pais ou padrinhos na condição de cativos.

O gráfico a seguir possibilita uma compreensão mais aprofundada desta relação entre trabalho e gênero:

Gráfico 2: População escrava em Santa Luzia, 1749-1832.



Fontes: (1) SALLES, Gilka V. F. de. **Economia e escravidão na capitania de Goiás**. Goiânia: Cegraf/UFG, 1992, p. 275; (2) KARASCH, M. C. **Before Brasília: frontier life in central Brazil**. Albuquerque: University of New Mexico Press, 2016, p. 317; (3) SALLES, *op. cit.*, p. 275; KARASCH, *op. cit.*, p. 317.

³⁰⁰ PAULA, Jason Hugo de. **Entre picadas, estradas e trieiros: os caminhos que levam à Freguesia de Santa Luzia. Negociantes, escravidão, família e mestiçagens na Capitania dos Goyazes. 1746-1800**. Tese (Doutorado) - UFG, Goiânia, 2017. p. 232.

Se observarmos os levantamentos realizados por Mary Karasch e aqueles feitos por Gilka Salles, não na tentativa de remontar tal cenário, mas buscando perceber algumas transformações, fica evidente que, nos anos iniciais do arraial de Santa Luzia, após o estabelecimento de um sistema minerador com maior potencial de exploração (1782-1792), houve um grupo maior de escravizados que puderam ser contabilizados.

A partir de 1800 é possível identificar uma tendência à diminuição da importação de escravizados. De acordo com Karasch, em 1804 os escravizados somavam um total de 1.264, sendo 768 homens e 496 mulheres³⁰¹, o que configura uma elevada taxa de razão de sexo³⁰² de 154,83. Essa taxa é calculada a partir do número de homens para cada 100 mulheres: quanto mais próximo o resultado for de 100, mais equilibrado será o quantitativo de homens em relação ao de mulheres³⁰³, o que não era o caso de Santa Luzia, já que a taxa girava em torno de 150.

Em 1832, já com a diminuição da produção aurífera e a crescente implementação de uma economia de abastança, Karasch indica que a população escrava era de 741, sendo 390 homens (52,63%) e 351 mulheres (47,37%)³⁰⁴. Calculando a razão de sexo, temos o resultado de 111,11, o que se aproxima de forma significativa do equilíbrio entre a população masculina e feminina. Tal equilíbrio pode ser reflexo da diminuição da importação de mão de obra masculina, uma vez que a mineração já não apresentava a mesma produtividade do período anterior.

Se por um lado a historiografia colabora para a compreensão da preferência pela mão de obra masculina, por conta da atividade econômica predominante no período de fundação de Santa Luzia, por outro, os dados dos levantamentos das escravarias apresentam uma variação que vai se moldando desde a mineração até o início do seu declínio. Segundo a caracterização citada anteriormente de todo o período analisado, 1749-1788, dos 613 cativos, 318 eram mulheres e 250 homens, e 46 não foram identificados por conta do estado de conservação dos registros. É importante salientar que os registros de batismo, pela natureza da fonte, tentem a registrar uma quantidade maior de mulheres, o que, em certa medida, dificulta a percepção completa de tais preferências; porém, tais números nos ajudam a compreender mais sobre as

³⁰¹ KARASCH, M. C. **Before Brasília**: frontier life in central Brazil. Albuquerque: University of New Mexico Press, 2016, p. 313.

³⁰² A fórmula se aplica da seguinte maneira: quantidade de homens dividida pela quantidade de mulheres, sendo o resultado multiplicado por 100 ($H \div M = X \times 100$).

³⁰³ COSTA, Kelerson S. **Meiaponte**: história e meio ambiente em Goiás. Brasília: Paralelo 15, 2013, p. 120.

³⁰⁴ KARASCH, *op. cit.*, p. 315.

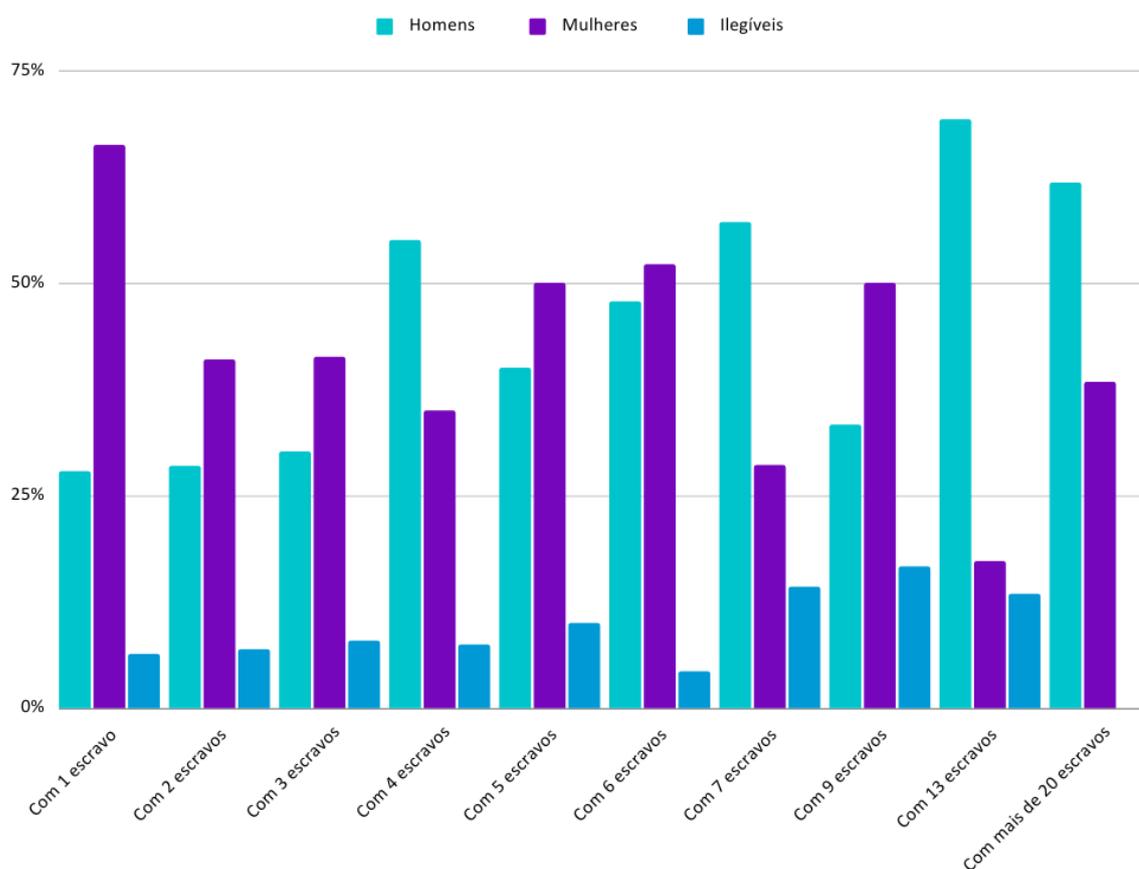
estruturas das escravarias e as predileções dos senhores. A análise de outras fontes poderá enriquecer tais dados.

Entre os 220 senhores e senhoras de escravos que possuíam apenas um cativo, identificamos uma preferência por escravizadas mulheres: estas são 146, sendo apenas 61 escravizados homens. Segundo a análise de Renato Leite Marcondes, a partir do Fundo de Emancipação e das Matrículas Especiais de Escravos, datados do período de 1872-1877, que contabilizou as estruturas escravistas das diversas regiões do Brasil, “os plantéis menores apresentaram um maior número de mulheres; já os plantéis mais numerosos mostraram uma desproporção em favor dos homens. Destarte, observaram-se razões de sexo crescentes, de acordo com o tamanho do plantel”³⁰⁵.

Essa tendência também pode ser observada em Santa Luzia. Quanto maior a quantidade de cativos, maior é a preferência por escravizados do sexo masculino, e quanto menor a escravaria, maior a propensão por escravizadas; o que, possivelmente, também molda as ocupações de tais escravos. Nos plantéis com 13 a 25 escravizados a porcentagem de mulheres é menor, comparada com os plantéis de até 9 cativos.

³⁰⁵ MARCONDES, Renato Leite. **Diverso e desigual**: O Brasil escravista na década de 1870. Ribeirão Preto: Funpec, 2009, *apud* MARCONDES, Renato Leite. Estrutura da posse de cativos no Brasil na década de 1870. *In*: VERSIANI, Flávio Rabelo; NOGUERÓL, Luiz Paulo Ferreira (org.). **Muitos escravos, muitos senhores**: escravidão nordestina e gaúcha no século XIX. São Cristóvão: Editora UFS / Brasília: Editora UnB, 2016, p. 117-145. p. 136.

Gráfico 3: Configuração das Escravarias (Santa Luzia 1749-1788 – Registros de Batismos)



O gráfico acima representa a configuração das Escravarias de Santa Luzia. Quando se trata de plantéis com apenas 1 escravizado, a preferência dos senhores é pela mão de obra feminina. A mesma tendência é encontrada nos plantéis com 2 e 3 escravizados. Já nas configurações com 4 escravizados foi possível identificar uma preferência maior por homens.

Os plantéis que têm entre 5 e 9 cativos mostram variações. Quando observamos o número total dessas escravarias, que no caso somam-se a 12 escravos, percebemos que tais variações podem estar associadas à não identificação dos mesmos, cujos nomes e, conseqüentemente, gênero não podem ser determinados, os chamados "ilegíveis". Nos plantéis com mais de 20 escravos, foi possível observar que a predileção dos senhores é por escravos homens, o que segue a inclinação anteriormente apresentada.

Os registros de batismos são, até agora, uma das únicas fontes que nos permitem apreender o aspecto geral da organização das escravarias de Santa Luzia. Mas, por mais que sua importância seja substancial, foi possível perceber que até mesmo estes registros não estão completos.

No primeiro livro foi possível identificar um número significativo de escravos adultos sendo batizados; porém, nos livros 2 e 3 o quantitativo de escravos adultos sendo batizados decaiu significativamente, levando-nos a considerar a existência de um outro livro, reservado ao registro destes batismos, como já indicamos em trabalho anterior.

Um dado favorável a essa hipótese é a existência de dois livros que abrangem o mesmo período. Um dos livros refere-se aos registros de 1761-1775, encontra-se no formato digital e foi disponibilizado pelo acervo do Instituto de Pesquisa e Estudos Históricos do Brasil Central – IPEHBC, da Pontifícia Universidade Católica de Goiás – PUC, em Goiânia. O outro livro abrange o período de 1771-1778, este está no arquivo da Paróquia de Santa Luzia, Diocese de Luziânia (GO). Os dois livros têm em comum o período de 1771-1775, mas com registros diferentes.³⁰⁶

Jason Hugo de Paula também acredita em tal hipótese.

Creio que o Vigário Hierônimo Moreira de Carvalho, assim que assumiu a função de vigário da Freguesia de Santa Luzia, “abriu” um livro especialmente para nele se fazer o registro dos escravos adultos e inocentes. Se não, como explicar que em dois Livros de Batismos que cobriam quase duas décadas, apenas três assentos de cativos adultos fossem anotados? Como explicar que de oitocentos e vinte e nove assentos, apenas dezenove fossem de inocentes escravos e outros dezesseis de inocentes forros? Um fólio “perdido” contendo o “termo de abertura” e incluído na última página (isto mesmo, na última!) do Livro 2 (Batismos de Santa Luzia 1757 – 1760) pode ser uma das pistas para as questões acima. Na verdade, o “termo de abertura” revela mais do que a confusão gerada ao reunirem fólhos dispersos. Mostra, sim, que o mesmo foi numerado e rubricado pelo Doutor Hierônimo Moreira de Carvalho no dia vinte e quatro de março de mil e setecentos e cinquenta e sete e que, portanto, tal “termo” devia estar no início, antes do primeiro fólio do Livro 2, onde no dia vinte e cinco de março do mesmo ano foi assentado o batismo da inocente Maria, filha legítima de Feliz Cardozo e Quitéria Mendonça.³⁰⁷

Essa desorganização dos registros fez com que esse possível outro livro não tenha sido, até o momento, localizado, prejudicando a compreensão completa das estruturas escravas de Santa Luzia. Por isso a importância deste trabalho, que busca reconstituir as escravarias de Santa Luzia a partir dos registros existentes. Obviamente, não pretendemos apresentar um cenário completo, mas sim esboçar um caminho que sinalize algumas características de tais estruturas.

Em contraponto às informações extraídas dos registros de batismos, ao analisarmos os Livros de Lançamentos da Tesouraria de Santa Luzia, de 1810-1820, percebemos um maior equilíbrio em relação ao número e ao sexo dos escravizados; porém, trata-se de uma amostra

³⁰⁶ NASCIMENTO, Milena Juliana do. **Batizei e pus os santos óleos**: análise do grau de ilegitimidade nos registros de batismos de Santa Luzia, GO (1749-1778). 2020. 51 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado e Licenciatura em História) — Universidade de Brasília, Brasília, 2020, p. 38.

³⁰⁷ PAULA, Jason Hugo de. **Entre picadas, estradas e trieiros**: os caminhos que levam à Freguesia de Santa Luzia. Negociantes, escravidão, família e mestiçagens na Capitania dos Goyazes. 1746-1800. Tese (Doutorado) - UFG, Goiânia, 2017. p. 234-235.

menor, e as devidas ressalvas devem ser consideradas. Aos 13 senhores (11) e senhoras (02) identificados somam-se 18 escravizados, sendo 11 homens e 7 mulheres. Aqui as escravarias variam entre 1, 2 e 3 cativos, seguindo a tendência apontada anteriormente na análise dos Registros de Batismos de 1749-1778.

Embora estes *corpora* documentais tenham entre si um lapso temporal de 32 anos, ambos sinalizam uma tendência de redução na utilização da mão de obra escrava durante o período de transição econômica entre a mineração e a abundância. No período abrangido pelos Livros da Tesouraria, 1810-1820, o arraial já não era um centro de produção aurífera, o que pode justificar o baixo número de escravizados registrado; porém, estes indícios igualmente atestam que a mão de obra escrava ainda era utilizada em certa medida. Como dissemos, trata-se de uma amostra reduzida, de apenas dez anos; entretanto, ela nos fornece preciosas informações vestigiais sobre essa nova configuração social e econômica.

Além da caracterização das escravarias de Santa Luzia em relação à quantidade de cativos, outras informações também podem ser extraídas das fontes. A partir da análise dos Livros de Batismos de 1749-1788 foi possível identificar o número de senhores e senhoras de escravizados e suas preferências em relação ao sexo dos cativos. Os senhores somam 249 e as senhoras 64, sendo que 21 nomes identificados como proprietários de escravos não foram passíveis de transcrição, devido ao estado de conservação dos documentos. Assim, atentaremos apenas aos nomes que foram efetivamente identificados. Considerando essas observações, atingimos as seguintes porcentagens:

Tabela 1: Preferência dos Senhores e Senhoras em Relação ao Gênero do Escravizado

	Escravizados			Total sem ilegíveis	Total	%Escravos ³¹²	%Escravas
	Masculino	Feminino	Ilegíveis				
Senhoras de Escravos	12	76	7	88	95	13,63%	86,36%
Senhores de Escravos	228	229	37	457	494	49,89%	50,10%
Senhores(as) Ilegíveis	10	13	2	23	25	43,47%	56,52%
Total	250	318	46	568	584	44,01%	55,98%

Entre as senhoras existe uma maior preferência por escravas mulheres, que representam 86,36% de suas escravarias, enquanto os homens representam apenas 13,63%. Entre os senhores há um equilíbrio maior, com os cativos homens representando 49,89% das escravarias e as mulheres, 50,10%. Tais dados, em certa medida, estão associados às características quantitativas das escravarias, já que entre as senhoras predomina a posse de até 3 cativos; como apontamos anteriormente, quanto menor o plantel, maior a probabilidade de o número de escravas ser maior que o de escravos. Neste contexto, apenas Antônia Pereira Cabral, Úrsula Maria de Raposa e Ana Alves da Costa possuem plantéis, respectivamente, de 7 e 5 escravos.

3.4.2. Ocupação dos Escravizados

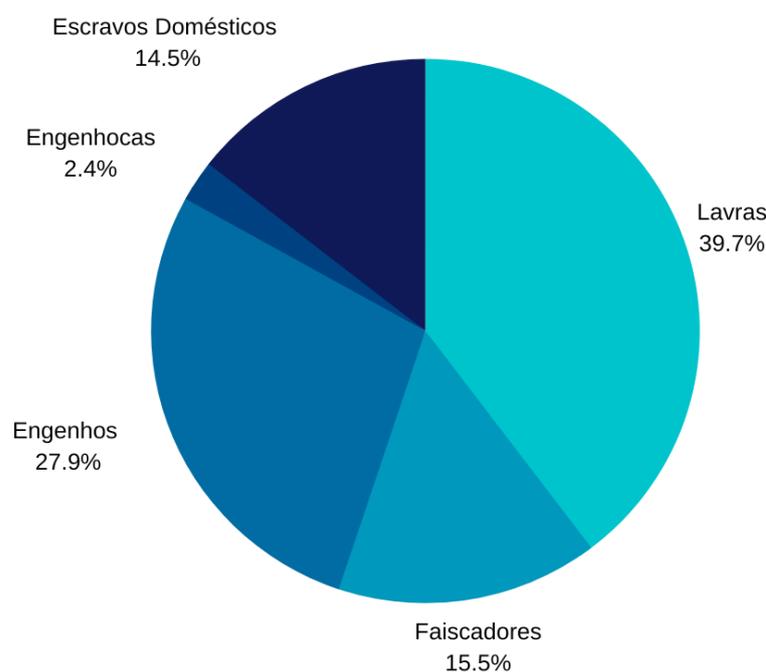
A estrutura de ocupação dos escravizados de Santa Luzia vincula-se ao contexto geral da Capitania de Goiás, caracterizado por múltiplas frentes de trabalho e pela coexistência entre diversas atividades econômicas. O arraial de Santa Luzia surgiu a partir da exploração mineral, porém não se limitou somente a essa atividade econômica, sendo praticadas também a agricultura e a criação de gado, assim como ocorria na Capitania em geral. Segundo Jason Hugo de Paula, em consonância com as ideias de Gilka Salles,

não houve uma etapa dedicada somente à mineração e outra dedicada somente à agropecuária. Estas atividades estiveram integradas desde o início, inclusive podendo ser atestada nos muitos casos em que um mesmo proprietário de lavras era, também, senhor de engenhos nos muitos arraiais que compunham a capitania de Goiás. Ocorria de familiares se unirem para explorarem lavras e plantações de alimentos.³⁰⁸

No gráfico a seguir é possível observar que, duas décadas antes do marco do declínio da mineração, já existia uma demarcação mais balanceada das atividades exercidas pelos escravizados. Vale registrar que a documentação que permite apurar tal cenário foi apresentada pelo Capitão-General Dom Luiz da Cunha Menezes, em 1783. As atividades nas lavras, juntamente com a dos faiscadores, ainda aparecem como a ocupação da maior parte dos cativos, porém há registros de atividades fora dessa esfera, como é o caso dos cativos que trabalhavam nos engenhos, engenhocas e nas atividades domésticas.

³⁰⁸ PAULA, Jason Hugo de. **Entre picadas, estradas e trieiros**: os caminhos que levam à Freguesia de Santa Luzia. Negociantes, escravidão, família e mestiçagens na Capitania dos Goyazes. 1746-1800. Tese (Doutorado) - UFG, Goiânia, 2017. p. 92.

Gráfico 4: Ocupação dos Escravizados de Santa Luzia em 1783



Fonte: BERTRAN, Paulo. **Notícia Geral da Capitania de Goiás em 1783**. Tomo II, 1996, p. 103.

Tais dados corroboram a afirmação de Jason Hugo de Paula de que não houve períodos específicos para a realização de determinadas atividades; evidentemente, por ser um arraial minerador, a produção aurífera tem mais destaque, e tal importância pode ser observada mesmo no momento em que o rendimento da mineração começa a decair. Desta forma, é possível constatar que “alguns senhores, como fica evidente, tinham mais do que uma frente de trabalho, dedicando-se à mineração e aos trabalhos agrícolas”³⁰⁹. Gilka também corrobora tal explicação: “não se pode dizer, entretanto, que somente extraíssem ouro, pois eram ocupados, em rodízio, nas lavras e nas roças, conforme a demanda do período”³¹⁰.

Para melhor compreensão de tais atividades faz-se importante destacar a função dos faiscadores. Estes escravos trabalhavam individualmente, em geral utilizando um almocafre e uma bateia. Devido à natureza desta atividade, que não exigia grandes contingentes de mão de obra ou utilização extensiva de equipamentos, a historiografia frequentemente a associa ao declínio da mineração. É o que afirma Jacob Gorender, concordando com a teoria de Caio Prado Júnior.

³⁰⁹ PAULA, Jason Hugo de. **Entre picadas, estradas e trieiros**: os caminhos que levam à Freguesia de Santa Luzia. *Negociantes, escravidão, família e mestiçagens na Capitania dos Goyazes. 1746-1800*. Tese (Doutorado) - UFG, Goiânia, 2017. p. 92.

³¹⁰ SALLES, Gilka V. F. de. **Economia e escravidão na capitania de Goiás**. Goiânia: Cegraf/UFG, 1992, p. 238.

Assim, na fase em que foi mais forte a propensão dos pequenos proprietários a empregar seus escravos como fiscoadores por conta própria, constatamos que estes constituíam apenas 22% do total de escravos empenhados na mineração. No auge da extração aurífera, os escravos fiscoadores - com o consentimento legal dos senhores - deveriam representar percentual insignificante.³¹¹

Vale destacar que, mesmo que a utilização dos escravizados na mineração não fosse exclusiva, a diminuição dessa mão de obra, resultante das mudanças econômicas envolvidas na lógica mineradora, acaba por modificar as estruturas do trabalho escravo na região.

Já em 1783 é possível observar que quase 40% dos escravos trabalhavam nos engenhos, na produção complementar à mineração. A média era de 17 escravizados por engenho, e nas engenhocas, 12 cativos. Em Meiaponte, no ano de 1818, das 272 propriedades, menos da metade usavam mão de obra escrava; dessas 62% não tinham mais do que cinco escravos. Segundo Kelerson Semerene Costa, “o uso de mão de obra escrava pelas pequenas unidades de produção tornou-se cada vez mais raro ao longo do século XIX pois, de acordo com Eurípedes Funes, a sua produção não era suficiente para a manutenção de um plantel de cativos”.³¹²

Nas últimas décadas do século XVIII e no começo do século XIX a Capitania de Goiás se aproxima mais de uma economia rural do que mineradora. A situação vivenciada por Santa Luzia não é única. Segundo Gilka de Salles, “o declínio das minas reforça o sistema agrícola”³¹³. Não se trata da inexistência da atividade agropastoril na região antes da mineração, como foi apontado anteriormente; porém, quando a exploração mineral deixou de ser a principal atividade econômica, a atividade agropastoril assumiu essa posição, mas com características próximas de uma economia familiar, que produz para o próprio sustento.

Nesse contexto, o trabalho escravo também assume características diferentes. A partir do momento em que a população cativa diminui, o trabalho livre passa a assumir maior importância em Goiás. “Os cativos - que haviam sido 19.834, em 1804 e 12.348, em 1832 -, eram 10.652 em 1872, correspondentes a 6,64% dos 160.395 habitantes da província e a 0,7% da população escrava do país”³¹⁴. Segundo os dados do censo de 1872, em Santa Luzia apenas 7,13% da população estava na condição de escravizada³¹⁵. Para a província de Goiás,

naquele ano, o plantel de cativos era quase todo nacional – com apenas 140 escravos africanos, e outros 141 libertos – e havia alcançado um equilíbrio na proporção entre homens (50,43%) e mulheres (49,57%), características de uma população que há vários anos se mantinha praticamente alheia a fluxos migratórios de maior

³¹¹ GORENDER, Jacob. **O escravismo colonial**. São Paulo: Ática, 1985, p. 474-475.

³¹² NASCIMENTO, Milena Juliana do. **Batizei e pus os santos óleos: análise do grau de ilegitimidade nos registros de batismos de Santa Luzia, GO (1749-1778)**. 2020. 51 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado e Licenciatura em História) —Universidade de Brasília, Brasília, 2020, p. 45.

³¹³ SALLES, *op. cit.*, p. 68.

³¹⁴ *Ibid.*

³¹⁵ RECENSEAMENTO do Brasil em 1872. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/Recenseamento%20do%20Brasil%201872.pdf>

intensidade, embora não de todo ausentes. Nessas condições, o aumento da população escrava dependia principalmente do crescimento vegetativo, logo estancado pela Lei do Ventre Livre.³¹⁶

3.5. As Relações Sociais Dentro das Escravarias

3.5.1. O Casamento Entre Escravizados

Através da análise das interações sociais inerentes as escravarias, a compreensão da escravidão ganha uma perspectiva social mais aprofundada. Não podemos olhar para tal população apenas pelo ponto de vista mercadológico, sendo de suma importância compreender o escravizado como sujeito social, agente e participante de sua sociedade. Desta forma, os estudos sobre a nova escravidão ressaltam no “escravismo sua ‘historicidade’ como sistema construído por agentes sociais múltiplos, entre eles senhores e escravos”³¹⁷, e é nesse sentido que seguiremos com nossa análise.

Tais relações sociais foram analisadas a partir das escravarias identificadas, o que nos possibilitou perceber tanto o agir dos senhores como o dos escravizados. A primeira relação identificada foi o casamento entre cativos, em especial os casamentos dentro das escravarias. Antes de apresentar nossos resultados, contudo, cabem aqui algumas ressalvas.

A forma como os registros de batismos estão organizados não permite compreender todas as estruturas dos casamentos. Portanto, neste contexto, mencionaremos apenas as uniões daqueles escravos que foram registrados como pais e mães das crianças batizadas, pertencentes a um mesmo senhor, como apresentado na figura a seguir. É evidente que os registros de casamentos nos ajudariam a montar esse cenário de forma muito mais efetiva, porém tais fontes não foram utilizadas nesta pesquisa, como explicado anteriormente (ver capítulo II).

³¹⁶ COSTA, Kelerson S. **Meiaponte**: história e meio ambiente em Goiás. Brasília: Paralelo 15, 2013, p. 133.

³¹⁷ SLENES, Robert Wayne. **Na senzala, uma flor**: esperanças e recordações na formação da família escrava: Brasil Sudeste, século XIX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999, p. 45.

Figura 16: Interface do FileMaker- Registro de Batismo, Identificação dos Casais de Escravos

The screenshot shows a FileMaker interface for baptism records. It features several fields and sections:

- qual_batizado**: A dropdown menu set to "inocente".
- nome**: A text field containing "Gabriel".
- sexo**: A checkbox labeled "sir" (slave) which is unchecked.
- filho legítimo**: A section with a dropdown menu set to "LEGITIMIDADE".
- administrador**: A dropdown menu set to "Senhor_batizado".
- quali_pai**: A dropdown menu set to "natural_pai".
- nome**: A text field containing "Jozé".
- quali_mãe**: A dropdown menu set to "natural_mãe".
- nome**: A text field containing "Anna".
- Capitão**: A dropdown menu set to "Capitão".
- nome**: A text field containing "Fernando Nogueira".
- administrador mãe**: A dropdown menu set to "Capitão".
- nome**: A text field containing "Fernando Nogueira".

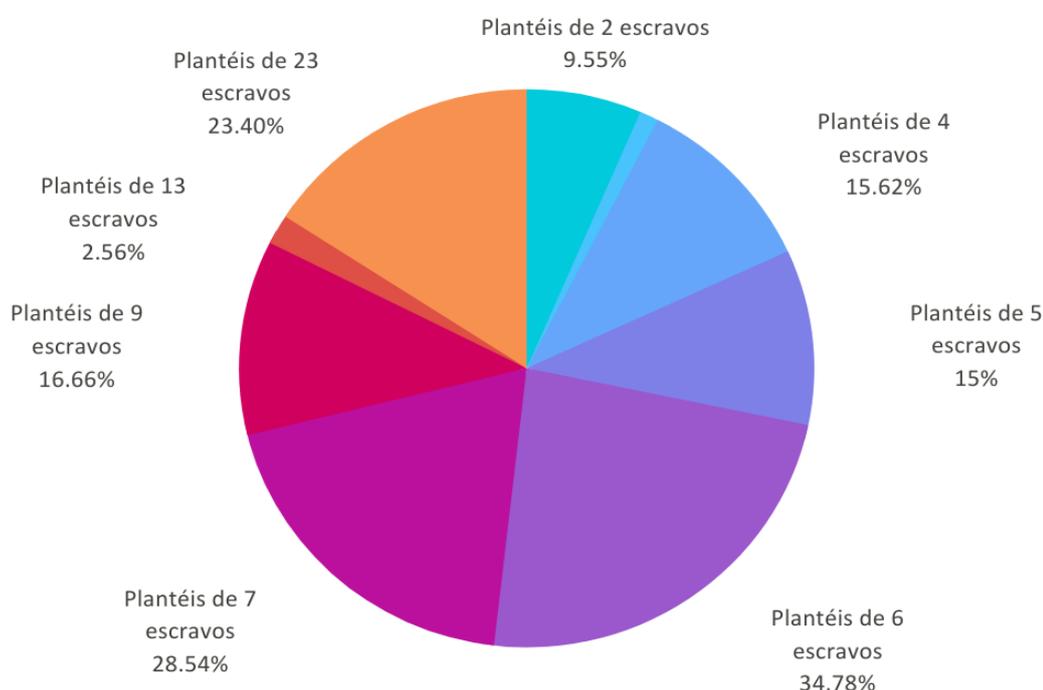
Two red boxes highlight the father's information (Jozé) and the mother's information (Anna and Fernando Nogueira).

Vale ainda destacar que não conseguimos aqui apurar se esses casais eram de fato casados pelo rito católico, já que não utilizamos os registros de casamentos. Slenes afirma que o “matrimônio sancionado pela Igreja não estava aberto a todos os cativos”³¹⁸, podendo ser este o caso de alguns casais destas escravarias. Portanto, não foi viável averiguar se estes casamentos eram oficiais ou uniões consensuais.

Nas escravarias de Santa Luzia analisados neste trabalho foi possível identificar a formação de aproximadamente 50 casais de escravizados que eram casados. Estas estavam distribuídas em diferentes padronizações. O gráfico a seguir representa tal distribuição.

³¹⁸ SLENES, Robert Wayne. **Na senzala, uma flor**: esperanças e recordações na formação da família escrava: Brasil Sudeste, século XIX. 2. ed. corrig. Campinas: Editora da Unicamp, 2011, p. 83.

Gráfico 5: Tamanho das Escravarias e Porcentagem de Casais de Escravos Casados



A partir do gráfico é possível perceber como esses casais estão presentes em diferentes estruturas. De forma geral, as escravarias formadas por 4 ou mais escravos são aquelas em que os casais aparecem de forma mais acentuada. De acordo com as pesquisas sobre a formação de famílias cativas, tais como aquelas realizadas por “Costa et al., Motta, Luna, Luna e Klein, Florentino e Góes, Simonato e outros, em todas as localidades analisadas por esses autores, a porcentagem alguma vez casada entre os escravos de ambos os sexos aumenta com o tamanho da posse”³¹⁹. Porém, vale destacar que a proporção de gênero pode influenciar essa estrutura. Se houver mais homens que mulheres na posse, possivelmente os casamentos serão menos frequentes do que em posses em que esses números são mais equilibrados. Trata-se da influência da razão de sexo em tais populações e, conseqüentemente, nos possíveis casamentos.

Compreenderemos melhor tais questões analisando os dois plantéis com mais de 20 escravos identificados nos registros de batismos de Santa Luzia: o de José da Costa Vieira, que conta com nove famílias escravas, e o de João Pereira Guimarães, com apenas duas famílias.

O Coronel João Pereira Guimarães, pardo e natural da Vila de Nossa Senhora da Conceição, Capitania de Minas Gerais, havia se mudado para o arraial, juntamente com a sua

³¹⁹ SLENES, Robert Wayne. **Na senzala, uma flor**: esperanças e recordações na formação da família escrava: Brasil Sudeste, século XIX. 2. ed. corrig. Campinas: Editora da Unicamp, 2011, p. 87.

família, para se dedicar à mineração. Em sua escravaria foi identificado um total de 25 escravos, sendo a maioria composta por homens (18). A maior parte dos registros de batismos associados a estes escravos são de homens adultos, o que permite afirmar que eram cativos recém-chegados, possivelmente comprados para trabalhar na exploração mineral. As mulheres são minoria, apenas 7, e possivelmente eram destinadas a outras atividades, tais como o serviço doméstico e agrícola.

Neste plantel (que, por sinal, foi um dos maiores identificados nesta pesquisa) foi possível perceber que apenas duas famílias escravas se formaram: a de Pedro e Vitória e a de Francisco Angola e Narciza. Pedro e Vitória tiveram três filhos: Euzébio, Tomázia e outra criança cujo nome não foi identificado. Já Francisco e Narciza tiveram dois meninos: Manuel e Francisco. Por mais que estas sejam informações simples, elas nos ajudam a compreender como a formação das famílias escravas estava vinculada a questões que poderiam favorecer ou não o seu desenvolvimento.

A escravaria de José da Costa Vieira, que aparece na documentação como Juiz de Órfãos, segue outra configuração. Nota-se que há um equilíbrio entre homens e mulheres em seu plantel: 11 escravos e 11 escravas. Além disso, foi possível constatar a existência de nove famílias (casais cativos) e duas famílias formadas apenas por mães escravas e seus filhos. Quais seriam as justificativas para uma configuração tão diferente da anterior, dado que ambos os grupos têm aproximadamente o mesmo tamanho?

Alguns caminhos podem ser apontados para a compreensão de tais cenários a partir dos estudos historiográficos. Robert Slenes, ao analisar a formação das famílias escravas em Campinas, no século XIX, observou que os casamentos eram mais comuns dentro da mesma posse. Isto é, os cativos pertencentes ao mesmo senhor tinham mais chances de se casar, inclusive nos moldes previstos pela Igreja. Se levarmos em consideração tal informação, que se aplica aos dois plantéis de Santa Luzia, e compararmos os números de homens e mulheres, podemos perceber que no plantel do Coronel João Pereira Guimarães havia mais homens do que mulheres, dificultando assim a possibilidade de tais uniões, porém, acentuando o poder de escolha de potenciais maridos por parte das mulheres. Segundo o autor,

nesse caso, era o enorme excedente de homens sobre mulheres que reduzia o *pool* de possíveis esposas. Contudo, essa alta razão de masculinidade, junto com o maior tamanho do fogo/posse, fazia com que as mulheres tivessem uma escolha bem maior para potenciais maridos [...]. Isso não quer dizer, evidentemente, que as possibilidades de escolha de mulheres escravas fossem “boas”; mesmo numa posse muito grande, o grupo de homens “elegíveis” (mais ou menos de sua faixa etária) teria sido bastante restrito em comparação ao grupo de que dispunha a mulher livre. Por outro lado, dentro do quadro geral [...], uma alta razão de masculinidade nem sempre fazia crescer

a proporção de mulheres alguma vez casadas nas posses maiores, pelo menos não a curto prazo.³²⁰

Em contrapartida, na escravaria de José da Costa Vieira é possível observar um equilíbrio perfeito entre homens e mulheres, o que poderia ter resultado em um índice maior de uniões entre os seus cativos. Outro fator que pode explicar tais diferenças envolve as decisões do senhor de escravos. Era comum, em outras regiões da Colônia, principalmente naquelas de economia de *plantation*, que houvesse o incentivo do senhor para que os casais de escravos realizassem o matrimônio. Tal incentivo, segundo Slenes, não pode ser explicado apenas pelo possível lucro que estes senhores teriam com a reprodução dos cativos.

Para o autor, a hipótese mais provável é a de que “o interesse dos donos no casamento escravo se tenha traduzido numa política de encorajar os cativos a procurarem uniões formais, deixando a escolha aos casais, mas reservando ao senhor o direito ‘paternalista’ de sugerir, persuadir, pressionar e, finalmente, aprovar ou vetar os nomes escolhidos”³²¹. Sheila Faria, ao estudar a formação das famílias no Rio de Janeiro, sugere que “também a organização familiar escrava foi uma das formas exploradas pelos senhores para manter e ampliar suas bases escravistas, não importando os padrões dessas uniões, se ocidentais, africanos ou criados pela vivência no cativeiro”³²²; a autora ressalta que a “afirmação de que o crescimento natural da população escrava era insuficiente porque não existia o interesse de senhores e de escravos na formação de famílias”³²³ é sem fundamento.

Por mais que o crescimento endógeno da população escrava não fosse sinônimo de um aumento significativo nos tamanhos das escravarias, não podemos desconsiderar que, ao menos em certa medida, os senhores que incentivavam tais uniões pudessem ter tal objetivo. Para Faria, “o tão propagado baixo crescimento endógeno da população escrava, em relação à livre, tem outras causas em outros fatores, entre os quais a desproporção entre os sexos, grande mortalidade e baixa taxa de natalidade”³²⁴.

Obviamente, nossa análise não consegue apurar tal constatação, pelas limitações anteriormente mencionadas; mas tais hipóteses podem facilitar o esclarecimento destas relações sociais dentro das respectivas escravarias. Possivelmente José da Costa Vieira incentivava mais

³²⁰ SLENES, Robert Wayne. **Na senzala, uma flor**: esperanças e recordações na formação da família escrava: Brasil Sudeste, século XIX. 2. ed. corrig. Campinas: Editora da Unicamp, 2011, p. 84.

³²¹ *Ibid.*, p. 102.

³²² FARIA, Sheila de Castro. **A Colônia em Movimento**: fortuna e família no cotidiano colonial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998, p. 300.

³²³ *Ibid.*

³²⁴ *Ibid.*, p. 301.

a união entre os seus cativos do que João Pereira Guimarães. Os motivos para tal incentivo poderiam estar associados à ideia de reprodução dos escravos para o crescimento de sua escravaria, até porque tais casamentos lhe renderam 13 crianças, além das duas filhas de escravas que não declararam o nome do pai no registro de batismo.

O que podemos aqui destacar é que as estruturas impostas pela economia mineira, bem como a lógica de uma desproporção entre homens e mulheres no cenário escravista da Colônia, não são sinônimos da inexistência da formação de famílias escravas, ideia esta muitas vezes propagada por viajantes e autoridades régias que associavam a “decadência” de Goiás à inexistência de casamentos. Pohl inclusive delega esta culpa aos escravizados, ao dizer que

neste país a moralidade é extremamente baixa. [...] Os sagrados laços do matrimônio são aqui muito frouxos e pouco apreciados. Quando aqui se realiza um casamento, habitualmente é o ouro o catalisador da união. Entretanto, é dos escravos a culpa maior dessa desmoralização. Os seus filhos crescem como companheiros de brinquedo dos filhos da casa, e pervertidos como são, depositam o germe de todos os vícios nos corações juvenis. Mas, infelizmente, dada a escassez da população do país, os escravos são um mal necessário.³²⁵

Contrariando tais ideias, os trabalhos recentes apontam para a direção oposta. A pergunta que norteia a compreensão de tais argumentações é: o que é o casamento? Segundo Jason Hugo de Paula, que analisa esta temática em Goiás a partir de documentos que apresentam o olhar das autoridades régias sobre tal questão, esta definição pode se moldar de acordo com os grupos.

Quando se referiam aos brancos e possíveis senhores, viam o casamento como a instituição que, embora não adotada por muitos, seria capaz de restituir os sólidos laços com a capitania, evitaria a bastardia e o desfazimento das fortunas ainda restantes, além de frearem os vícios da incontinência e a morte da juventude por sífilis. Ou seja, o casamento da população branca significaria mais estabilidade das famílias e, para os ofícios da República, a esperança de que seriam ocupados apenas pelos “homens bons”. Quando se referia aos escravos, os casamentos significavam a esperança de resgate de investimentos feitos em cativos adultos, reprodução endógena e diminuição da escassez de braços escravos, fugindo do que atualmente se sabe ser mais vantajoso comprar um africano adulto do que esperar o escravo nascido no cativeiro atingir a aptidão ao trabalho; afinal, era o tráfico que (re)alimentava a escravidão e, não, a reprodução endógena.³²⁶

O autor realça a ideia de que “aos escravos não caberiam participar da decisão sobre o casamento: deles somente se esperavam filhos para engrossarem as escravarias”³²⁷. Tal perspectiva pode endossar a hipótese de que José da Costa Vieira talvez incentivasse ou até mesmo “arranjasse” os casamentos entre seus escravos com tal objetivo.

³²⁵ POHL, Johann E. **Viagem ao interior do Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia; 1976, p. 142.

³²⁶ PAULA, Jason Hugo de. **Entre picadas, estradas e trieiros: os caminhos que levam à Freguesia de Santa Luzia. Negociantes, escravidão, família e mestiçagens na Capitania dos Goyazes. 1746-1800**. Tese (Doutorado) - UFG, Goiânia, 2017. p. 261.

³²⁷ *Ibid.*

Outra diferença importante a ser destacada é que os registros que citam José da Costa Vieira são de crianças filhas de seus escravos; já os de João Pereira Guimarães, em geral, são de escravos adultos, comprados pelo senhor. Outra possível hipótese é que, nesta última escravaria, os africanos recém-chegados, além das dificuldades com a língua e a vivência, já tivessem vínculos familiares em seus territórios de origem. A limitação temporal destas fontes não nos permite averiguar se esses escravos formaram, em outro momento, família em Santa Luzia, mas o que fica evidente é que os dois senhores tiveram estratégias distintas para aumentar as suas respectivas escravarias.

3.5.2. O Apadrinhamento dos Filhos dos Escravos

Não sabemos ao certo quais foram as condições que uniram Pedro e Vitória, Francisco e Narciza, Tomé e Felisberta, João e Patrícia e outros casais de escravos. Assim como também não conseguimos mensurar os motivos pelos quais o pai de Simão foi dado como incógnito em seu registro de batismo. Porém, por mais que tais limitações se imponham à análise histórica, alguns resquícios destas relações sociais podem ainda ser mensurados, como, por exemplo: quem eram os padrinhos e madrinhas escolhidos para os filhos dos escravizados?

De forma geral, em todos os livros analisados foi possível identificar que a preferência por padrinhos e madrinhas livres era uma característica tanto das famílias escravas quanto das famílias livres. Mas, afinal, qual era a importância do apadrinhamento para esta sociedade, e por que essa preferência por padrinhos livres? Inicialmente, precisamos entender qual era a função dos padrinhos. Sandra Lauderdale Graham explica que os padrinhos tinham a responsabilidade de orientar espiritualmente a criança, mas também “podiam ser chamados para corrigir pais irresponsáveis, ou substituir aqueles que, por morte, doença ou ausência, não podiam cumprir com seus deveres”³²⁸.

Desta forma, a escolha dos padrinhos representava a formação de uma espécie de família estendida, a qual “ligava as famílias a redes mais amplas de clientelismo, com trocas constantes de favores ou deferências”³²⁹. Assim, ter um padrinho ou uma madrinha em condição de livre, sobretudo para os cativos, significava ter “vantagens que podiam sobrepujar as

³²⁸ GRAHAM, Sandra Lauderdale. **Caetana diz não**: histórias de mulheres da sociedade escravista brasileira. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2005, p. 69.

³²⁹ *Ibid.*

associações íntimas ou o desejo por laços familiares mais amplos que levariam à escolha de outros escravos”³³⁰.

Vale aqui chamar a atenção para uma informação sobre o apadrinhamento em Santa Luzia: “Entre as crianças cativas [...] somente em três oportunidades os senhores foram padrinhos [...], o que representa menos de um por cento (0,65%) do total de batismos”³³¹. Essa característica não é apenas de Santa Luzia. Não era comum que os senhores estabelecessem essa relação com os seus escravizados ou com os filhos destes. Principalmente porque o batismo representava uma ligação, e “no cenário de uma sociedade escravista de desigualdades exageradas e forçadas, a relação comercial que ligava senhor e escravo estava totalmente em contradição com a igualdade que supostamente advinha do parentesco ritual e por ela era ameaçada”³³².

De forma geral, vamos atentar aos casos em que padrinhos e madrinhas livres foram escolhidos por pais e mães cativos de filhos legítimos e ilegítimos.

No caso dos padrinhos, o percentual de livres ultrapassa 83,94%, os padrinhos escravos ficam em torno de 10,77%, os padrinhos forros por volta de 5,27%. Quanto às madrinhas, a opção pelas livres atingiu mais de 65,02%; as madrinhas escravas ficaram abaixo de 11,56%; e as madrinhas forras com um pouco mais de 23,41%.³³³

Pedro e Vitória, escravos de João Pereira Cabral, escolheram como padrinhos para o seu primeiro filho, Euzébio, Jozé da Sylva e Ana Ribeira, esta escrava de Manuel Pereira Braga. Para Tomazia, segunda filha do casal, a tendência foi a mesma: um padrinho livre, Manuel Gonçalves Ribeiro, e uma madrinha escrava, Ana, possivelmente escrava de Antônia Pereira Cabral. E para seu terceiro filho (não identificado), o casal escolheu como padrinhos Geraldo e Maria, também escravos de João Pereira Cabral. Por esses registros, podemos observar que este casal não seguiu por completo a ideia de ter como padrinhos apenas pessoas livres, convidando também escravizados para tal missão.

Tais dados apontam que, para as famílias identificadas nos registros de batismos com o nome da mãe e do pai, a tendência é que estas apresentem mais possibilidades nas escolhas dos

³³⁰ SCHWARTZ, Stuart B. **Segredos internos**: Engenhos e escravos na sociedade colonial: 1550-1835. São Paulo: Companhia das Letras, 1988, p. 332.

³³¹ PAULA, Jason Hugo de. **Entre picadas, estradas e trieiros**: os caminhos que levam à Freguesia de Santa Luzia. Negociantes, escravidão, família e mestiçagens na Capitania dos Goyazes. 1746-1800. Tese (Doutorado) - UFG, Goiânia, 2017. p. 332.

³³² GRAHAM, Sandra Lauderdale. **Caetana diz não**: histórias de mulheres da sociedade escravista brasileira. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2005, p. 70.

³³³ PAULA, *op. cit.* p. 330.

padrinhos para os seus filhos, não delegando tal função apenas a pessoas livres. De acordo com Jason Hugo de Paula,

os casais escravos, ainda que a preferência tenha sido por estabelecer laços de compadrio com pessoas livres, pela primeira vez fizeram baixar os índices percentuais de escolha de compadres livres [...]. É possível imaginarmos que a proximidade com outros sujeitos, especialmente companheiros de infortúnio nas senzalas, e o interesse desses casais em ampliar a rede de solidariedade e de ritual de parentesco, tenha contribuído para o crescimento registrado de padrinhos e madrinhas forras ou escravas.³³⁴

Quando analisamos as famílias em que consta apenas o nome da mãe, nas quais os filhos são considerados ilegítimos, a preferência em geral é por padrinhos e madrinhas livres. Em pesquisa anterior, pude perceber que “em Santa Luzia, 79,1% das mães escravizadas escolheram ao menos um padrinho e/ou madrinha na condição de livres. Já entre as forras, esse índice é ainda maior, alcançando a porcentagem de 88,07%, e entre as [...] mães livres, esse quantitativo é de 96,42%”³³⁵. Para essas mães, que tinham a responsabilidade pelas crianças reservada somente a si, o apadrinhamento poderia representar a possibilidade de ampliar sua rede de apoio e, conseqüentemente, escolhiam em especial os livres para tal atribuição.

Tal característica não era, porém, a regra para todos os casos. Tereza e Caetana Maria, escravas de José da Costa Vieira, fizeram escolhas diferentes para os seus filhos (considerados ilegítimos). Em 1773 nasceu Milara, filha de Tereza, que escolheu como padrinho Antônio, escravo de Andrade Nunes, e como madrinha Anna, cativa de Pedro de Carvalho. Já Caetana Maria, ao dar à luz a Simão, em 1771, escolheu como padrinhos Bernardo, escravo de Manuel Ribeiro da Silva, e Maria Fernandes, “preta forra”.

Nas outras nove famílias identificadas no plantel de José da Costa Vieira, a preferência foi por padrinhos livres; contudo, a incidência de padrinhos forros e escravos também foi considerável. Tais cenários nos ajudam a perceber que essas populações cativas não podem ser analisadas apenas pelo viés quantitativo (que, em certa medida, esclarece muitas questões), mas precisam também ser analisadas a partir de sua condição de seres históricos, que, inseridos em uma sociedade mineradora, nela atuavam de forma social e até mesmo política, como indicam as redes provenientes dos apadrinhamento.

³³⁴ PAULA, Jason Hugo de. **Entre picadas, estradas e trieiros**: os caminhos que levam à Freguesia de Santa Luzia. Negociantes, escravidão, família e mestiçagens na Capitania dos Goyazes. 1746-1800. Tese (Doutorado) - UFG, Goiânia, 2017. p. 331.

³³⁵ NASCIMENTO, Milena Juliana do. **Batizei e pus os santos óleos**: análise do grau de ilegitimidade nos registros de batismos de Santa Luzia, GO (1749-1778). 2020. 51 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado e Licenciatura em História) — Universidade de Brasília, Brasília, 2020, p. 40.

CONCLUSÃO

Ao final deste trabalho, a impressão que tenho é que os apontamentos aqui feitos representam apenas um pequeno avanço em direção a uma compreensão mais profunda das estruturas econômicas e sociais em questão. Os registros de batismos ainda não foram totalmente explorados e, a partir dessas fontes, é necessário investigar mais cenários, famílias, redes e arranjos. Há muito mais a ser pesquisado, especialmente no que diz respeito às relações entre o sertão goiano e a capital moderna. Meu anseio é que a contínua investigação do Planalto Central vá além das narrativas tradicionalmente associadas a este espaço.

De toda forma, cabe aqui apontar que a análise das escravarias com a utilização dos registros de batismos surgiu como uma alternativa que, aos poucos, foi ganhando forma e sentido; reforçando, uma vez mais, a potencialidade destas fontes para a compreensão de aspectos demográficos, econômicos e sociais da América Portuguesa.

O esforço em cruzar tais dados e a experimentação com *softwares* demonstraram que, cada vez mais, a pesquisa histórica pode se apropriar dessas novas tecnologias para facilitar suas análises; porém, não se trata da substituição do papel do historiador, mas sim da utilização de uma ferramenta que conduz, de forma mais ágil, as nossas pesquisas. Além disso, a interdisciplinaridade tem se mostrado cada vez mais essencial, uma vez que tem contribuído para uma percepção interligada e ao mesmo tempo multifacetada, que nos aproxima de uma análise mais completa do período colonial.

Certamente, o desenrolar deste trabalho representou um grande desafio. O cenário em que esta pesquisa se desenvolveu foi marcado por circunstâncias excepcionais, incluindo uma pandemia global e a inacessibilidade de arquivos. Em meio a tantas tentativas, ajustes e contratempos, ao final reconhecemos que os resultados aqui apresentados não representam o desfecho definitivo dessa operação; no entanto, eles fornecem alguns apontamentos sobre as estruturas escravistas em Santa Luzia, permitindo-nos, assim, compará-las com outras formas de propriedade na América Portuguesa.

Ao longo de nossa pesquisa, compreendemos que entender estes contextos não depende exclusivamente de uma análise quantitativa. É necessário olhar para além dos números ou, ao menos, interpretar as causas do resultado de tais operações. Uma abordagem qualitativa torna-se, assim, essencial para uma compreensão mais profunda dessa sociedade, principalmente no que se refere à agência dos escravizados nas relações com seus senhores, bem como com seus pares.

Por último, desejo que esta pesquisa, assim como outras sobre o mesmo tema, não se restrinja ao âmbito acadêmico. É fundamental difundir essas ideias para que o público em geral tenha acesso a essas discussões e, conseqüentemente, possa adquirir conhecimento sobre alguns aspectos que envolvem a História do Planalto Central e, por conseguinte, sobre seus passados.

Durante o processo de elaboração deste estudo e como residente de uma área do Distrito Federal que outrora pertencia a Santa Luzia, frequentemente me confrontei com questões relativas à nossa identidade. Acredito que a compreensão do nosso passado, para além das narrativas dos grandes homens e da capital moderna, que por vezes se limitam apenas à circunscrição do Plano Piloto, talvez seja uma saída para uma melhor compreensão de nós mesmos.

FONTES

- Livros de batismo do acervo documental do Instituto de Pesquisa e Estudos Históricos do Brasil Central – IPEHBC, da Pontifícia Universidade Católica de Goiás – PUC. Livro I de 1749-1754; Livro II de 1757-1760; Livro III de 1761-1775.
- Livro de batismo do acervo documental da Paróquia de Santa Luzia, Diocese de Luziânia, Goiás de 1772- 1778.
- Livros de Lançamentos da Tesouraria de Santa Luzia, de 1810-1820, que registram os lançamentos de escravos ladinos do acervo documental do Museu das Bandeiras - Museu Ibram Goiás.

REFERÊNCIAS

ÁLVARES, Joseph de Mello. História de Santa Luzia: descrição histórica, política e geográfica de Santa Luzia. Brasília: Gráfica e Editora Independência, 1978.

BACELLAR, C. A. P. Arrolando os habitantes no passado: as listas nominativas sob um olhar crítico. *Locus: Revista de História*, v. 14, n. 1, 2021, p. 122-123.

_____. Novos rumos para os estudos de família. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA DA POPULAÇÃO, 8., 2019, Campinas. Encontro intermediário dos GT's da ABEP 2019. Anais. Campinas: ABEP, 2019. v. 1, 2019.

BASSANEZI, Maria Sílvia. Os eventos vitais na reconstituição da história. In: LUCA, Tania Regina de; PINSKY, Carla Bassanezi. O historiador e suas fontes. São Paulo: Contexto, 2009.

BERTRAN, Paulo. História da terra e do homem no Planalto Central: eco-história do Distrito Federal (do indígena ao colonizador). 3. ed. Brasília: EDUnB, 2011.

BOAVENTURA, Deusa Maria Rodrigues. Urbanização em Goiás no Século XVIII. São Paulo, 2007.

BOXER, Charles Ralph. A idade de ouro do Brasil: dores de crescimento de uma sociedade colonial. Tradução de Nair de Lacerda. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1962.

BRITO, Fernanda Nascimento de. Uma visão aproximada: a família escrava em São José dos Pinhais no final do século XVIII. 2018. 44 f., il. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado e Licenciatura em História) —Universidade de Brasília, Brasília, 2018.

CASSARES, Norma Cianflone; MOI, Cláudia. Como fazer conservação preventiva em arquivos e bibliotecas. São Paulo: Arquivo do Estado e Imprensa Oficial, 2000.

CHAUL, Nasr Fayad. Caminhos de Goiás: da construção da decadência aos limites da modernidade. 2. ed. Goiânia: Ed. da UFG, 2002, p. 241.

COSTA, Kelerson S. Meiaponte: história e meio ambiente em Goiás. Brasília: Paralelo 15, 2013.

DELSON, Roberta Marx. Novas Vilas para o Brasil-Colônia: planejamento espacial e social no século XVIII. Brasília: AlvaCord, 1997.

FAORO, Raimundo. Os donos do poder. Porto Alegre, 1977.

FARIA, Sheila de Castro. A Colônia em Movimento: fortuna e família no cotidiano colonial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

FONSECA, Cláudia Damasceno; TEIXEIRA, Maria Juliana Gambogi. Arraiais e vilas d'el Rei: espaço e poder nas Minas setecentistas. Belo Horizonte: Editora UFMG. *E-book*, 2011.

FRAGOSO, João; GOUVEA, Maria de Fatima. O Brasil colonial 1720-1821. In: PEDREIRA, Jorge. A economia política do sistema colonial. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

FURTADO, J. F. Os sons e os silêncios nas minas do ouro. In: FURTADO, Junia F. (org.). Sons, formas, cores e movimentos na modernidade atlântica: Europa, Américas e Áfricas. São Paulo: Annablume, 2008.

GALETTI, Lylia da Silva Guedes. Sertão, fronteira, Brasil: imagens de Mato Grosso no mapa da civilização. Cuiabá: Entrelinhas, 2012.

GIL, Tiago Luís. Como se faz um banco de dados (em história): metodologia de pesquisa e informática. Porto Alegre: Ladeira Livros, 2015.

GÓES, José Roberto. O cativo imperfeito: um estudo sobre a escravidão no Rio de Janeiro da primeira metade do século XIX. Vitória: Lineart, 1993; FRAGOSO, João. Principais da Terra, Escravos e a República. O desenho da paisagem agrária no Rio de Janeiro Seiscentista. Revista Ciência e Ambiente, Santa Maria (UFSM), n. 33, jul./dez. 2006.

GOMES, Cláudia; NOITE, Dina; ESTEVINHO, Fátima. Conservação de documentos degradados pela corrosão da tinta ferrogálica. Madeira: Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira, 2020. Disponível em <https://abm.madeira.gov.pt/wp-content/uploads/2020/04/artigo-tinta-ferrog%C3%A1lica.pdf>. Acesso em: 17 jul. 2023.

GORENDER, Jacob. O escravismo colonial. São Paulo: Ática, 1985.

GRAHAM, Sandra Lauderdale. Caetana diz não: histórias de mulheres da sociedade escravista brasileira. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

JESUS, Leonardo Coelho Marques de; MAGALHÃES, Livia Borges Souza. A Paleografia Digital a serviço da educação básica. In: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA DA ANPUH-RJ, 20., 18 a 22 jul. 2022.

KARASCH, M. Before Brasília: frontier life in central Brazil. Albuquerque: University of New Mexico Press, 2016.

_____. Construindo comunidades: as irmandades dos pretos e pardos. História Revista, Goiânia, v. 15, n. 2, p. 257–283, 2011.

LARA, S. H. Fragmentos setecentistas: escravidão, cultura e poder na América Portuguesa. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

LEMKE, Maria. O caminho do Sertão - notas sobre a proximidade entre Goiás e África. Política, v. 1, 2012

LEONARDI, Victor. Entre árvores e esquecimento: a modernidade e os povos indígenas no Brasil. História social dos sertões. 2. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília/ Paralelo 15, 2016.

LOIOLA, Maria Lemke. Trajetórias atlânticas: percursos para a Liberdade: africanos descendentes na Capitania dos Guayazes. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2008.

LOPES, Eliane Cristina. O revelar do pecado: os filhos ilegítimos na São Paulo do século XVIII. São Paulo: Annablume, 1998.

LOPES, Luciana Suarez. Notas sobre a estrutura da posse de escravos nos momentos iniciais da cafeicultura paulista. Boletim Informações FIPE, n. 438, p. 34-37, mar. 2017.

MADER, Elisa Reis N. S. O Vazio: o sertão no imaginário da Colônia nos séculos XVI e XVII. Rio de Janeiro, 1991, apud LIMA, Nísia T. Um sertão chamado Brasil: intelectuais, sertanejos e imaginação social. Rio de Janeiro, 1997.

MARCILIO, Maria Luiza. Os Registros Paroquiais e a História do Brasil. Varia História, 2004.

MARQUESE, Rafael; SALLES, Ricardo. A escravidão no Brasil oitocentista: história e historiografia. In: MARQUESE, Rafael; SALLES, Ricardo (org.). Escravidão e capitalismo histórico no século XIX: Cuba, Brasil, Estados Unidos. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

MARTINS, Maria do Carmo Salazar; SILVA, Helenice Carvalho Cruz da. Via Bahia: a importação de escravos para Minas Gerais pelo caminho do sertão: 1759/1772. In: SEMINÁRIO SOBRE ECONOMIA MINEIRA, 2006, Diamantina- MG. Anais [...]. 2006.

MATHEUS, Marcelo Santos; FARINATTI, Luís Augusto. Registros de batismo e inventários post mortem como fontes para o estudo da estrutura de posse de escravos no sul do Brasil (século XIX): possibilidades e limites. Estudos históricos - CDHRPyB, Año VIII, n. 16, Julio 2016.

MATTOSO, Kátia M. de Queiroz. Ser escravo no Brasil. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 2003.

MOREYRA, Sérgio. O olho que vê o mundo. Boletim Goiano de Geografia, Goiânia, v. 7/8, n. 1/2, jan./dez. 1987/1988.

NASCIMENTO, Milena Juliana do. Batizei e pus os santos óleos: análise do grau de ilegitimidade nos registros de batismos de Santa Luzia, GO (1749-1778). 2020. 51 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado e Licenciatura em História) —Universidade de Brasília, Brasília, 2020.

PALACÍN, Luís; MORAES, Maria Augusta de Sant'Anna. História de Goiás (1722-1972). 6. ed. Goiânia: Ed. da UCG, 1994.

_____. O século de ouro em Goiás: 1722-1822: estrutura e conjuntura numa capitania de Minas. e. ed. Goiânia: Ed. da UCG, 1994.

PAULA, Jason Hugo de. Entre picadas, estradas e trieiros: os caminhos que levam à Freguesia de Santa Luzia. Negociantes, escravidão, família e mestiçagens na Capitania dos Goyazes. 1746-1800. Tese (Doutorado) - UFG, Goiânia, 2017.

PRADO JÚNIOR, Caio. Formação do Brasil Contemporâneo: Colônia. São Paulo: Brasiliense, 1996.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. Viagem à província de Goiás. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1975.

SALLES, Gilka V. F. de. Economia e escravidão na capitania de Goiás. Goiânia: Cegraf/UFG, 1992.

SCHWARTZ, Stuart B. Segredos Internos: engenhos e escravos na Sociedade Colonial: 1550-1835. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SILVA, Edson Armando. Bancos de dados e pesquisa qualitativa em História: reflexões acerca de uma experiência. Revista de História Regional, Ponta Grossa, Inverno 1998.

SILVA, Luís Sérgio Duarte da. A construção de Brasília: modernidade e periferia. 2. ed. Goiânia: Editora UFG, 2009.

SILVA, Rogério Chaves da. Considerações sobre o Conceito de “Decadência” na Produção Historiográfica em Goiás: uma Análise acerca da Historiografia Regional do Novecentos. Expedições, Morrinhos/GO, v. 11, jan./dez. 2020.

SILVEIRA, Marco Antônio. O universo do indistinto: estado e sociedade nas Minas setecentistas (1735-1808). São Paulo: Hucitec, 1997.

SLENES, Robert Wayne. Na senzala, uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava: Brasil Sudeste, século XIX. 2. ed. corrig. Campinas: Editora da Unicamp, 2011.

TEIXEIRA, Adriano Braga. Inventários post mortem: possibilidades de pesquisa a partir de uma fonte plural. Mal-Estar e Sociedade, Barbacena, Ano V, n. 8, jan./jun. 2012.

VERSIANI, Flávio Rabelo; NOGUERÓL, Luiz Paulo Ferreira (org.). Muitos escravos, muitos senhores: escravidão nordestina e gaúcha no século XIX. São Cristóvão: Editora UFS / Brasília: Editora UnB, 2016.

VIEIRA JÚNIOR, Wilson. Trigant des Gennetes e a Carta da freguesia de Santa Luzia de Goyaz (1883-1884). 1º Simpósio Brasileiro de Cartografia Histórica, Paraty-RJ, 2011.

DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE

Eu, Milena Juliana do Nascimento, declaro, para todos os efeitos, que o texto apresentado para a defesa de mestrado foi integralmente por mim redigido, e que assinalei devidamente todas as referências a textos, ideias e interpretações de outros autores. Declaro ainda que o trabalho nunca foi apresentado no todo ou em parte a este e/ou a outro departamento e/ou universidade para fins de obtenção de grau acadêmico.

Milena Juliana do Nascimento
